



34

ISSN 1980-4466

revistacpc

2º semestre de 2022  
São Paulo, SP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

Revista CPC. São Paulo: CPC-USP, v.17, n. 34, 2. semestre 2022.  
Semestral  
ISSN 1980-4466

1. Patrimônio cultural. 2. Preservação e conservação de acervos. I. Universidade de São Paulo. Centro de Preservação Cultural. II. Título: Revista CPC.

CDD 025.8

---

**Editora**

Flávia Brito do Nascimento – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

**Comissão Editorial**

Beatriz Mugayar Kühl – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil  
Diana Gonçalves Vidal – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil  
Gabriel de Andrade Fernandes – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil  
Simone Scifoni – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

**Conselho Consultivo**

Adilson Avansi de Abreu – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil  
Ascensión Hernández Martínez – Universidad de Zaragoza, Zaragoza, Espanha  
Beatriz Coelho – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil  
Gabriela Lee Alardín – Universidad Iberoamericana Ciudad de México, Cidade do México, México  
Leonardo Castriota – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil  
Maria Beatriz Borba Florenzano – Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil  
Maria Inez Turazzi – Instituto Brasileiro de Museus, Brasília, Distrito Federal, Brasil  
Marta Catarino Lourenço – Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal  
Regina Andrade Tirello – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil  
Rosina Trevisan M. Ribeiro – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil  
Sílvia Wolff – Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico da Secretaria, Estado da Cultura, São Paulo, São Paulo, Brasil  
Walter Pires – Departamento do Patrimônio Histórico, Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo, São Paulo, Brasil

**Editora Executiva**

Ana Célia de Moura

**Revisão de texto e diagramação**

Tikinet Edições Ltda

**Projeto Gráfico**

HAY Arquitetura e Design

**Universidade de São Paulo**

Carlos Gilberto Carlotti Junior, Reitor  
Maria Arminda do Nascimento Arruda, Vice-Reitora

**Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária**

Marli Quadros Leite, Pró-Reitora  
Hussam El Dine Zaher, Pró-Reitor Adjunt

**Centro de Preservação Cultural**

Flávia Brito do Nascimento, Diretora  
Simone Scifoni, Vice-Diretora

**Endereço**

Rua Major Diogo, 353, Bela Vista  
01324-001 - São Paulo, SP, Brasil  
Tel + 55 11 2648 1511/1501  
revistacpc@usp.br  
<https://www.revistas.usp.br/cpc>  
[www.facebook.com/revistacpc](http://www.facebook.com/revistacpc)  
[www.usp.br/cpc](http://www.usp.br/cpc)

## **REVISTA CPC**

Volume 17

Número 34 Especial

2. semestre/2022

São Paulo

ISSN 1980-4466

### **EDIÇÃO 34 (2022)**

A Revista CPC é uma publicação do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo. De caráter científico, configura-se como um veículo de discussão e reflexão dedicado às questões afeitas ao patrimônio cultural em seus múltiplos aspectos. A revista é arbitrada, tem periodicidade semestral, é editada em formato eletrônico e está organizada em: artigos originais; resenhas; relatos e depoimentos; e dossiês temáticos. A Revista CPC conta com Comissão Editorial e Conselho Consultivo, composto por especialistas provenientes de universidades públicas estaduais paulistas e de universidades federais, dos órgãos oficiais de preservação do patrimônio cultural e de instituições nacionais e internacionais que desenvolvem trabalhos em áreas afins, bem como pareceristas *ad hoc*. Integrante da rede colaborativa LatinRev - Red Latinoamericana de Revistas Académicas en Ciencias Sociales y Humanidades (FLACSO Argentina).

#### **Fontes de indexação**

Journals for Free - Diretório de periódicos de acesso livre. Latindex - Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal. LivRe - Revistas de livre acesso (CNEN-MCTIC). Periódicos CAPES - Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES-MEC). REDIB - Rede Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico. EBSCO - Sociology Source Ultimate.

# EDIÇÃO 34 (2022)

## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO

EDITORIAL	
FLÁVIA BRITO DO NASCIMENTO	5
NOMINATA DE PARECERISTAS	8-9

### ARTIGOS

A NOÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA CULTURAL SEGUNDO TEÓRICOS E INSTITUIÇÕES DE SALVAGUARDA ANGLO-SAXÕES E BRASILEIROS DAVI DORNELLES RODRIGUES DE SOUZA VALENTIM, VIRGÍNIA PITTA PONTUAL, ROSANE PICCOLO LORETTO	10-31
EM DIREÇÃO AOS ARRABALDES: A (TRANS)FORMAÇÃO DE UM ANTIGO CAMINHO DE EXPANSÃO URBANA EM FORTALEZA ISABELLE DE LIMA ALMEIDA, ANA CECILIA SERPA BRAGA VASCONCELOS	32-53
OS USOS E USUÁRIOS DE ARQUIVOS LITERÁRIOS FEMININOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ACERVOS CUSTODIADOS PELO ARQUIVO DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (IEB) BRUNA PIMENTEL LOPES, DIANA GONÇALVES VIDAL	54-78
REPRESENTAÇÕES DA CIÊNCIA E DO CIENTISTA: UMA ANÁLISE DA EXPOSIÇÃO "QUANDO NEM TUDO ERA GELO: NOVAS DESCOBERTAS NO CONTINENTE ANTÁRTICO", DO MUSEU NACIONAL/UFRJ JÚLIA BOTELHO PEREIRA, LUISA MASSARANI	79-109

### RELATOS E DEPOIMENTOS

MUSEU DE CIÊNCIAS DA VIDA: TRAJETÓRIA NO ÂMBITO DA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MARINA CADETE DA PENHA, ANA PAULA SANTANA DE VASCONCELLOS BITTENCOURT, YURI FAVALESSA MONTEIRO, TATHIANE OLIVEIRA PESENTE, THAMIRES BELO DE JESUS, JEYCE WILLIG QUINTINO DOS SANTOS, ATHELSON STEFANON BITTENCOURT	110-132
EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL: CRÍTICA EM CURSO JOÃO LORANDI DEMARCHI, MARIANA KIMIE DA SILVA NITO	133-147
SEMINÁRIO DESTRUIÇÕES/CONSTRUÇÕES: FRAGILIDADES, AMEAÇAS E RESSIGNIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL GABRIEL DE ANDRADE FERNANDES	148-163

### ENTREVISTAS

UMA ENTREVISTA COM AMADOU-MATHAR M'BOW VINÍCIUS JOSÉ MIRA, FERNANDO CESAR SOSSAI, DIEGO FINDER MACHADO	164-187
---	---------

### RESENHAS

RESENHA TIME IS MONEY: O LUGAR DO PATRIMÔNIO CULTURAL NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO BID. GUIA, GEORGE ALEX DA GUIA. MARINA CHAGAS BRANDÃO	188-198
--	---------

## EDITORIAL

DOI

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v17i34p5-7>

A edição 34 marca o início de uma nova editoria da *Revista CPC*, publicada pelo Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP). Criada no contexto da necessidade de divulgação científica sobre os temas do patrimônio universitário e da atuação desse órgão da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP, este periódico científico acompanhou e foi parte fundamental da expansão do campo disciplinar em todo o território nacional nos últimos anos. Assiste-se hoje a um renovado interesse na área, com diversos cursos de especialização, pós-graduação em universidades de todo o Brasil e novas possibilidades de atuação profissional no que se chamou de campo ampliado do patrimônio cultural. A *Revista CPC* tem como uma de suas missões colaborar na promoção do debate sobre o patrimônio, publicando artigos científicos que reverberem as renovações conceituais e disciplinares na área, contemplando a sua multiplicidade de temas e, ao fim e ao cabo, colaborar com o desafio da preservação do patrimônio.

Assumindo a tarefa de nova editora da revista, a partir de minha gestão à frente do CPC, tenho a satisfação de apresentar a edição do segundo semestre de 2022, ainda sob o impacto de grandes transformações e destruições do patrimônio cultural no Brasil nos últimos anos, reiterando os compromissos com a promoção do debate crítico por meio da reflexão acadêmica que os periódicos podem realizar.

A edição que ora apresento indica as formas pelas quais a *Revista CPC* resiste na repercussão das pesquisas do patrimônio, apresentando artigos que, por meios distintos e com objetos variados, refletem acerca de um campo disciplinar denso e complexo. O primeiro artigo é de autoria de Davi Dornelles, Virgínia Pontual e Rosane Piccolo, cujo foco é o conceito de significância cultural. O texto constrói um panorama da forma como o termo foi utilizado por teóricos e instituições de salvaguarda nos contextos

anglo-saxões e nacionais, recuperando o histórico das ideias e de seus usos. Seguindo uma tradição de estudos em história urbana e das suas relações de formação com os caminhos históricos, o texto de Isabelle Almeida e Ana Cecília Vasconcelos mostra a trajetória do processo de urbanização em Fortaleza, por meio do estudo da formação e transformação de um antigo caminho na cidade. Apoiado na bibliografia sobre a cidade e analisando algumas cartografias, o texto percorre o processo de urbanização da Vila do Forte chegando às brutais transformações da região, fomentando uma reflexão a respeito da preservação urbana e acerca da paisagem. No campo ampliado das discussões quanto à conservação do patrimônio cultural articulada a questões de gênero, o texto de Bruna Lopes e Diana Vidal traz uma análise dos arquivos femininos no acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da USP. Olhando para dois fundos arquivísticos de escritoras, o texto estuda como esses acervos são utilizados como fontes de pesquisa. O artigo mostra que, apesar do crescimento do interesse por escritoras mulheres, esses acervos ainda são espaços a serem explorados e com grande potencial de reflexão crítica. Por fim, completa a série de artigos o texto de autoria coletiva dos pesquisadores do Museu Nacional acerca das representações da ciência e dos cientistas a partir de uma exposição sobre as descobertas no continente antártico. A exposição permitiu aos autores problematizar de que maneira os cientistas são figurados, bem como refletir sobre a importância do Museu Nacional.

No ano que se completam os cinquenta anos da Convenção do Patrimônio Mundial, a *Revista CPC* publica a entrevista com Amadou-Mahtar M'Bow, geógrafo senegalês e diretor-geral da Unesco entre 1974 e 1987. Na entrevista, Amadou-Mahtar percorre casos emblemáticos de reconhecimento do patrimônio mundial e discorre acerca das tensões e possibilidades futuras da convenção, como os desafios impostos às pesquisas nas questões ambientais e a falta de diversidade e, conseqüentemente, maior representatividade dentro do assunto.

Reforçando o espaço de divulgação científica, a sessão Resenhas apresenta o livro *Time is Money: o lugar do patrimônio cultural nas políticas de desenvolvimento do BID*, de George da Guia. Marina Brandão analisa o livro a partir do conceito de desenvolvimento, procurando os seus reiterados nexos com os debates sobre o patrimônio cultural na América Latina.

Por meio da análise crítica do livro, compreende-se o papel central do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na circulação de ideias sobre desenvolvimento e como elas foram articuladas no campo do patrimônio cultural a partir de múltiplos deslocamentos conceituais. O livro é de leitura fundamental tanto aos pesquisadores quanto aos interessados sobre esse tema de valor imprescindível.

Na sessão Relatos e Depoimentos pode-se acompanhar algumas das ações do CPC-USP realizadas em 2022, na nova gestão do Centro, com a reabertura das atividades presenciais. Entre seminários, eventos científicos, mesas-redondas e a abertura da exposição *Yayá: cotidiano, feminismo, doença, riqueza*, destaca-se a retomada dos cursos de difusão em patrimônio cultural e os seminários acadêmicos. O relato de João Demarchi e Mariana Kimie sobre o curso Educação e Patrimônio problematiza os conceitos da área e reflete acerca das experiências de inventário como novo cânone de relação com os sujeitos sociais. A grande procura pela formação na área do patrimônio que os cursos deste ano tiveram reitera a importância do CPC como um dos polos de discussão e difusão de saberes e práticas. Nessa perspectiva, realizou-se o seminário *Destruições/Construções: Fragilidades, Ameaças e Ressignificação do Patrimônio Cultural*, que reuniu, em outubro de 2022, na sede do CPC, localizada na Casa de Dona Yayá, pesquisadores de todo o território nacional para discutir casos e experiências no que concerne às dramáticas situações de fragilidade e destruição do patrimônio cultural. Os dois dias foram de intensos debates e as apresentações foram uma oportunidade para se discutir o campo do patrimônio no Brasil e as repactuações necessárias ao fortalecimento das políticas públicas na área.

Por fim, desejo a todas e todos uma excelente e instigante leitura e, sobretudo, engajada nas novas expectativas para o patrimônio cultural em 2023.

*Flávia Brito do Nascimento*

Editora

## **NOMINATA DE PARECERISTAS**

Alessandra Prata Shimomura, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Ana Lucia Cerávolo, Centro Universitário Central Paulista, São Carlos, São Paulo, Brasil

Ana Paula Farah, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Carlos Alberto Santos Costa, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, Bahia, Brasil

Guy Barros Barcellos, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil

Ivo Renato Giroto, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Izabela Tamaso, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil

José Simões Belmont Pessoa, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

José Clewton do Nascimento, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

Larissa Nadai, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Larissa Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

Larissa Corrêa Acatauassú Nunes Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

Lindener Pareto Júnior, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

Liziane Peres Mangili, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, Minas Gerais, Brasil

Luís Paulo de Carvalho Piassi, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Lucia Maria Velloso Oliveira, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Manoel Antonio Lopes Rodrigues Alves, Universidade de São Paulo, São Carlos, São Paulo, Brasil

Maria Lucia Bressan Pinheiro, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Monica Junqueira de Camargo, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Renata Campello Cabral, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

Rogério de Almeida, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

Rogério Proença Leite, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil

Samira Bueno Chahin, Centro Universitário Facens, Sorocaba, São Paulo, Brasil

Sandra Murrielo, Universidad Nacional de Río Negro, San Carlos de Bariloche, Río Negro, Argentina

Tomás Albuquerque Lapa, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

Virgínia Pitta Pontual, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

# A NOÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA CULTURAL SEGUNDO TEÓRICOS E INSTITUIÇÕES DE SALVAGUARDA ANGLO-SAXÕES E BRASILEIROS

**DAVI DORNELLES RODRIGUES DE SOUZA VALENTIM**, UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE, PERNAMBUCO, BRASIL

Arquiteto e urbanista, mestre em Conservação Integrada pelo Mestrado em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU-UFPE), pesquisador do Laboratório de Urbanismo e Patrimônio (LUP-UFPE).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1570-8170>

E-mail: [davi.dornelles@gmail.com](mailto:davi.dornelles@gmail.com)

(continua...)

# A NOÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA CULTURAL SEGUNDO TEÓRICOS E INSTITUIÇÕES DE SALVAGUARDA ANGLO-SAXÕES E BRASILEIROS

(continuação)

**VIRGÍNIA PITTA PONTUAL**, UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE,  
PERNAMBUCO, BRASIL

Doutora em Ciências Sociais pela École d'Urbanisme de Paris, professora titular do Mestrado  
em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU-UFPE),  
coordenadora do Laboratório de Urbanismo e Patrimônio (LUP-UFPE).

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8626-6675>

E-mail: [virginiapontual@gmail.com](mailto:virginiapontual@gmail.com)

(continua...)

# A NOÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA CULTURAL SEGUNDO TEÓRICOS E INSTITUIÇÕES DE SALVAGUARDA ANGLO-SAXÕES E BRASILEIROS

(continuação)

**ROSANE PICCOLO LORETTO**, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO,  
SÃO PAULO, BRASIL

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (FAU-USP),  
diretora de tombamento no Centro de Estudos de Inventário e Tombamento de  
Conjuntos Arquitetônicos e Arqueológicos e de Áreas Naturais da Unidade de  
Preservação do Patrimônio Histórico da Secretaria do Estado da Cultura do Governo  
do Estado de São Paulo.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9593-7370>

E-mail: [rosanepiccolo@yahoo.com.br](mailto:rosanepiccolo@yahoo.com.br)

**DOI**

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v17i34p10-31>

**RECEBIDO**

30/06/2020

**APROVADO**

20/12/2022

# A NOÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA CULTURAL SEGUNDO TEÓRICOS E INSTITUIÇÕES DE SALVAGUARDA ANGLO-SAXÕES E BRASILEIROS

DAVI DORNELLES RODRIGUES DE SOUZA VALENTIM, VIRGÍNIA PITTA PONTUAL,  
ROSANE PICCOLO LORETTO

## RESUMO

Este artigo propõe-se a analisar a noção de significância cultural, em seus aspectos teóricos e práticos da contemporaneidade, a partir da pesquisa bibliográfica realizada entre os principais pesquisadores da conservação e instituições de salvaguarda do patrimônio que debatem sobre o conceito: os anglo-saxões e os brasileiros. A significância cultural surge na década de 1980, e a sua compreensão está relacionada aos valores patrimoniais e ao reconhecimento dos bens culturais como patrimônio. Durante os primeiros vinte anos, pesquisadores anglo-saxões dedicaram-se a questionar a compreensão da significância percebida nas práticas das instituições de salvaguarda, que centravam a pesquisa sobre os valores patrimoniais nos técnicos e especialistas, enquanto os teóricos defendiam o envolvimento de atores sociais diversos na validação destes valores. Nos últimos vinte anos, pesquisadores brasileiros identificaram duas abordagens distintas adotadas no entendimento de significância: uma objetiva, focada no reconhecimento dos valores dos especialistas; e outra relativista, que assume os valores patrimoniais como socialmente atribuídos. Passadas quatro décadas desde a publicação da primeira edição da *Carta de Burra* (1979-2019), esta pesquisa questiona: como tem sido compreendida e aplicada a noção de significância por teóricos e instituições de salvaguarda? O presente artigo tem como foco principal investigar se a teoria e prática contemporâneas dos países que mais contribuíram para alavancar a significância cultural estariam alinhadas ideologicamente e quais os desafios já apontados pela significância a serem superados, para que a noção possa ser adotada como instrumento de salvaguarda.

## PALAVRAS-CHAVE

Significância cultural. Valores patrimoniais. Teoria da conservação.

# THE NOTION OF CULTURAL SIGNIFICANCE BASED ON ANGLO-SAXON AND BRAZILIAN SAFEGUARD THEORISTS AND INSTITUTIONS

DAVI DORNELLES RODRIGUES DE SOUZA VALENTIM, VIRGÍNIA PITTA PONTUAL,  
ROSANE PICCOLO LORETTO

## ABSTRACT

This article is dedicated to analyzing the notion of cultural significance, in its theoretical and practical aspects of contemporary times, based on the bibliographic research carried out among the main conservation researchers and institutions that safeguard the heritage that debate about the concept: the Anglo-Saxons and the Brazilians. Cultural significance emerged in the 1980s, and its understanding is related to heritage values and the recognition of cultural assets as heritage. During its first twenty years, Anglo-Saxon researchers focused on questioning the understanding of the significance perceived in the practices of safeguard institutions, which centered research on heritage values in technicians and specialists, whereas theorists advocated the involvement of diverse social actors in the validation of these values. In the last twenty years, Brazilian researchers have identified two distinct approaches adopted in understanding significance: one objective, focused on the recognition of the experts' values; and another relativist, which assumes patrimonial values as socially attributed. Four decades after the publication of the first edition of the *Burra Charter* (1979-2019), this research asks: how has the notion of significance been understood and applied by theorists and safeguard institutions? The main purpose of this article is to investigate if a contemporary theory and practice of the countries that most contributed to leveraging the cultural significance was ideologically aligned and what challenges have already been pointed out by the significance to be overcome, so that the notion can be used as a safeguard instrument.

## KEYWORDS

Cultural significance. Heritage values. Theory of conservation.

## 1 INTRODUÇÃO

A noção de significância está presente em registros documentais do National Park Service (NPS), instituição federal de salvaguarda do patrimônio estadunidense, desde o início do século XX. O vocábulo *significance* era adotado por técnicos do NPS como sinônimo de “importância”, e compreendido como uma “qualidade” dos bens culturais, de acordo com seus aspectos históricos e arqueológicos, reconhecendo-os como patrimônio nacional.

Na segunda metade do século, a significância se faz presente em Cartas Patrimoniais, como a *Carta de Veneza* (1964), quando é mencionada na definição de monumento histórico; e na *Carta de Burra* (1979), quando ganha conceituação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) da Austrália, relacionada aos valores patrimoniais, tema bastante debatido pelo campo da conservação desde o final do século XIX. Contudo, a década de 1980 marca o período de amadurecimento e consolidação do campo da conservação, de modo que, no cenário internacional, a crescente perspectiva de relativismo cultural permite maior amplitude na discussão teórica sobre o patrimônio, e o reconhecimento de “novos” tipos e valores patrimoniais, impulsionando também a significância.

É nesse momento que a Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (Unesco), instituição de salvaguarda do patrimônio mundial, passa a reconhecer a significância como critério a ser atendido por bens a serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial (*World Heritage List* – WHL), além de criar e adotar o conceito de Valor Universal Excepcional (*Outstanding Universal Value* – OUV), que incorpora a noção de significância em sua definição.

No universo da teoria da conservação, a significância foi bastante debatida nas últimas quatro décadas (1979-2019), especialmente por pesquisadores anglo-saxões e brasileiros. Entre os anos 1980 e 1990, foi julgada como um conceito passível de assumir compreensão ambígua, possibilitando duas interpretações: a primeira, de que os valores patrimoniais estavam intrínsecos, ou seja, eram inerentes aos bens culturais; e a segunda, centrada na perspectiva de que os valores patrimoniais eram socialmente atribuídos ao bem, por atores sociais interessados em sua salvaguarda. Até o início dos anos 2000, a significância passa a ser amplamente discutida por pesquisadores anglo-saxões e por instituições internacionais de salvaguarda, como a Unesco e o Icomos, levando ao surgimento dos primeiros esboços metodológicos e consolidando-a como um dos principais crivos contemporâneos da teoria da conservação.

A partir dos anos 2000, a significância passou a receber aprofundadas críticas à sua aplicação prática como instrumento de conservação. Pesquisadores estadunidenses, como Randall Mason (Universidade da Pensilvânia), e as professoras Érica Avrami (Universidade de Columbia) e Marta de La Torre (Universidade Internacional da Florida), que integraram o grupo de pesquisa do Getty Conservation Institute, reforçaram questionamentos sobre a necessidade de envolver maior variedade de atores sociais na conservação, pois, na prática, as instituições de salvaguarda continuavam centradas nos valores considerados intrínsecos, ou naqueles reconhecidos por um grupo de atores sociais, os especialistas.

Pouco tempo depois, a significância se faz presente na discussão teórica dos pesquisadores brasileiros, a exemplo do Centro de Estudos Avançados sobre a Conservação Integrada (Ceci), que publicou uma variedade de textos caracterizando a significância como um conjunto de valores socialmente atribuídos ao bem, reunidos e justificados, no documento chamado Declaração de Significância (DS). Os pesquisadores do Ceci percebem a existência de duas abordagens distintas na compreensão da significância: uma objetiva, centrada no reconhecimento dos valores patrimoniais pelos especialistas do campo; e outra relativista, que assume a importância de consulta aos diversos grupos de atores sociais, no processo de julgamento e validação dos valores.

Entre 1999 e 2019, a significância foi ainda mais debatida em sua esfera teórica, especialmente pelos pesquisadores do Brasil e dos Estados Unidos; uma ponte começou a ser estabelecida entre os países, entre 2015 e 2017, quando quatro edifícios brasileiros exemplares de arquitetura moderna receberam financiamento do programa *Keeping it Modern*, da Fundação Getty, para elaboração de planos de conservação para os exemplares, considerando aspectos como os valores patrimoniais e a significância. Entretanto, à medida que se consolida como noção no campo da conservação, a significância ainda enfrenta desafios para ser adotada enquanto instrumento de preservação nas práticas de salvaguarda do patrimônio, especialmente brasileiro e estadunidense, estando mais presente no discurso e arcabouço teórico das instituições.

Concomitantemente a esse cenário, os pesquisadores da conservação têm debatido, em congressos nacionais e internacionais, a necessidade de criar instrumentos de preservação. Exemplos verificados ao longo desta pesquisa foram os três primeiros simpósios realizados pelo Icomos Brasil, em 2017, 2018 e 2019, que trataram, como tema principal, dos riscos contemporâneos enfrentados pela conservação e da necessidade de serem pensadas novas soluções para desafios do campo, alguns deles já antigos, como a participação social e a orientação da salvaguarda de bens patrimoniais a partir de seus valores. Contudo, a significância é uma noção que trata diretamente de questões como a consulta aos atores sociais e valores patrimoniais e, quando adotada a partir de uma abordagem relativista, pode contribuir para sanar problemas contemporâneos do campo.

Sendo assim, tornou-se questão central desta pesquisa: como a noção de significância cultural tem sido compreendida e aplicada por teóricos e instituições de salvaguarda? Para tanto, assumiu-se como objetivo principal da pesquisa o aprofundamento na teoria e prática contemporâneas dos países que mais contribuíram para o amadurecimento da noção de significância, desde a sua conceituação na primeira edição da *Carta de Burra* (1979-2019) – no caso, Brasil e Estados Unidos.

A metodologia adotada para a realização deste artigo contou com as seguintes etapas de investigação: pesquisa bibliográfica sobre os principais textos da significância publicados entre 1979-2019 por teóricos da conservação e instituições de salvaguarda do patrimônio anglo-saxões

e brasileiros, visando compreender seus entendimentos sobre a noção de significância; pesquisa bibliográfica sobre as instituições federais de salvaguarda anglo-saxãs e brasileiras e sua relação com a significância; análise das contribuições dos teóricos e instituições de salvaguarda anglo-saxões e brasileiros à noção de significância, nos últimos quarenta anos (1979-2019).

## 2 A NOÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA: DOS PRECEDENTES CONCEITUAIS AO ENTENDIMENTO CONTEMPORÂNEO

Em 1935, o termo *significance* já fazia parte do discurso de técnicos e especialistas estadunidenses, entendido como uma “qualidade” atribuída aos bens reconhecidos como patrimônio nacional. O NPS adotava em sua legislação o *Ato dos Sítios Históricos*<sup>1</sup>, no qual está descrito na Seção 1ª: “Fica declarado que é uma política nacional preservar para uso público, locais históricos, edifícios e objetos de significância nacional, para a inspiração e o benefício do povo dos Estados Unidos” (NATIONAL PARK SERVICE, 1935, p. 2, tradução nossa). A significância ainda não era pensada como uma noção ou um instrumento de conservação, mas adotada como expressão vocabular que qualificava e justificava um bem como patrimônio nacional, originando assim, o emprego do termo *significância nacional*, frequente nos documentos da época.

A significância era identificada por profissionais do NPS – majoritariamente historiadores, arqueólogos e arquitetos – a partir dos documentos históricos, que também julgavam se o bem possuía ou não “as qualidades necessárias” para sua inscrição como patrimônio. Considerando que os especialistas do NPS pautavam as significâncias nas análises de cânones históricos, começa a surgir o emprego do termo *significância histórica* nos dossiês de bens culturais estadunidenses.

No início do século XX, eram comumente usados termos como *significância nacional*, *significância histórica* ou *significância arqueológica* para representar a ideia de importância do bem cultural. A teoria da

1. Do original em inglês, *Historic Sites Act* (1935). Este Ato foi promulgado pelo Congresso dos Estados Unidos com o objetivo de regularizar e organizar os parques, monumentos e locais históricos do governo federal, sob a responsabilidade do Serviço Nacional de Parques (NPS) e do Secretário de Interior dos Estados Unidos.

conservação viu o termo *significância cultural* ser mencionado na publicação da Carta Internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios, ou *Carta de Veneza*, em 1964. Nela, são apresentados conceitos e definições estabelecidas no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos, organizado pelo Icomos. Está estabelecido que a compreensão de monumento histórico “estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significância cultural” (CARTA DE VENEZA, 1964, Art. 1º, p. 2).

Todavia, a significância só viria a ser conceituada em 1979, com a 1ª edição da Carta do Icomos da Austrália para a conservação de sítios e monumentos com significado cultural, ou *Carta de Burra*. No artigo primeiro, está descrito: “O termo significância cultural designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem, para as gerações passadas, presentes ou futuras” (CARTA DE BURRA, 1979, Art. 1º, p. 1).

A *Carta de Burra* recebeu revisões nos anos de 1981, 1988, 1999 e 2013, nas quais os especialistas do Icomos Austrália buscaram atualizar e incorporar as discussões contemporâneas existentes no campo da conservação sobre a relativização dos valores. A partir da 4ª edição (1999), o termo teve ampliada sua definição, mantida também na versão posterior e atual (2013), que o complementa:

O significado cultural está incorporado no próprio sítio, no seu tecido, na sua envolvente, na sua utilização, nas suas associações, nos seus registros, nos sítios relacionados e nos objetos relacionados. Os sítios podem ter variações de valor para indivíduos ou grupos diferentes (CARTA DE BURRA, 2013, Art. 1.2, p. 5, tradução nossa).

Logo, a significância é compreendida, na *Carta de Burra*, a partir dos valores patrimoniais reconhecidos, socialmente atribuídos e periodicamente cambiáveis, que reconhecem e qualificam este bem como patrimônio de uma sociedade.

### 3 CONTRIBUIÇÕES METODOLÓGICAS DE INSTITUIÇÕES ANGLO-SAXÃS DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO

As duas últimas edições da *Carta de Burra* também trouxeram sugestão metodológica para o processo de elaboração dos planos de gestão da conservação, que deveria seguir três etapas, sendo a primeira delas a

compreensão da significância, precedendo os momentos de desenvolvimento e aplicação das políticas de intervenção definidas.

O processo de compreensão da significância é dividido pelo Icomos Austrália em três momentos distintos: a identificação do sítio e as suas associações, sua história, usos, ou seja, a coleta de informações necessárias para entender o bem em questão por meio de pesquisa documental, física e oral; a avaliação da significância a partir da identificação dos valores atribuídos; a redação da Declaração de Significância (DS). O Icomos Austrália também enfatiza que o envolvimento de atores sociais relacionados à salvaguarda do bem deve ocorrer ao longo de todo o processo.

Pouco depois da 4ª edição da *Carta de Burra* (1999), o Heritage Collections Council Austrália (HCC), criado em 1996 como articulação entre governos da Commonwealth, Estado e Território, e o setor de museus, publica um manual sobre significância, em 2001. Esse documento foi posteriormente revisado sob as orientações de Roslyn Russel, e teve sua nova versão publicada em 2009 como *Significance 2.0: a guide to assessing the significance of collections* (RUSSEL; WINKWORTH, 2009). No manual do HCC também são sugeridos passos metodológicos para a elaboração da DS. O processo estruturado pela instituição australiana adota etapas muito similares às propostas na *Carta de Burra*, porém de modo mais fragmentado. Assim como na *Carta de Burra*, a proposta metodológica do HCC aponta passos importantes para a elaboração da DS – por exemplo, que seja um texto sucinto, objetivo, e que esteja focado na compreensão dos valores patrimoniais do bem em questão.

Outra discussão metodológica é encontrada em guias operacionais idealizados por instituições de salvaguarda canadenses. Em 2006, a Historic Places Initiative (HPI), uma colaboração federal, provincial e territorial destinada à conservação no Canadá, criou o *Canadian Register of Historic Places* (CRHP), publicado com o subtítulo *Writing Statements of Significance*. No guia operacional do HPI, os pesquisadores canadenses também assumem a definição de significância publicada pelas edições da *Carta de Burra*, por reconhecê-la como “uma declaração de princípios internacionalmente aceita, que fornece orientação para a conservação e gestão de locais de significância cultural” (CANADIAN..., 2006, p. 11, tradução nossa). Para o HPI (2006), a Declaração de Significância:

É uma declaração dos valores que explicam brevemente o que é o sítio histórico e por que é significativo. A DS identifica os principais aspectos do local que devem ser protegidos para que o sítio histórico continue sendo significativo (CANADIAN..., 2006, p. 4, tradução nossa).

Segundo a instituição canadense, a DS deve ser composta por três seções fundamentais: uma breve descrição do sítio ou monumento histórico avaliado; a identificação dos principais valores patrimoniais atribuídos ao sítio ou monumento histórico; uma lista de seus principais elementos e características. Estrutura também similar às australianas e canadense mencionadas anteriormente.

Ainda que cada instituição tenha desenvolvido uma metodologia que melhor se adaptasse aos seus bens patrimoniais, os guias australianos e canadense convergem operacionalmente a etapas similares, também apontadas na *Carta de Burra*. Contudo, os procedimentos metodológicos discutidos pelas instituições de salvaguarda estão normalmente centrados em como escrever o documento da Declaração de Significância, o produto da análise. Para se chegar à produção da DS, precisam ser identificados os valores patrimoniais do bem cultural, o que tem sido a discussão principal dos teóricos da significância nas últimas décadas, especialmente dos estadunidenses.

Diferente dos guias operacionais australiano e canadense, os Estados Unidos contribuíram para os debates sobre a significância a partir de outra perspectiva. Em 1997, o National Park Service publicou no Boletim do Registro Nacional o guia intitulado *How to Complete the National Register Registration Form*, coordenado pela arquiteta e historiadora Linda McClelland, no qual a significância ganhava uma seção inteira para discussão do processo de elaboração de sua declaração. No guia, está definido:

Significância pode ser encontrada em quatro aspectos da história americana reconhecidos pelos Critérios para o Registro Nacional: (i) associação com eventos históricos; (ii) associação com pessoas importantes; (iii) design distintivo ou características físicas; (iv) potencial para fornecer informações importantes sobre história ou pré-história (MCCLELLAND, 1997, p. 1, tradução nossa).

Em outras palavras, o guia estadunidense relaciona a significância aos quatro critérios estabelecidos para o Registro Nacional e o seu reconhecimento como patrimônio dos Estados Unidos. A proposta de McClelland consistia

no preenchimento de uma ficha pré-definida, subdividida em duas partes: a primeira é destinada à indicação do critério no qual está enquadrado o bem que pretende ser reconhecido como patrimônio estadunidense, seguida de informações a serem preenchidas pelos técnicos do NPS, como dados sobre o proprietário do bem, o projeto, e o projetista, além de espaços para pequenas descrições discursivas sobre marcos importantes da significância, seu recorte temporal avaliado e afiliações culturais relevantes.

Na segunda parte da ficha é sugerida a construção de um texto narrativo, em até duas páginas, justificando a significância identificada. Esse momento representa o que os australianos e canadenses chamam de declaração de significância, propriamente dita, e o texto deve ser escrito de forma sucinta. Em outras palavras, a proposta de McCellannd (1997) para a Declaração de Significância constava, então, de uma etapa objetiva e técnica de análise e enquadramento do bem em algum dos critérios definidos pelo NPS. Tal estratégia é distinta das demais apresentadas pelas instituições australianas e canadenses, que mais se aproximam da *Carta de Burra*.

Porém, essa análise a priori em muito se assemelha à proposta da Unesco para o Valor Universal Excepcional (OUV), que conta com o enquadramento do bem em pelo menos um dos dez critérios definidos pela instituição como “justificativos da sua significância”, para o reconhecimento do título de Patrimônio Mundial.

O guia do NPS tampouco aponta a importância da consulta aos atores sociais para elaboração da segunda parte da ficha, o que levaria a DS a reconhecer apenas os valores identificados pelos especialistas. Essa compreensão da significância como centrada em critérios do NPS condiciona àquele entendimento de que os valores e significados são intrínsecos ao bem e validados exclusivamente por especialistas.

Logo, a postura do NPS assume uma compreensão distinta das demais instituições anglo-saxãs no tocante à elaboração da Declaração de Significância. Os pesquisadores estadunidenses foram, então, responsáveis por alavancar a discussão sobre significância durante os primeiros anos, pois, ao analisarem a prática exercida pela instituição federal de salvaguarda, percebiam a divergência de entendimento existente acerca da noção de significância cultural. Ainda na década de 1980, o NPS já era questionado por acadêmicos estadunidenses a respeito da sua compreensão objetiva e

não relativista da significância. Tais críticas acompanharam a noção de significância pelos anos seguintes e ainda são apontadas nos textos atuais.

#### 4 A SIGNIFICÂNCIA CULTURAL A PARTIR DOS TEÓRICOS ESTADUNIDENSES E BRASILEIROS

No período marcado pelos quarenta anos compreendidos entre a publicação da 1ª edição da *Carta de Burra*, em 1979, até o ano de 2019, realização da pesquisa, os teóricos estadunidenses e brasileiros aparecem como autores dos principais textos que debatem a noção de significância, tornando perceptível o alinhamento ideológico entre as pesquisas desenvolvidas por ambos os países.

##### 4.1 Os pesquisadores estadunidenses

Entre 1980 e 1990, teóricos anglo-saxões passam a apontar problemas de ambiguidade na compreensão de significância, como os estadunidenses Tainter e Lucas (1983) e Green (1998). Ao analisarem as práticas de preservação adotadas por técnicos do NPS, perceberam que os valores patrimoniais eram enxergados como intrínsecos aos objetos patrimoniais, levando os especialistas a interpretar e atribuírem os valores identificados por eles próprios. Contudo, a significância como um conjunto de valores patrimoniais reconhecido e identificado por atores sociais relacionados ao bem requer que o processo conte com a consulta a outros grupos sociais, além dos especialistas. Eis, então, a principal crítica que acompanhou a significância até o cenário contemporâneo. Em *Epistemology of the Significance Concept*, Tainter e Lucas (1983, p. 712, tradução nossa) pontuam:

Aparentemente, a significância, aplicada às propriedades históricas, deve ser tomada como um termo primitivo, cujo sentido os formuladores de leis e regulamentos acreditam ser auto evidente com base na experiência.

Esse questionamento também é evidenciado pelo pesquisador Howard Green, em *The Social Construction of Historical Significance*, publicado em 1998 numa coletânea de textos que compreende a significância cultural como fruto de uma construção social, a partir da interação de diferentes grupos de atores sociais, divergindo, assim, do NPS e não reconhecendo os valores patrimoniais como inerentes ou intrínsecos aos objetos culturais.

Segundo Green (1998, p. 87, tradução nossa), “o termo significância está enraizado no latim para ‘signo’; chegando até nós por meio da palavra ‘significa’; que quer dizer agir como um signo, ou carregar significado”. Ao analisar o comportamento dos especialistas da conservação sobre a compreensão da significância, Green (1998) ressalta a importância de que os significados sejam identificados a partir de um processo social. Para o autor:

Embora a história seja o que os historiadores dizem ser, o que é significativo sobre a história não é determinado por profissionais em áreas relacionadas. É resolvido através de um amplo processo social, no qual os historiadores desempenham apenas um pequeno papel (GREEN, 1998, p. 90, tradução nossa).

Anos mais tarde, em 2004, o pesquisador Randall Mason, professor na Universidade da Pensilvânia (UPPEN), resgatava as discussões apontadas por Tainter e Lucas (1983) e Green (1998). Mason (2004) também analisa o entendimento de significância para as instituições de salvaguarda e os congressistas estadunidenses, publicando o trabalho intitulado *Fixing Historic Preservation: A Constructive Critique of Significance*.

O pesquisador tece uma crítica inicial à teoria da conservação, que se reflete na noção de significância, fundamentado no argumento de que as decisões tomadas a respeito da preservação do patrimônio estão, quase sempre, nas mãos dos especialistas do campo:

Primeiro, a significância tem sido usada, muitas vezes, como um instrumento contundente – ou pior, uma caixa preta. O julgamento na significância é desenhado, atento à arquitetura e aos cânones históricos, associados e validados por acadêmicos. Como um campo, a preservação mostrou pouco apetite por pensar criticamente sobre a significância, ou teorizar o significado (MASON, 2004, p. 64, tradução nossa).

O autor defende, ainda, que “mais vozes” devem ser ouvidas na identificação da significância, visto que os especialistas monopolizam as decisões acerca do patrimônio, e os valores reconhecidos acabam sendo aqueles atribuídos pelos técnicos. Outro ponto evidenciado por Mason está na sua compreensão de que há uma conexão entre aspectos materiais e imateriais que compõem o patrimônio. Porém, para o autor:

À medida que o campo da preservação se tornou profissionalizado ao longo do século XX, enfatizou demais o lado do tecido, na conexão

entre memória e tecido. Isso nos levou a ignorar a natureza essencial da significância – que é uma expressão dos significados culturais, espera-se que mude [...] (MASON, 2004, p. 65, tradução nossa).

Ou seja, as estratégias de preservação enaltecidas pela prática das instituições estadunidenses e pela legislação federal dos EUA estão centradas nos aspectos materiais do patrimônio, e, segundo Mason, essa leitura foi transferida para a forma como é pensada a significância. Destarte, Mason complementa sua crítica apontando que:

O resultado tem sido uma mentalidade preservacionista dominante de “consertar as coisas”, literal e metaforicamente: consertar construções quebradas e estruturas deterioradas, gentrificando distritos históricos abatidos, colocando-os no caminho de tratores e (não menos importante), consertando o significado de construções e locais preservados (MASON, 2004, p. 65, tradução nossa).

Logo, as práticas de conservação estadunidenses assumem postura de “consertar” o patrimônio, priorizando aspectos físicos e materiais, diante da monopolização dos especialistas da conservação no processo de reconhecimento dos valores patrimoniais.

Em contrapartida, ao longo dos anos 2000, Mason integrou a *Pesquisa sobre os valores patrimoniais*, fomentada pelo Getty Conservation Institute (GCI), e, junto às pesquisadoras Érica Avrami e Marta de La Torre elaborou uma série de publicações, entre elas o texto *Assessing the Values of Cultural Heritage* (2002), debatendo usos mais críticos e progressivos do conceito de significância, chegando a se aproximar mais dos valores patrimoniais visando o aprofundamento no tema. A equipe do GCI registra na pesquisa que a teoria da conservação se encontra diante de novos desafios, como a salvaguarda dos valores e da significância do patrimônio, que contribuem para o enaltecimento de aspectos intangíveis dos bens patrimoniais, e para o envolvimento de maior variedade de sujeitos na conservação.

#### 4.2 Os pesquisadores brasileiros

Enquanto os pesquisadores estadunidenses contribuíram para o avanço dos estudos sobre a significância entre as décadas de 1980 e 2000, os teóricos brasileiros enriquecem a discussão, majoritariamente, a partir do início do novo milênio até os dias atuais.

No Brasil, o ex-presidente do Centro de Estudos Avançados sobre a Conservação Integrada (Ceci-PE), Sílvio Zancheti, junto a outros pesquisadores da instituição, em *Judgement and Validation in the Burra Charter Process: Introducing Feedback in Assessing the Cultural Significance of Heritage* (2009), aponta que “a significância cultural é definida como o conjunto de todos os valores identificáveis e resultantes de um julgamento contínuo (passado e presente) e a validação social dos significados dos objetos” (ZANCHETI *et al*, 2009, p. 51, tradução nossa).

No texto, os autores criticam o Artigo 1.2 da *Carta de Burra*, que define: “o significado cultural está incorporado no próprio sítio, no seu tecido, na sua envolvente, na sua utilização, nas suas associações, nos seus registros, nos sítios relacionados e nos objetos relacionados” (CARTA DE BURRA, 2013, p. 5). Para os pesquisadores do Ceci, essa definição torna a significância passível da compreensão dos valores patrimoniais como intrínsecos ao objeto. Zancheti *et al* (2009, p. 50, tradução nossa) pontuam:

Do ponto de vista epistemológico, antes da Carta de Burra, a significância era tratada, basicamente, sob a perspectiva da filosofia empírico-positivista. Nesta abordagem, significância é objetivamente determinada, porque os valores são considerados qualidades inerentes a um sítio.

Sendo assim, os autores reforçam a importância de os valores serem considerados como frutos das atribuições sociais, convergindo com o debate estadunidense. Para Zancheti *et al* (2009), a significância consiste nos valores identificados no presente e no passado, apreendidos em virtude da memória dos atores sociais relacionados ao sítio que, ao atribuírem valores, baseiam sua avaliação em uma “estrutura conceitual que os ajuda a apreender e interpretar os objetos” (ZANCHETI *et al*, 2009, p. 50, tradução nossa). Logo, os atores sociais representam o principal elemento responsável por gerar conhecimento sobre o bem patrimonial. A relação entre sujeito e objeto, para Zancheti *et al* (2009), é algo variável e dependente de contextos (sociais, políticos e culturais), do lugar e do tempo.

A opinião dos autores é que a DS deve ser construída a partir do entendimento do relativismo cultural, e assim poderá tornar-se um instrumento que permite estabelecer: os valores em disputa na sociedade; uma avaliação, no presente, dos valores patrimoniais segundo uma escala de

importância, indicando os conflitos mais relevantes; e uma explicação para ressignificações dos valores do passado até hoje (ZANCHETI *et al*, 2009).

Em *Declaração de Significância: um instrumento de salvaguarda do patrimônio arquitetônico*, os pesquisadores Azevêdo, Pontual e Zancheti (2014) analisam modelos de declaração de significância existentes e realizam um levantamento de procedimentos metodológicos para elaboração de uma DS destinada a exemplares arquitetônicos. Azevêdo, Pontual e Zancheti (2014) sugerem que o período de revisão da Declaração de Significância ocorra a cada dez anos, período indicado pela Unesco nos relatórios periódicos dos Estados Árabes (2004), para realização dos planos de gestão da conservação: “considerando que a declaração de significância é um dos instrumentos utilizados na elaboração de um plano de gestão, pode-se considerar o mesmo intervalo de tempo até a sua revisão” (AZEVEDO; PONTUAL; ZANCHETI, 2014, p. 10). Ainda segundo os autores, é recomendado escrever a declaração de forma sucinta e clara, relacionando os valores e significados do objeto.

Azevêdo, Pontual e Zancheti (2014) discursam sobre a existência de dois tipos de abordagens sobre a construção da significância cultural:

A abordagem objetiva, que compreende os valores como qualidades intrínsecas aos bens patrimoniais, ou seja, como um conceito fixo. Este ponto de vista presume que a cultura pode ser tratada como um conjunto estático de artefatos (MASON, 2004, p. 66) e que o mesmo objeto terá os mesmos valores para diferentes grupos sociais e culturais. Outro ponto de vista é o da abordagem relativista, que apreende os valores como qualidades subjetivas, atribuídas pelos atores sociais, e que se transformam no tempo e no espaço (AZEVEDO; PONTUAL; ZANCHETI, 2014, p. 3).

Em outras palavras, os pesquisadores apontam a existência de duas leituras distintas identificadas na compreensão da significância: a objetiva, centrada nos valores interpretados por técnicos e especialistas, e a relativista, que aposta na consulta a atores sociais diversos para validação dos valores patrimoniais. Contudo, ainda que sejam admitidas abordagens objetiva e relativista, tem se estabelecido, no universo da teoria da conservação, o entendimento a partir da apreensão de valores como qualidades subjetivas e atribuídas por atores sociais.

Nos últimos anos, o campo da conservação tem discutido sobre metodologias para compreensão de valores e significados, e identificado procedimentos metodológicos que contribuam para a aplicação da significância como instrumento de salvaguarda. Entre 2015 e 2017, a Fundação Getty, através do programa *Keeping it Modern*, fomentou subsídios para elaboração de planos de gestão da conservação para quatro edifícios modernos brasileiros: a sede da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP); o Pavilhão Arthur Neiva, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz); a Casa de Vidro, projeto de Lina Bo Bardi; e o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp).

Até 2014, o *Keeping it Modern* já havia fomentado mais de cinquenta planos de gestão da conservação em diversos países “que guiem as ações nessas obras a longo prazo e estabeleçam paradigmas para a conservação da arquitetura do período” (KÜHL, 2019, p. 17). Entre as demandas dos planos de gestão da conservação estava a elaboração de Declarações de Significância sobre os bens patrimoniais modernos, adotando princípios metodológicos da *Carta de Burra*. Os planos de gestão elaborados compõem o *Keeping it Modern: Report Library*, junto aos bens patrimoniais dos outros países contemplados com os subsídios da Fundação Getty.

Ou seja, à medida que a noção de significância se estabelecia no campo teórico e apontava críticas convergentes entre os principais pesquisadores brasileiros e estadunidenses, ao longo dos últimos quarenta anos, sua aplicação se manteve bastante objetiva enquanto instrumento de preservação pelas instituições de salvaguarda, nem sempre consultando atores sociais diversos para identificação dos valores e da significância do bem.

Em *Da natureza complexa dos bens culturais: a indissociabilidade entre significância cultural, integridade e autenticidade*, a professora da Universidade de Brasília, Lira (2017, p. 14), enfatiza que: “nas últimas duas décadas, a teoria tradicional da conservação tem passado por processos de revisão e renegociação das verdades pré-concebidas e dos valores absolutos”. Lira tem aprofundado o estudo sobre a operacionalização da significância, buscando consolidar matriz metodológica que permita a análise sistematizada sobre os bens culturais, em um processo que envolve o “consenso sobre a significância” que possa orientar ações projetuais. Afinal, para a pesquisadora:

A significância equivale ao conjunto de valores atribuídos ao bem. O nível de significância influi diretamente na forma como se conduzirá a ação de conservação. Valores podem estar em conflito e o entendimento da significância cultural do bem permite hierarquizá-los e orientar o processo de conservação para que seja priorizada a manutenção no tempo daqueles mais relevantes (LIRA, 2017, p. 22).

Logo, Lira (2017) reforça a importância de estudos como a significância na orientação de ações projetuais, pois serão pautados no processo de validação intersubjetiva que resultará na identificação dos valores atribuídos por atores sociais relacionados ao bem.

Nas últimas décadas, pesquisadores estadunidenses e brasileiros têm aprofundado os questionamentos e discussões sobre a noção da significância no âmbito teórico, além de seu funcionamento como instrumento de salvaguarda, na prática de conservação; e têm convergido ideologicamente sobre o entendimento da significância.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica realizada esteve centrada na compreensão teórica da significância e de seu contexto segundo os especialistas da conservação e das instituições de salvaguarda anglo-saxões e brasileiros, que têm buscado orientar a significância para alguns desafios que precisam ser superados de modo a ter uma maior efetividade como instrumento de conservação. Ao longo de quatro décadas (1979-2019) de discussão, os principais textos e teóricos brasileiros e estadunidenses convergem a um entendimento sobre a significância e sua importância na prática da conservação.

Segundo pesquisadores brasileiros, a significância tem sido compreendida a partir de duas abordagens distintas: uma objetiva, na qual os valores identificados são frutos da pesquisa dos especialistas e técnicos das instituições de salvaguarda, e outra relativista, que defende a consulta junto aos atores sociais para a validação de valores atribuídos ao bem.

A operacionalização da noção de significância tem sido aprofundada pelos teóricos da conservação e pelas instituições de salvaguarda, e alguns procedimentos metodológicos sugeridos são identificados em métodos propostos, como: levantamento e identificação do bem; julgamento e validação de valores junto aos atores sociais relacionados; a redação do documento da declaração de significância. Todavia, há maior foco na

metodologia de elaboração da Declaração de Significância do que no desenvolvimento de métodos de pesquisa e identificação de valores junto a grupos diversos de atores sociais.

A significância, então, caminha a um estado de discussão teórica em consolidação, no qual estudos brasileiros, estadunidenses e anglo-saxões permitem identificar desafios contemporâneos que, se superados, podem auxiliar no amadurecimento da noção: como pensar o envolvimento de outros campos do saber; de se ouvir “mais vozes” de atores sociais na identificação da significância; e, acima de tudo, ser mais adotada como instrumento de conservação na prática de preservação.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Gabriela; PONTUAL, Virginia; ZANCHETI, Silvio. Declaração de significância: um instrumento de salvaguarda do patrimônio arquitetônico. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE REABILITAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E EDIFICADO*, 12., 2014, Bauru. *Anais* [...]. Bauru: FAAC-UNESP, 2014. p. 1712-1722.
- CANADIAN Register of Historic Preservation: Writing Statements of Significance. Winnipeg: Parks Canada, 2006.
- GREEN, Howard L. The Social Construction of Historical Significance. *In: TOMLAN, M. A. (ed.). Preservation of What, for Whom?: A Critical Look at Significance*. Ithaca: National Council for Preservation Education, 1998.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. Reflexões sobre os projetos do programa Keeping it Modern / Fundação Getty Brasil. *In: ANELLI, R. (org.). Plano de Gestão e Conservação: Casa de Vidro*, arquiteta Lina Bo Bardi. São Paulo: IAU-USP: Instituto Bardi Casa de Vidro, 2019.
- LIRA, Flaviana Barreto. Da natureza complexa dos bens culturais: a indissociabilidade entre significância cultural, autenticidade e integridade. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO: ARQUIMEMÓRIA*, 5., 2017, Salvador. *Anais* [...]. Salvador: IAB-Bahia, 2017. p. 6-30.
- MASON, Randall. Fixing Historic Preservation: A Constructive Critique of “Significance”. *Places*, San Francisco, v. 16, n. 1, p. 64-71, 2004. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/74qoj4j2>. Acesso em: 17 mar. 2020.
- MCCLELLAND, Linda F. *National Register Bulletin: How to Complete the National Register Registration Form*. Washington, DC: U.S. Department of the Interior, 1997.
- NATIONAL PARK SERVICE. Historic Sites Act. Federal Historic Preservation Law. Disponível em: [https://www.nps.gov/parkhistory/online\\_books/fhpl/historic\\_sites\\_act.pdf](https://www.nps.gov/parkhistory/online_books/fhpl/historic_sites_act.pdf). Acesso em: 17 mar. 2020.
- RUSSEL, Roslyn; WINKWORTH, Kylie. *Significance 2.0: A Guide to Assessing the Significance of Collections*. Adelaide: Collections Council of Australia, 2009.

TAINTER, Joseph; LUCAS, John. Epistemology of the significance concept. *American Antiquity*, Cambridge, v. 48, n. 4, p. 707-719, 1983. DOI 10.2307/279772.

THE BURRA CHARTER. *The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance*, 1979; 1999; 2013. Tradução Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Disponível em: <https://openarchive.icomos.org/id/eprint/2145/>; <https://australia.icomos.org/wp-content/uploads/The-Burra-Charter-2013-Adopted-31.10.2013.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

THE VENICE CHARTER. *The International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites*, 1964. Tradução Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Disponível em: <https://www.icomos.org/en/participer/179-articles-en-francais/ressources/charters-and-standards/157-the-venice-charter>. Acesso em: 22 nov. 2019.

ZANCHETI, Silvio Mendes *et al.* Judgment and Validation in the Burra Charter Process: Introducing Feedback in Assessing the Cultural Significance of Heritage. *Revista City & Time*, Recife, v. 4, n. 2, p. 47-53, 2009. Disponível em: <http://www.ceci-br.org/novo/revista/docs2009/CT-2009-146.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.



# EM DIREÇÃO AOS ARRABALDES:

A (TRANS)FORMAÇÃO DE UM ANTIGO CAMINHO  
DE EXPANSÃO URBANA EM FORTALEZA

**ISABELLE DE LIMA ALMEIDA**, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE,  
NATAL, RIO GRANDE DO NORTE, BRASIL

Arquiteta e urbanista graduada pela Universidade de Fortaleza (Unifor). Especialista em Reabilitação Ambiental Sustentável pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU/UnB). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAU/UFRN).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8589-8870>

E-mail: [isabell.almeid@gmail.com](mailto:isabell.almeid@gmail.com)

**ANA CECÍLIA SERPA BRAGA VASCONCELOS**, UNIVERSIDADE DE FORTALEZA,  
FORTALEZA, CEARÁ, BRASIL

Arquiteta e urbanista graduada pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela mesma instituição e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Fortaleza (Unifor) e membro do Comitê Científico de Documentação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos Brasil).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8708-474X>

E-mail: [anaceciliavas@unifor.br](mailto:anaceciliavas@unifor.br)

**DOI**

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v17i34p32-53>

**RECEBIDO**

25/03/2021

**APROVADO**

25/04/2022

## **EM DIREÇÃO AOS ARRABALDES: A (TRANS)FORMAÇÃO DE UM ANTIGO CAMINHO DE EXPANSÃO URBANA EM FORTALEZA**

ISABELLE DE LIMA ALMEIDA, ANA CECÍLIA SERPA BRAGA VASCONCELOS

### **RESUMO**

Este trabalho investiga o processo de formação e transformação do antigo bairro do Calçamento de Messejana, localizado em Fortaleza, no Ceará. A área originou-se a partir de um eixo histórico de expansão urbana do núcleo fundacional da cidade em direção aos seus arrabaldes. Atualmente conhecida como Joaquim Távora, essa porção da cidade caracteriza-se pela permanência de edifícios históricos remanescentes do antigo casario eclético, oriundos da ocupação linear ao longo do caminho de saída da cidade. Hoje, os exemplares arquitetônicos de interesse cultural mostram-se como uma resistência local diante da pressão exercida pelo mercado imobiliário na produção de novas torres de apartamentos, fator que tem estimulado a demolição e o abandono de imóveis antigos. Nesse sentido, esta pesquisa busca resgatar as características arquitetônicas, urbanísticas, sociais e culturais que historicamente moldaram o espaço urbano local. A partir disso, propõe-se uma reflexão acerca do atual quadro da política urbana de conservação do patrimônio cultural, edificado em meio ao desaparecimento de uma quantidade expressiva de exemplares arquitetônicos que compõem a paisagem urbana fortalezense. Como resultado desse processo, cria-se um cenário em que tradições urbanas não ocupam um lugar de importância política e social.

### **PALAVRAS-CHAVE**

História urbana. Patrimônio arquitetônico. Paisagem urbana.

## **TOWARDS THE OUTSKIRTS: (TRANS)FORMATION OF AN OLD URBAN EXPANSION PATH IN FORTALEZA**

ISABELLE DE LIMA ALMEIDA, ANA CECÍLIA SERPA BRAGA VASCONCELOS

### **ABSTRACT**

This paper explores the creation and transformation processes of the old neighborhood of Calçamento de Messejana, located in Fortaleza, Ceará, Brazil, which originated from a historic urban expansion axis from the city's founding center towards its outskirts. Currently known as Joaquim Távora, this part of the city is characterized by old buildings remnants from the historical urbanization process. Today, these historical houses are an important local opposition against the real estate market and its production of apartment towers, which has advanced the demolition and abandonment of old properties. Hence, this study recovers the architectural, urbanistic, administrative, social, cultural and religious characteristics that historically shaped the urban space of Fortaleza to reflect on the current urban policy for cultural heritage conservation amidst a scenario of imminent disappearance of significant historical architectural models from the urban landscape. Such a process results in a scenario where urban traditions have no cultural and political significance.

### **KEYWORDS**

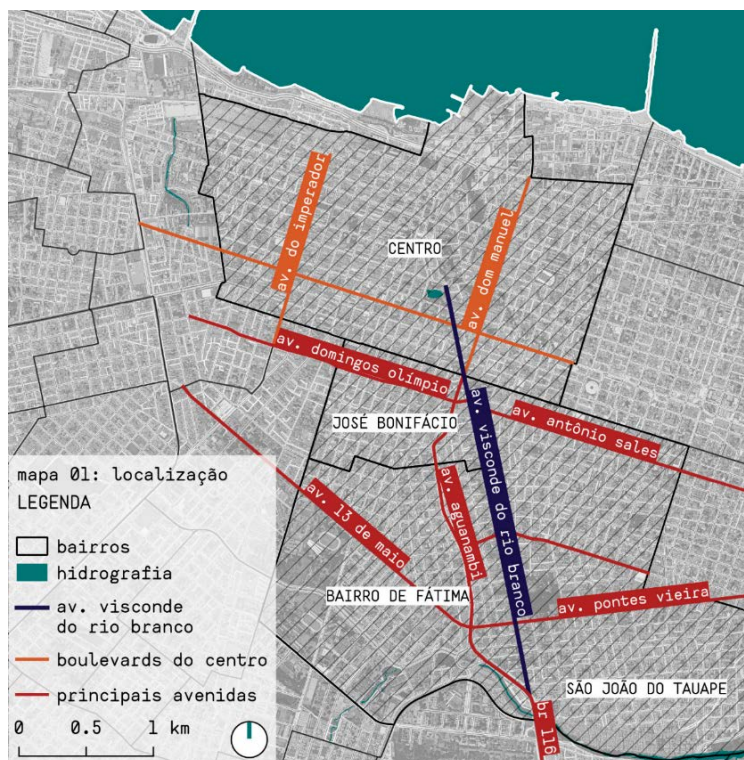
Urban history. Architectural heritage. Urban landscape.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho investiga os processos de formação e transformação da avenida Visconde do Rio Branco, localizada no setor centro-sudeste de Fortaleza, no Ceará (Figura 1). Originada a partir do antigo bairro do Calçamento de Messejana, a área conta, ainda hoje, com exemplares arquitetônicos de interesse cultural remanescentes do final do século XIX e do início do século XX. Durante esse período, a avenida consolidava-se como um caminho de expansão urbana do núcleo fundacional de Fortaleza em direção aos seus arrabaldes, atraindo uma ocupação linear contínua ao longo do caminho de saída da cidade. Formava-se, assim, um casario eclético, cujos exemplares de arquitetura, tanto erudita quanto popular, espalhavam-se de um lado e do outro dos trilhos da linha de bonde do Calçamento de Messejana.

FIGURA 1

Localização da  
avenida Visconde  
do Rio Branco.  
Fonte: elaborada  
pelas autoras.



Ao incorporar-se como uma diagonal ao traçado viário predominantemente ortogonal da área central de Fortaleza, o antigo caminho permitiu o crescimento da cidade em direção à sua porção sudeste, estruturando, assim, a ocupação urbana ao longo de seu eixo. Desse modo, o antigo acervo arquitetônico da avenida Visconde do Rio Branco constitui-se como um importante documento histórico da formação e expansão urbana de Fortaleza em direção aos seus arrabaldes.

Não obstante, durante o século XX – especialmente durante a sua fase mais rodoviarista, por volta dos anos 1970 –, a abertura ou o alargamento de eixos viários resultou em demolições de trechos do antigo casario do Calçamento de Messejana. Já neste século, exemplares arquitetônicos de interesse cultural que resistiram às mudanças viárias passaram a sofrer com as ameaças de descaracterização e demolição, decorrentes das dinâmicas de valorização do solo urbano e produção imobiliária.

À exceção dos tombamentos municipais do parque da Liberdade e do antigo Colégio das Dorotéias, o acervo arquitetônico de interesse cultural da avenida Visconde do Rio Branco não motivou a implementação de políticas públicas de proteção de seu patrimônio cultural edificado, seja por meio do tombamento ou do planejamento urbano. Atualmente, sua paisagem encontra-se inserida em meio a um processo dicotômico de transformação: por um lado, destaca-se o avanço da degradação urbana, com a demolição e o abandono de imóveis antigos; por outro, acentua-se um intenso processo de renovação urbana, por meio da atuação do mercado imobiliário na produção de novos prédios de apartamentos. Esse cenário se dá em concordância com o Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDP), elaborado em 2009, que estimula a verticalização residencial através de seus parâmetros urbanísticos (FORTALEZA, 2009). Dessa forma, a legislação urbana vigente oferece um potencial construtivo atraente à atuação do mercado imobiliário, sem apresentar, entretanto, instrumentos que alinhem essa renovação a uma política de reconhecimento e preservação de edifícios antigos. Nesse contexto, os exemplares de arquitetura histórica evidenciam-se como elementos de grande importância para a memória urbana, assim como se destaca a sua fragilidade perante as dinâmicas de transformação da paisagem urbana.

O presente trabalho encontra-se estruturado em três partes. A primeira trata do processo de urbanização e expansão da Vila do Forte, assentamento urbano colonial que deu origem a Fortaleza contemporânea. Na sequência, é feita uma exposição sobre a formação do antigo bairro do Calçamento de Messejana. Por fim, analisa-se a paisagem urbana da atual avenida Visconde do Rio Branco, com a identificação de permanências e transformações.

As análises aqui apresentadas têm como referencial a tese de doutorado de Margarida Andrade (2012), intitulada *Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)*. O trabalho de Andrade foi de suma importância para a organização de fontes, conteúdos e métodos que balizaram a escrita deste artigo, especialmente em relação à metodologia de espacialização e reconstituição cartográfica adotada. Complementarmente, realizou-se consulta aos trabalhos de José Liberal de Castro (1994; 2014), Milton Santos (2006), Ana Fani Carlos (2007), Marcelo Capasso (2007), Maria Clélia Costa (2014) etc.

## 2 URBANIZAÇÃO E EXPANSÃO DA VILA DO FORTE

A Vila do Forte, assentamento urbano que deu origem a atual Fortaleza, era descrita por viajantes do século XVIII como apenas “um forte, um riacho e poucos moradores” (COSTA, 2014, p. 44). Durante esse período, havia no Ceará a predominância da atividade econômica da pecuária. Desse modo, a importância da Vila do Forte era diminuta perante as demais vilas da capitania que se concentravam no sertão cearense (ANDRADE, 2012). Foi somente com o desenvolvimento da produção do algodão para exportação e com a emancipação do Ceará em relação a Pernambuco, em 1799, que Fortaleza se tornou capital, adquirindo, assim, o status e as características de um centro urbano (COSTA, 2014).

Fortaleza passou, então, a desempenhar a importante função de polo comercializador e exportador da economia do algodão, atraindo investimentos para a sua infraestrutura urbana, principalmente para as instalações portuárias, que se tornaram essenciais à economia e ao comércio da capitania (ANDRADE, 2012). Ainda assim, no início do século XIX,

a vila não passava de umas poucas ruas arenosas, formadas por um casario de baixa qualidade material, ruas nascidas ao pé do Forte e cujo desenvolvimento acompanhava as curvas do riacho Pajeú, em sua margem esquerda (CASTRO, 1994, p. 44)

e a diminuta aglomeração de Fortaleza seria elevada a cidade apenas em 1823.

À medida que crescia, Fortaleza estabelecia-se como um espaço geográfico privilegiado no Ceará, tornando-se, dessa forma, um ponto de convergência de diversas estradas que conectavam a capital ao interior, assim como às províncias vizinhas. A partir de Fortaleza, e sobretudo do Forte, saíam as “radiais nascidas no centro da cidade, todas velhos caminhos de comunicação com o interior da Província” (CASTRO, 1994, p. 58), dentre as quais se encontravam as estradas “de Jacarecanga, de Soure, de Arronches, do Aquiraz, da Precabura, e a Picada de Macoripe” (COSTA, 2014, p. 90).

Nesse contexto, almejava-se ordenar a malha viária da capital, levando à criação do primeiro plano urbano de Fortaleza, elaborado pelo engenheiro militar Silva Paulet, também responsável pelas obras da nova fortaleza de Nossa Senhora da Assunção e do Mercado Municipal. O plano, datado de 1812, orientava o crescimento da vila a oeste do núcleo urbano, consolidado

através de um traçado ortogonal, “com ‘ruas’ no sentido norte-sul e ‘travessas’ no sentido leste oeste” (ANDRADE, 2012, p. 83). Dessa forma, foi imposta uma malha xadrez, desprezando o sentido natural do crescimento da vila, “que tendia a acompanhar as tortuosidades do Pajeú” (COSTA, 2014, p. 93).

Assim, a expansão urbana de Fortaleza no início do século XIX se dava por meio da reprodução e da ocupação de uma malha ortogonal que, “embora pudesse traduzir aspirações envolvidas com o ‘moderno’ ” e com as ideias higienistas então vigentes, dava continuidade ao “sistema de lotes estreitos e profundos, de evidente cunho medieval” (CASTRO, 1994, p. 78). Como resultado dessas características urbanas e fundiárias, existia na Fortaleza daquela época uma noção de distinção de classes a partir da posição do lote, que “valorizava social e imobiliariamente as casas conforme a incidência da insolação” (CASTRO, 2014, p. 49). Segundo Castro (2014, p. 49-50), as casas

[...] localizadas nas ruas norte-sul, com frente voltada para o leste, desfrutavam de especial condição. Chamavam-se casas do “lado da sombra”, porque recebiam frontalmente, na sala de visitas, o sol matinal benfazejo e a contínua ventilação amenizadora, além de permitirem que à tardinha a família pudesse espairecer à frente da casa, todos sentados à calçada, formando rodas de conversação. O mesmo não ocorria nas casas do “lado do sol”, cuja sala de visitas, exposta ao sol quente da tarde, obrigava à reclusão, ao encontro familiar no alpendre da cozinha ou no quintal. O traçado urbano também propiciava um terceiro tipo de lotes, localizados nas “travessas”, isto é, nas ruas leste-oeste. Resultavam do aproveitamento dos quintais das casas de esquina, divididos em pequenas parcelas ocupadas por uma seqüência de quartos onde vivia gente menos favorecida, dedicada a tarefas humildes. Morar em “casa de travessa” redundava em demérito social.

Com o processo de expansão, guiado pelo desenho urbano de Silva Paulet, alguns dos “velhos caminhos de saída” da cidade foram sendo “gradativamente incorporados à malha urbana em expansão” (CASTRO, 1994, p. 76). Dessa forma, algumas estradas desapareceram do núcleo urbano central, enquanto outras se estabeleceram através de um sistema viário radial-perimetral, “convertendo-se nos vetores de crescimento da cidade” (ANDRADE, 2012, p. 66).

A expansão de Fortaleza para além do reduzido núcleo central desenhado por Paulet ocorreu apenas na segunda metade do século XIX, quando o engenheiro e arquiteto Adolfo Herbster foi contratado para planejar o crescimento da capital. A manutenção do traçado xadrez era

tida como inquestionável naquele momento, e, a partir daí, Herbster pautou o desenho da nova malha viária (CASTRO, 1994). O processo de planejamento teve início pela realização de um levantamento cartográfico de Fortaleza, resultando na *Planta exacta da capital do Ceará*, de 1859. Nesta planta, Herbster identificou o núcleo urbano consolidado e, em sua periferia, a existência de amplas áreas ocupadas por moradias informais, representadas como casas de palhas, que se concentravam na periferia da área urbanizada (ANDRADE, 2012). A partir do processo de levantamento e representação da ocupação urbana existente, teve início a elaboração dos planos de expansão viária da cidade que resultaram nas plantas de 1863 e 1888 (Figura 2), sendo esta última uma atualização da primeira (CASTRO, 1994).

FIGURA 2  
Planta da cidade de  
Fortaleza, de 1888.  
Fonte: Biblioteca  
Nacional (1888).



A planta de 1888 introduz a novidade da representação das linhas de bondes de tração animal, inaugurados na cidade em 1882 (CASTRO, 1994).

As linhas partiam do centro e se direcionavam aos arrabaldes elitizados da cidade (CAPASSO, 2007), os quais cresceram a partir dos eixos viários das antigas estradas que partiam do núcleo urbano fundacional. Nesse contexto, os locais de moradia eram determinados pela classe social de seus habitantes: os de maior renda concentravam-se no centro e nos arrabaldes bucólicos, acessíveis por linhas de bonde, como os bairros elitizados do Jacarecanga e do Benfica; já a população mais carente que não podia pagar pelo terreno urbano, dependia da autoconstrução informal de suas choupanas nos arredores da área central, mais urbanizada (COSTA, 2014). De acordo com Thomaz Pompeu (1997 apud ANDRADE, 2012), Fortaleza contava, em 1863, com cerca de 960 casas de tijolo, dentre as quais oitenta eram sobrados, e mais 7200 casas cobertas de palha. Sendo assim, 88% das moradias de Fortaleza eram palhoças. Andrade (2012, p. 79) levanta algumas questões e suposições em relação à temática da moradia popular no plano de Herbster:

Aqui merecem algumas perguntas: como as palhoças seriam incorporadas ao plano de Herbster? Houve uma política de reassentamento e inclusão da população excluída pelo plano? Ao que indica, o plano e as posturas municipais induziram à eliminação das palhoças nas novas áreas arruadas cabendo à iniciativa privada comprá-las e reedificar novas edificações com materiais construtivos mais duráveis e conforme o alinhamento das ruas.

O desenho urbano proposto por Herbster destaca-se pelo contorno viário da área central através dos boulevards, que formam um quadrado “aberto no lado que faria face com o mar” (CASTRO, 1994, p. 67), sendo estes os do Imperador, do Livramento (atual Duque de Caxias) e da Conceição (atual Dom Manuel), responsáveis por demarcar o perímetro da cidade. Fora desse circuito delimitado pelos boulevards, a expansão da ocupação se dava “timidamente”, com as “radiais como vetores de penetração, compreendendo uma sequência de chácaras que se agregavam nos arrabaldes mais agradáveis” (CASTRO, 1994, p. 67). É o caso do eixo de crescimento em direção ao sudeste da cidade, onde se encontrava a estrada de Messejana, denominada por Herbster como boulevard do Visconde do Rio Branco (CASTRO, 1994). Entretanto, a aplicação do desenho urbano de Herbster criava algumas incongruências, devido à sobreposição da malha dos novos boulevards e quarteirões à consolidada ocupação urbana ao

longo da estrada. Infere-se que, com a implementação do traçado viário proposto por Herbster, foram demolidas partes da continuidade formada pelo casario, o qual se estendia pelo percurso de saída da cidade em direção à Messejana, em especial os trechos dos cruzamentos da velha estrada com os boulevards do Livramento e da Conceição.

Assim, com base na proposta de Herbster, a cidade se expandia, superando os obstáculos iniciais do “solo arenoso em que a cidade se implantava” (CASTRO, 1994, p. 63). Nesse cenário, persistia o “sistema de divisão fundiária caracterizado por lotes profundos e estreitos, de velha herança colonial portuguesa”, que levou ao predomínio da ocupação do solo urbano por meio da tipologia da casa-corredor, formando um casario contínuo e majoritariamente térreo ao longo dos eixos viários da cidade (CASTRO, 1994, p. 68). Não obstante, o planejamento de Herbster teve “grande papel no aspecto com que a cidade chegou ao século XX” (COSTA, 2014, p. 104). Desse modo, a Fortaleza do início daquele século ainda crescia através do preenchimento do traçado proposto por Herbster.

### 3 FORMAÇÃO DO BAIRRO DO CALÇAMENTO DE MESSEJANA

A atual avenida Visconde do Rio Branco surge, em meados do século XIX, a partir da ocupação urbana ao longo do caminho de saída de Fortaleza em direção à Messejana. O núcleo urbano linear iniciava-se na altura do Açude do Garrote – atualmente localizado no parque da Liberdade – e dispersava-se, aos poucos, até atingir a área alagável do riacho Tauape. Mais tarde, o casario contínuo ali formado veio a constituir-se, no imaginário da população fortalezense, como o bairro do Calçamento de Messejana.

O percurso até a Messejana origina-se a partir da trama de veredas da antiga Estrada Geral que, durante o período colonial, conectava a Vila do Forte às capitânicas do Rio Grande do Norte e Pernambuco, “passando pelas vilas de Messejana, Aquiraz e Aracati” (ANDRADE, 2012, p. 60). A estrada em si, no entanto, surge oficialmente apenas em 1836, quando o governo provincial de José Martiniano de Alencar (1834-1837) estabelece a abertura de uma estrada entre a capital e a Vila de Aracati (RIBEIRO, 1982), localizada no litoral leste do Ceará. A obra levou cerca de um século para ficar pronta (FREITAS, 2013); o calçamento da estrada, por sua vez, começou

em 1870 e foi finalizado em 1936 (FREITAS, 2013). Inicialmente de pedra tosca, foi substituído, mais tarde, por paralelepípedos (MAGALHÃES, 2009).

A ocupação linear ao longo do caminho que levava à Messejana data, no mínimo, do início do século XIX, porém, intensificou-se, aparentemente, a partir da segunda metade do século XIX, quando Adolfo Herbster consolidou em seu plano o eixo viário do Calçamento de Messejana, o qual passava a se chamar boulevard do Visconde do Rio Branco. O plano de 1888 retrata que a área era contemplada por uma linha de bonde movido por tração animal, tendo como ponto final a estação de Ferro Carril, construída em 1879 (ALMADA, 2003).

Em 1913, os bondes elétricos foram introduzidos em Fortaleza. À época, a linha do Calçamento de Messejana percorria os 2.450 metros entre a praça do Ferreira e a estação de Ferro Carril. Havia uma proposta para que os bondes seguissem por trilho até a Messejana, sendo o trajeto expandido em 1925 até a terceira seção, no cruzamento com a avenida Pontes Vieira (SAMPAIO, 2009).

A linha chegou a ser a segunda mais extensa rota de bonde da cidade, perdendo apenas para a linha do Alagadiço (ALMADA, 2003). Contudo, o modal era precário, e o plano de chegar até Messejana nunca foi concretizado. Segundo Nirez (2001), a ligação entre o final do Calçamento de Messejana e a localidade de Cajazeiras, próxima de Messejana, era realizada desde 1927 por um veículo suburbano puxado por um trator. A partir de 1934, foi inaugurada a linha de ônibus que realizava o percurso entre a área central de Fortaleza e Messejana, então incorporada aos limites municipais da capital cearense como um distrito (RIBEIRO, 1982). Atualmente, Messejana é um dos 121 bairros de Fortaleza, assim como Cajazeiras.

Os arrabaldes bucólicos servidos por linhas de bonde mostravam-se atrativos para a construção de moradias. No caso do Calçamento de Messejana, a área começou a ganhar moldes de bairro a partir da instalação dos trilhos do bonde (Figura 3), tornando-se um intenso corredor comercial e residencial. Nesse momento, o bairro era mais procurado pelas camadas médias da população, que não podiam “ocupar os lugares mais nobres da cidade, como Jacarecanga e Benfica” (SAMPAIO, 2009, p. 4). Assim, o bairro foi sendo formado, passando oficialmente a ser chamado de Joaquim Távora em 1930 (NIREZ, 2001). De acordo com Sampaio (2009, p. 3), ele “não tinha tantos palacetes, mas sim uma uniformidade

no casario, residências simples, geminadas, que se espalhavam de um lado e do outro dos trilhos da linha de bonde”.

FIGURA 3

Núcleo urbano  
do Calçamento  
de Messejana no  
início do século XX.  
Fonte: Arquivo Nirez.



Presume-se, assim, que a paisagem urbana do boulevard do Visconde do Rio Branco era marcada pela presença pontual de chácaras e sobrados, sendo estes habitados pelas classes sociais mais abastadas. Havia ali, portanto, uma predominância de casas térreas, com ou sem porão alto, implantadas junto ao alinhamento da via. Supõe-se que essas residências eram destinadas majoritariamente ao aluguel, tendo em vista que, no final do século XIX, cerca de 70% da população fortalezense vivia em imóveis alugados (ANDRADE, 2012). Tal modalidade habitacional surge a partir do processo de parcelamento de antigos sítios e fazendas localizados nas margens das antigas “estradas empedradas [...] futuras áreas de expansão urbana da cidade” (ANDRADE, 2012, p. 143-144). Havia, portanto, uma grande concentração imobiliária e fundiária nas mãos da elite urbana de Fortaleza, que construiu um verdadeiro “mercado de terras” na periferia do núcleo urbano consolidado (ANDRADE, 2012).

Não se exclui, no entanto, a possibilidade da autoconstrução informal de moradias por parte dos setores de baixa renda, uma vez que há, naquele espaço, o registro de pequenas casas térreas ao rés do chão de porta e janela e “meia-água”, modelo habitacional bastante tradicional na Fortaleza do século XIX, cujo telhado contava com apenas um caimento em direção ao quintal. Essas casas ocupavam lotes muito estreitos, e, em vista disso, suas fachadas geralmente apresentavam duas aberturas ou, por vezes, restringiam-se a uma única porta. Neste último caso, adotavam-se as portas roladas, em que “seccionava-se horizontalmente a folha ou uma das folhas da porta, ao meio, permanecendo a parte inferior fechada com ferrolho, à feição de peitoril, enquanto o trecho superior se abria, como janela” (CASTRO, 2014, p. 46).

Como resultado desse padrão de ocupação do solo, o bairro do Calçamento de Messejana apresentava uma estrutura fundiária de lotes bastante estreitos e compridos, resultando num parcelamento do solo bastante similar àquele existente na área central da cidade. O bairro afasta-se, portanto, das características fundiárias dos arrabaldes elitizados do Benfica e Jacarecanga, onde predominavam chácaras isoladas em amplos terrenos. Havia, no entanto, uma diferença em relação à área central: os lotes ao longo do boulevard do Visconde do Rio Branco costumavam ser ainda mais profundos do que aqueles do núcleo urbano consolidado, tendo em vista que, até então, não existia o arruamento e a delimitação de quadras por trás da ocupação urbana linear do Calçamento de Messejana – a oeste do boulevard, estava o vale do riacho Aguanambi, área ocupada por sítios –, o que possibilitava a existência de áreas de cultivo e criação de animais aos fundos dos lotes. Desse modo, desenvolveu-se ali uma arquitetura híbrida, com elementos espaciais e arquitetônicos tradicionais do sertão cearense, encobertos por um pano de alvenaria que atuava como suporte de uma decoração consoante com os estilos arquitetônicos então vigentes, como o neogótico, neoclássico, art nouveau e art déco. O resultado era um casario marcado pela estética do ecletismo em voga naquele momento, que se constituiu como o “traço expressivo da imagem urbana da capital cearense” (CASTRO, 2014, p. 13).

Posteriormente, já em meados do século XX, inicia-se o processo de formação do que seria mais tarde conhecido como o bairro da

Piedade (Figura 4), um núcleo urbano originado a partir da ocupação da área a leste do eixo do boulevard do Visconde do Rio Branco. Segundo Magalhães (2009, p. 13), “por trás do casario, a gente abaixo da linha da pobreza também começava a povoar as extensões de terra, fincando na areia frouxa os seus barracos de taipa, cobertos com palhas de carnaúba”. Essa descrição revela um forte contraste entre os núcleos do Calçamento de Messejana e da Piedade: por um lado, o primeiro presenciava a formação de um contínuo casario em alvenaria, produzido por um mercado habitacional rentista e destinado a uma população de classe média atraída pela acessibilidade garantida pelo bonde; por outro lado, os moradores da Piedade dependiam da autoconstrução de suas moradias precárias e enfrentavam dificuldades materiais e sociais. Entende-se que a instalação desses núcleos urbanos antagônicos ocorreu conforme um processo histórico de segregação socioespacial fortemente marcado pela concentração da propriedade privada da terra, que tornou a habitação formal inacessível a grande parte da população fortalezense.

FIGURA 4

Núcleo urbano da Piedade no início do século XX. Fonte: Arquivo Iphan/CE.



Por volta da metade do século XX, em 1947, os bondes deixavam de circular em Fortaleza, sendo substituídos por linhas de ônibus (SAMPAIO, 2009). Em concordância com a implantação de um modelo

rodoviarista de cidade, a avenida Visconde do Rio Branco foi asfaltada no ano seguinte. Intensificava-se, assim, a circulação de automóveis através de seu eixo viário.

Mais tarde, em 1972, inaugurou-se a oeste da Visconde do Rio Branco a avenida Aguanambi (NIREZ, 2001), que canalizou o riacho homônimo e demoliu o trecho correspondente ao atual cruzamento do boulevard com a rua Padre Valdevino – próximo à antiga estação de Ferro Carril –, conectando a Aguanambi à avenida Dom Manoel. Já em 1975, o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem deu início às obras da BR-116 em Fortaleza, que levou à ampliação da rodovia no trecho entre Fortaleza e Cajazeiras, inaugurado em 1981 (RIBEIRO, 1982). Estima-se que, com a abertura da BR-116, diversos exemplares arquitetônicos históricos tenham desaparecido ao longo do velho caminho de ligação entre Fortaleza e a antiga Vila de Messejana.

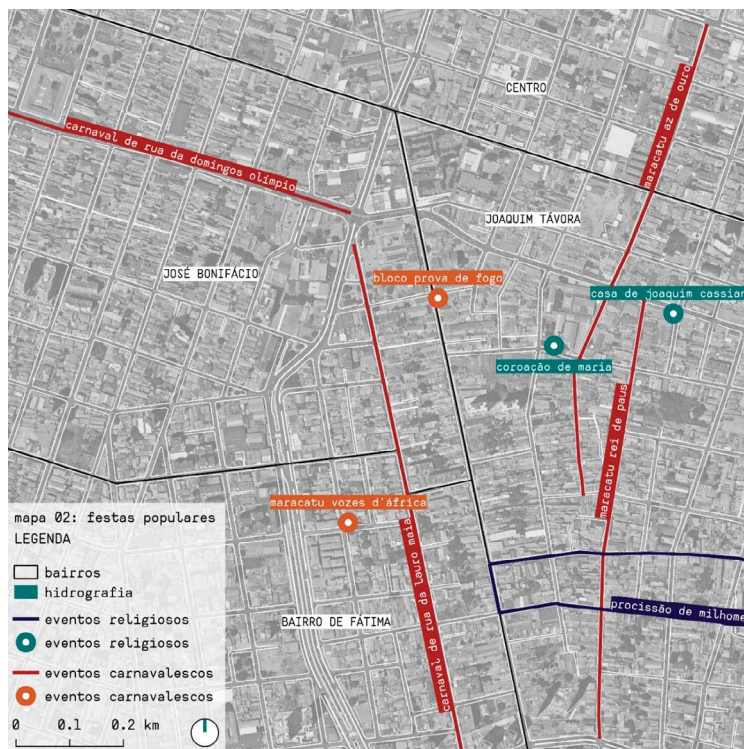
Não obstante, até por volta dos anos 1990 (NIREZ, 2001), a abertura ou o alargamento de avenidas como a Domingos Olímpio e a Soriano Albuquerque resultou em novas demolições de pequenos trechos do conjunto arquitetônico da Visconde do Rio Branco. Destaca-se, aqui, o desaparecimento do trecho oeste do casario, na porção entre a avenida Pontes Vieira e a BR116, que foi demolido com as obras de alargamento da avenida Visconde do Rio Branco. A previsão, segundo a lei de uso e ocupação do solo de 1996, era dar continuidade ao alargamento da Visconde do Rio Branco até a avenida Domingos Olímpio (FORTALEZA, 1996). Felizmente, o plano de aumentar a caixa viária da avenida foi abandonado com a aprovação lei de parcelamento, uso e ocupação do solo, em 2017 (FORTALEZA, 2017).

Além de seus aspectos materiais, o Calçamento de Messejana compreendia diversos espaços dedicados à sociabilidade de seus moradores, como o Grupo Escolar Visconde do Rio Branco, a Biblioteca de Abraão de Carvalho, o Colégio Dom Bosco, o Colégio das Dorotéias, a Igreja da Piedade, o Grêmio Dramático Familiar, do dramaturgo Carlos Torres Câmara, o Cine Atapu etc., tendo alguns destes, ainda hoje, grande importância para a identidade e a paisagem local. Além desses lugares, existiam naquele bairro inúmeras expressões populares de cunho cultural e religioso que extrapolavam a esfera do espaço privado e movimentavam, também, o espaço público urbano. Dentre as manifestações populares que historicamente animaram as

ruas e as praças do bairro, destacam-se as procissões religiosas e as tradições carnavalescas. A Figura 5 é resultante do mapeamento dessas atividades.

FIGURA 5

Festas populares nas proximidades dos núcleos urbanos do Calçamento de Messejana e da Piedade. Fonte: elaborada pelas autoras.



Segundo Magalhães (2009), três grandes procissões marcaram a história do bairro: a de Alberto Milhomes Maranhão, a de Joaquim Cassiano e a de Ilzanira Barbosa. Essas manifestações religiosas comemoravam as festas de santos populares que contavam com dezenas de devotos no bairro e seus arredores. No caso da procissão de Milhomes, comemorava-se a festa de Santo Antônio com um cortejo que saía na noite de 13 de junho, evento no qual os devotos entoavam cânticos e carregavam velas. O cortejo de Milhomes foi o maior e mais duradouro entre as procissões do bairro, sendo realizado de 1932 a 1987. Já o cortejo de Joaquim Cassiano percorria

as principais ruas do bairro e ocorria na noite de 31 de maio, quando se encerravam os festejos do mês de Maria na Igreja da Piedade com a coroação da Santa na praça em frente à paróquia, onde eram montadas banquinhas de comercialização de alimentos durante a realização da festa. Por fim, a procissão de Ilzanira Barbosa dedicava-se à devoção a Nossa Senhora das Graças e ocorria na noite de 27 de novembro. Teve início em 1936 e perdurou por mais de quarenta anos. Entretanto, os percursos das procissões de Joaquim Cassiano e Ilzanira Barbosa são desconhecidos.

Além das manifestações de cunho religioso, o Calçamento de Messejana viu nascer o primeiro bloco de maracatu do carnaval de rua de Fortaleza. Segundo Magalhães (2009), a ideia foi levada de Pernambuco para o Ceará pelo personagem popularmente conhecido como Raimundo Boca Aberta, que fundou o Maracatu Az de Ouro, em 1936. Inicialmente, o grupo ocupou uma casa localizada na rua Nogueira Acioli, deslocando-se, mais tarde, para a residência de Joaquim Cassiano, o mesmo da procissão do mês de Maria, que à época também organizava festas de forró no quintal de sua casa durante os fins de semana. Outro bloco que surgiu no bairro foi o Maracatu Az de Paus, atual Maracatu Rei de Paus. O grupo foi formado em 1954, tendo como primeira sede uma residência na rua Padre Antonino. Já o último bloco a surgir no bairro foi o Maracatu Vozes D'África, fundado em 1980. Atualmente, o grupo ocupa um edifício localizado na rua Sousa Girão. Os três blocos continuam a existir, porém, apenas o Maracatu Vozes D'África continua no bairro; os demais grupos passaram a ter suas sedes na periferia de Fortaleza. Todos os anos<sup>1</sup>, os três maracatus desfilam no carnaval de rua da avenida Domingos Olímpio, nas proximidades da avenida Visconde do Rio Branco.

O bairro contava ainda com blocos e outras tradições carnavalescas. O primeiro bloco foi o Prova de Fogo, fundado em 1935 no nº 2187 da avenida Visconde do Rio Branco. O grupo interpretava sambas compostos por Lauro Maia (MAGALHÃES, 2009), importante musicista cearense, que também dá nome a uma rua paralela à Visconde do Rio Branco, a qual, por sua vez, já foi um polo carnavalesco da cidade, atraindo foliões que seguiam trios elétricos.

1. Nos anos de 2021 e 2022, em decorrência da pandemia de covid-19, o ciclo carnavalesco de Fortaleza foi cancelado e os maracatus não desfilaram na avenida Domingos Olímpio.

#### 4 PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES NA PAISAGEM URBANA

De acordo com Santos (2006, p. 67), “a paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual”. Essas formas, entendidas como a cristalização de um tempo passado, podem ser definidas conceitualmente como *rugosidades*. Logo, a paisagem seria o conjunto de objetos herdados das sucessivas relações técnicas e sociais através do tempo. Já o espaço seria a combinação entre “essas formas mais a vida que as anima” (SANTOS, 2006, p. 66).

Atualmente, observa-se uma grande pressão das forças de produção do espaço urbano atuando sobre os fragmentos materiais dos núcleos urbanos antigos, que permanecem na paisagem como *rugosidades*. Da confrontação entre objetos tecnicamente representativos da atualidade e uma paisagem marcada por formas características de um tempo passado, resulta a tensão entre as chamadas ações hegemônicas e não hegemônicas (SANTOS, 2006). No caso da avenida Visconde do Rio Branco, a existência de um acervo arquitetônico de interesse cultural em uma área de crescente valorização fundiária, representa bem a disputa desigual entre as forças verticais do processo de urbanização dominante e a resistência horizontal do lugar.

Em termos gerais, o conflito se expressa através de um processo dicotômico de transformação da paisagem, que estimula, simultaneamente, a degradação urbana, relacionada à demolição e ao abandono de imóveis antigos, e a renovação urbana, alusiva a uma maior atuação do mercado imobiliário na produção de torres de apartamentos (Figura 6). Fatores como a implantação de um modelo rodoviarista de cidade, a ameaça de descaracterização e de supressão de exemplares arquitetônicos de interesse cultural e a crescente insalubridade de moradias históricas, por exemplo, tendem a reforçar o processo de degradação, que, por sua vez, encontra-se alinhado à formação de reservas fundiárias e à produção de escassez e segregação no espaço urbano. Já questões como a substituição de residências históricas unifamiliares por edifícios multifamiliares, a forte tendência à verticalização imobiliária e o descolamento dos parâmetros urbanísticos em relação à realidade morfológica e fundiária local, indicam um processo de renovação urbana em desacordo com os interesses social e cultural. O resultado disso é a produção de uma não permanência das *rugosidades* (SANTOS, 2006). Conseqüentemente, estabelece-se um processo de “estranhamento”, marcado

“pela queda dos referenciais” e “pelo desaparecimento das marcas do passado histórico lido na paisagem” (CARLOS, 2007, p. 47). A transformação da paisagem urbana naquele setor da cidade conta, portanto, com repercussões culturais e sociais.

FIGURA 6

Contraste entre casas antigas e torres de apartamentos na avenida Visconde do Rio Branco. Fonte: acervo pessoal.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o período de realização desta pesquisa, as dinâmicas atuantes sobre o acervo arquitetônico da avenida Visconde do Rio Branco mostraram toda a sua força. As análises aqui apresentadas surgem a partir do testemunho ocular da demolição e da descaracterização de uma expressiva quantidade de exemplares arquitetônicos de interesse cultural, o que revela o contínuo aprofundamento do processo de degradação urbana. Por outro lado, novos volumes construídos foram inseridos, atendendo, em sua maior parte, a demandas habitacionais das classes médias e altas. Esse processo de renovação urbana mostrou-se diretamente relacionado à formação de reservas fundiárias, que, por sua vez, indicam a forte presença de ações especulativas naquele setor da cidade. Dessa maneira, o cenário atual é de abandono das formas históricas de ocupação do solo, bem como de esvaziamento da escala da rua como o

lugar da vida cotidiana. Constitui-se, portanto, um contexto local que tende à perda de referenciais culturais tanto construídos quanto intangíveis.

De modo geral, este trabalho pode ser definido como uma reflexão e um registro do quadro atual do patrimônio cultural urbano de Fortaleza, culminando, assim, em uma defesa pela sobrevivência dos tecidos urbanos antigos e seus modos de vida. Assume-se, aqui, uma postura de que a transformação do ambiente construído é inevitável, e, desde que gerida a partir dos interesses social e cultural, é também desejável. É com pesar, no entanto, que esta pesquisa evidencia um cenário de iminente desaparecimento de exemplares arquitetônicos residenciais de interesse cultural na paisagem fortalezense. Por meio desse processo, perde-se, também, o papel memorial e documental do patrimônio cultural edificado, negando as identidades e as memórias coletivas que dão sentido à vida local. Estabelece-se, assim, um cenário em que tradições urbanas não ocupam um lugar de importância política e social.

## REFERÊNCIAS

ALMADA, Zenilo. Hoje av. Visconde do Rio Branco – antiga estrada de Messejana. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, p. 5, 19 jul. 2003.

ANDRADE, Margarida. *Fortaleza em perspectiva histórica: poder público e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)*. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CAPASSO, Marcelo. O centro tradicional de Fortaleza: processo de expansão. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12., 2007, Belém. *Anais [...]*. Belém: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2007. p. 116.

CARLOS, Ana Fani. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASTRO, José Liberal de. Arquitetura no Ceará. O século XIX e algumas antecedências. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 128, p. 9-68, 2014.

CASTRO, José Liberal de. Contribuição de Adolfo Herbster à forma urbana da cidade de Fortaleza. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 108, p. 43-90, 1994.

COSTA, Maria Clélia. Fortaleza, capital do Ceará: transformações no espaço urbano ao longo do século XIX. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 128, p. 81-111, 2014.

FORTALEZA. Lei nº 7.987, de 23 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no município de Fortaleza, e adota outras providências. *Prefeitura de Fortaleza*, Fortaleza, [1996]. Disponível em: [https://urbanismoemioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/legislacao-municipal/lei\\_complementar\\_n\\_7\\_987\\_de\\_23\\_de\\_dezembro\\_de\\_1996\\_consolidada\\_em\\_setembro\\_de\\_2006.pdf](https://urbanismoemioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/legislacao-municipal/lei_complementar_n_7_987_de_23_de_dezembro_de_1996_consolidada_em_setembro_de_2006.pdf). Acesso em: 17 ago. 2022.

FORTALEZA. Lei Complementar nº 062, de 2 de fevereiro de 2009. Institui o plano diretor participativo do município de Fortaleza e dá outras providências. *Prefeitura de Fortaleza*, Fortaleza, [2009]. Disponível em: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/urbanismo-e-meio-ambiente/124-plano-diretor-de-fortaleza>. Acesso em: 17 ago. 2022.

FORTALEZA. Lei Complementar nº 236, de 11 de agosto de 2017. Dispõe sobre o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no município de Fortaleza, e adota outras providências. *Prefeitura de Fortaleza*, Fortaleza, [2017]. Disponível em: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/urbanismo-e-meio-ambiente/445-parcelamento-uso-e-ocupacao-do-solo-lei-n-236-2017>. Acesso em: 17 ago. 2022.

FREITAS, Edmar. *Messejana*. Fortaleza: [s. n.], 2013. (Pajeú). Disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentById?id=4c4b89fd-62co-4b5d-86bf-eeca76b33054>. Acesso em: 17 ago. 2022.

HERBSTER, Adolphe. *Planta da cidade da Fortaleza capital da provincia do Ceará*. Paris: Becquet Frères, 1888. 1 planta, col. litografada, 82 × 80 cm. Escala 1:4.400. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart519681/cart519681.jpg](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart519681/cart519681.jpg). Acesso em: 23 jul. 2020.

MAGALHÃES, Zelito. *Piedade: retalhos de lembranças*. Fortaleza: LC, 2009.

NIREZ [Miguel Ângelo de Azevedo]. *Cronologia ilustrada de Fortaleza*. Fortaleza: Edições UFC, 2001. 2 v.

RIBEIRO, Esaú. *Memorial e história de Messejana*. Fortaleza: Eunice, 1982.

SAMPAIO, Jorge. Onde o bonde faz a curva: o progresso chega aos “arrabaldes”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. *Anais [...]*. Fortaleza: Associação Nacional de História, 2009. p. 110.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.



# OS USOS E USUÁRIOS DE ARQUIVOS LITERÁRIOS FEMININOS:

UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ACERVOS  
CUSTODIADOS PELO ARQUIVO DO INSTITUTO  
DE ESTUDOS BRASILEIROS (IEB)

**BRUNA PIMENTEL LOPES**, UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, BRASÍLIA, DF, BRASIL  
Doutoranda e mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCINF) da Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Biblioteconomia pela mesma instituição. Atua como analista de informações, cultura e desporto na Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo e como supervisora de planejamento e gestão na Biblioteca Mário de Andrade.  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5988-5582>  
E-mail: [bpimentelopes@gmail.com](mailto:bpimentelopes@gmail.com)

**DIANA GONÇALVES VIDAL**, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL  
Professora titular de História da Educação na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). Membro da direção do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Pesquisadora da categoria 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Tesoureira da International Standing Conference for the History of Education. Pesquisadora responsável pelo projeto temático "Saberes e práticas em fronteiras: por uma história transnacional da educação (1810-...)" (FAPESP 18/29966-4).  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7592-0448>  
E-mail: [dvidal@usp.br](mailto:dvidal@usp.br)

**DOI**  
<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v17i34p54-78>

**RECEBIDO**  
09/06/2021  
**APROVADO**  
09/06/2022

# OS USOS E USUÁRIOS DE ARQUIVOS LITERÁRIOS FEMININOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ACERVOS CUSTODIADOS PELO ARQUIVO DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS (IEB)

BRUNA PIMENTEL LOPES, DIANA GONÇALVES VIDAL

## RESUMO

Este artigo investiga quem são os usuários dos arquivos literários femininos custodiados pelo arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) e quais têm sido os produtos gerados a partir do estudo e da consulta desses documentos. Para isso, esta pesquisa compreende os fundos arquivísticos das escritoras Lupe Cotrim Garaude (1933-1970) e Odette de Barros Mött (1913-1998), utilizando como método a pesquisa documental, a fim de localizar produções a respeito das duas personalidades, assim como dados referentes ao perfil dos autores desses estudos. A partir das informações obtidas, observou-se que os arquivos literários femininos do IEB têm sido estudados por mulheres. Essas pesquisadoras, das áreas de Letras e Literatura, geralmente são vinculadas ao IEB e/ou desfrutam de apoio financeiro, o que permite o desenvolvimento de seus trabalhos e, também, a organização e catalogação do acervo. Essas evidências nos permitem concluir que ainda são poucos os estudos publicados a respeito desses arquivos, havendo necessidade da implementação de uma política mais efetiva para a divulgação dos acervos, de modo a conceder, inclusive, maior visibilidade aos arquivos literários femininos.

## PALAVRAS-CHAVE

Arquivos femininos. Arquivos literários. Usuários de arquivos.

## **USES AND USERS OF WOMEN'S LITERARY ARCHIVES: ANALYSIS BASED ON THE ARCHIVES HELD BY THE INSTITUTE OF BRAZILIAN STUDIES (IEB)**

BRUNA PIMENTEL LOPES, DIANA GONÇALVES VIDAL

### **ABSTRACT**

This article investigates who are the users of the women's literary archives held by the Institute of Brazilian Studies (IEB) and what have been the products generated from their consultation and use. By means of a documentary research, this study examines the archival funds of writers Lupe Cotrim Garaude (1933-1970) and Odette de Barros Mött (1913-1998) to locate productions concerning the two personalities, as well as data on the profile of the authors of these papers. Results show that IEB's women's literary archives have been studied by women. These Literature researchers are usually linked to the IEB and/or enjoy financial support, which allows them to develop their academic research and also to organize and catalogue the archive. Such evidence reveals how few studies were published about these archives, pointing to the need for a more effective policy for disseminating collections to grant greater visibility to women's literary archives.

### **KEYWORDS**

Women's archives. Literary archives. Archive users.

## 1 INTRODUÇÃO

Percebemos que, nos últimos anos, o mercado literário tem focalizado suas atividades na produção feminina, considerando o aumento do interesse do público pela temática feminista e os escritos de mulheres. Essa percepção contrapõe-se aos dados da pesquisa realizada por Regina Dalcastagnè, professora e pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB), os quais apontam que mais de 70% dos livros impressos no Brasil, entre 2005 e 2014, foram escritos por homens. Em entrevista à Revista Gama, Dalcastagnè afirmou que “hoje não é mais o caso de dizer que as mulheres não escrevem [como se dizia no passado], a questão principal é a visibilidade” (ANIC, 2021).

Desde a década de 1970, vários pesquisadores têm questionado a ausência de mulheres na narrativa da história tradicional, fato que pode estar atrelado, em grande parte, ao *silêncio dos arquivos* em relação às trajetórias femininas. Nesse sentido, os documentos arquivísticos podem – e devem – ser utilizados para sustentar pesquisas científicas, considerando as importantes contribuições das mulheres para as múltiplas formas de conhecimento, como as artes, ciências e a literatura, por exemplo (INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS, 2017).

Com base nessa questão, este artigo<sup>1</sup> propõe uma reflexão sobre os usos e usuários de arquivos literários femininos, isto é, acervos documentais compostos por registros decorrentes das atividades desempenhadas por autores e sua respectiva obra manuscrita, assim como os documentos pessoais produzidos, enviados ou recebidos por esses indivíduos, como cartas, registros biográficos, coleções etc. (OLIVEIRA, 1992).

Dentre as instituições mantenedoras de arquivos literários no Brasil, encontra-se o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), criado em 1962 na Universidade de São Paulo (USP). O IEB foi uma das primeiras entidades brasileiras destinada à preservação de arquivos pessoais, abrigando um setor para a guarda desse tipo de acervo, o Arquivo do IEB. Esse arquivo é responsável por custodiar dez fundos pessoais<sup>2</sup> de autores que, ao longo de suas vidas, desempenharam atividades relacionadas à produção de obras literárias.

Caldeira (2002) afirma que, dentre os acervos do IEB, o que apresenta dados quantitativos e qualitativos de maior relevância é o de Mário de Andrade (1893-1945), por ser constituído de fontes essenciais para os estudos sobre o Modernismo no Brasil. O autor destaca também os arquivos dos escritores João Guimarães Rosa (1908-1967) e Graciliano Ramos (1892-1953).

Ainda de acordo com Caldeira (2002), em relação aos estudos e pesquisas que utilizaram os documentos provenientes do acervo da instituição, sobressaem-se: *Mário de Andrade: entrevistas e depoimentos*, livro organizado por Telê Lopez em 1983; *Catálogo da Coleção Mário de Andrade*, elaborado por Marta Batista e Yone Lima em 1984; e o *Catálogo de manuscritos do Arquivo Graciliano Ramos*, coordenado por Yêdda Lima e Zennir Reis em 1992.

Nesse universo de documentos e pesquisas, alguns aspectos chamam a atenção. De acordo com os dados disponibilizados no Guia do IEB e no catálogo eletrônico da instituição, dentre os titulares de arquivo que produziram obras literárias, apenas três são do sexo feminino, isto é, aproximadamente 30% de sua totalidade.

1. Este artigo é resultado da investigação realizada no Curso de Aperfeiçoamento em Patrimônio Documental, oferecido pelo IEB em 2021.

2. Aracy Abreu Amaral (1930-); Graciliano Ramos (1892-1953); João Guimarães Rosa (1908-1967); Lupe Cotrim Garaude (1933-1970); Mário de Andrade (1893-1945); Odette de Barros Mött (1913-1998); Osman Lins (1924-1978); Renato Castelo Branco (1914-1995); Theon Spanudis (1915-1986); Yan de Almeida Prado (1898-1987).

Torna-se necessário, portanto, avaliarmos em que medida esses acervos estão sendo utilizados como fonte de pesquisa, de modo, inclusive, a dar maior visibilidade a essa documentação. Nesse contexto, os estudos sobre os usuários desses arquivos podem subsidiar algumas reflexões, uma vez que possibilitam a análise de fenômenos sociais e humanos, especialmente os aspectos que envolvem a relação do usuário com a informação, assim como suas ações, comportamentos e práticas informativas (AMARAL, 2014).

De maneira geral, esse tipo de estudo fornece subsídios e instrumentos para a gestão das unidades informacionais, como arquivos, museus e bibliotecas. Assim, torna-se possível mensurar, pela perspectiva do público, questões que muitas vezes impactam negativamente a realização de atividades (RANGEL, 2020).

Jardim e Fonseca (2004) verificaram que, no campo arquivístico, a literatura tem sido pouco expressiva em relação aos estudos de usuários quando comparada a outros temas que são fundamentais para a Arquivologia, como a transferência, o arranjo e a descrição de documentos. Essa evidência também é constatada por Melo (2020), ao reiterar a ausência de publicações sobre as características do público e pesquisadores de arquivos, assim como estudos específicos sobre as questões relacionadas aos usuários que, no âmbito acadêmico, encontram-se majoritariamente vinculados aos programas de pós-graduação.

Nesse sentido, visando o avanço das discussões nos campos da Arquivologia e Ciência da Informação sobre os arquivos literários, o objetivo específico deste trabalho é verificar quem são os usuários dos arquivos literários femininos custodiados pelo IEB e quais têm sido os produtos gerados a partir dos estudos e da consulta desses documentos. Para isso, esta pesquisa emprega uma abordagem qualitativa, adotando como método a pesquisa documental que, conforme Payne e Payne (2004), diz respeito às técnicas adotadas para categorizar, investigar, interpretar e identificar fontes comumente encontradas em documentos escritos, sejam públicos ou privados. O universo deste estudo compreende, portanto, os fundos arquivísticos custodiados pelo IEB, cujos titulares são mulheres que ao longo de sua vida atuaram na produção de obras literárias. A partir desse critério, foram localizados os arquivos de Aracy Abreu Amaral, Lupe Cotrim Garaude e Odette de Barros Mött.

A trajetória profissional de Aracy Amaral, contudo, esteve mais ligada ao campo das artes plásticas. Ela atuou como crítica de arte, curadora, historiadora da arte e da arquitetura, jornalista e professora, publicando apenas uma obra literária durante sua vida: *O macaco e o elefante*, editada na década de 1990 pelo Studio Nobel. Desse modo, considerando que Aracy Amaral não desenvolveu ativamente trabalhos na área de literatura, excluímos o seu acervo da amostra por compreendermos que o fundo não tem as características intrínsecas aos arquivos literários (INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS, 2021).

Com base nessa questão, nossa análise concentrou-se no acervo de Lupe Cotrim e Odette de Barros Mött, fundos arquivísticos cujos dados documentais podem ser acessados através do catálogo on-line<sup>3</sup> ou consultados presencialmente por pesquisadores, pelo público externo e pelos órgãos culturais (INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS, 2019).

Poetisa, tradutora e professora da Escola de Comunicações e Artes da USP, Lupe Cotrim trocou correspondências com o escritor Pablo Neruda (1904-1973) e personalidades como Ruth Cardoso (1930-2008), Menotti Del Picchia (1892-1988) e Carlos Drummond de Andrade (1902-1987). Além dessas cartas, seu arquivo – o qual, desde 2007, encontra-se sob custódia do IEB, mediante doação realizada por seus filhos – é composto por fotografias, manuscritos de poemas e de contos, resenhas e artigos de imprensa (GOUVÊA, 2010b; INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS, 2010).

Odette de Barros Mött, por sua vez, é considerada uma das precursoras da literatura infantojuvenil no Brasil. Com mais de sessenta títulos publicados e mais de um milhão de exemplares vendidos, através do seu arquivo – doado por seus familiares em 2002 ao IEB e constituído por suas obras, recortes de jornal, catálogos de editoras etc. –, especialmente pela análise de suas correspondências, é possível compreender o impacto da sua literatura na vida de crianças e adolescentes (MIRANDA, 2014; SILVA, 2013a).

Do ponto de vista metodológico, foi realizada uma pesquisa documental, entre os meses de março e abril de 2021, que envolveu a busca por artigos, teses, dissertações e trabalhos de conclusões de curso

3. Disponível em: [http://200.144.255.59/catalogo\\_eletronico/consultaAcervosArquivo.asp](http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/consultaAcervosArquivo.asp). Acesso em: 22 maio 2022.

que utilizaram, como fonte de informação, os documentos provenientes desses acervos. Para isso, foram consultadas base de dados eletrônicas, como o Portal de Busca Integrada da USP e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, adotando como palavras-chave o nome e sobrenome das escritoras. Como o escopo da pesquisa envolvia não só a localização de publicações acadêmicas, mas também obras editoriais que focalizassem a vida e obra de Lupe Cotim e Odete de Barros Mött, realizamos uma pesquisa, a partir do nome e sobrenome das escritoras, no site de alguns periódicos especializados em crítica literária e literatura.

A escolha desse procedimento metodológico deve-se ao fato de que, conforme Juvêncio e Rodrigues (2016), a Biblioteca Nacional é responsável por receber os exemplares advindos da Lei do Depósito Legal, e, conseqüentemente, deve editar a Bibliografia Nacional Brasileira. Porém, segundo os autores, esse instrumento jamais foi construído plenamente e tem impactado de maneira direta a memória da produção intelectual do país.

Desse modo, para obtermos os dados sobre as obras não acadêmicas que tenham utilizado como fonte de pesquisa os documentos provenientes desses arquivos, foi realizada uma busca nos sites dos periódicos *Rascunho*, *Quatro Cinco Um* e *Suplemento Pernambuco*. Esses jornais literários foram selecionados por serem periódicos publicados em língua portuguesa que circulam no país desde o início dos anos 2000. Além disso, eles disponibilizam as versões impressas e digitais de suas publicações, o que permitiu uma busca retrospectiva a respeito do nosso objeto de pesquisa. Cabe destacar que se fez necessária a coleta de dados em três ferramentas distintas, pois, conforme Aguiar, Maia e Andrade (2018), as publicações se dedicam à crítica literária de forma diversa e apresentam visões muitas vezes contraditórias sobre a literatura contemporânea.

A partir dos materiais localizados, foram escolhidos aqueles que utilizaram como fonte documental os registros provenientes dos arquivos do IEB. As informações sobre essas publicações foram inseridas numa planilha contendo a sua referência bibliográfica, o que nos permitiu ter acesso aos dados de autoria desses materiais. Assim, para localizar as informações referentes ao perfil dos autores dessas obras, foi realizada uma busca pelo nome dos pesquisadores na plataforma Lattes, vinculada ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Por meio do Currículo Lattes<sup>4</sup>, foi possível obter dados como sexo, área de formação, vínculo institucional e país de origem desses usuários.

De modo complementar, com o intuito de compreender o impacto dos trabalhos desses autores, realizamos uma busca por publicações, também no Portal de Busca Integrada da USP e no Google Acadêmico, adotando como palavras-chave o título do trabalho, nome e sobrenome do(s) autor(es). Esses dados foram analisados e serão apresentados posteriormente na seção dedicada à revisão de literatura, na qual discorreremos sobre os principais aspectos relacionados aos arquivos literários.

## 2 AS PONTENCIALIDADES DOS ARQUIVOS LITERÁRIOS

De acordo com Gomes (2004), desde o final do século passado temos acompanhado um boom de publicações de caráter biográfico e autobiográfico no Brasil e no mundo. Segundo a autora, é cada vez maior o interesse dos leitores por certos gêneros de escritos, como diários, correspondências, biografias e autografias.

A relação entre a *febre biográfica*, destacada por Dosse (2015), e os arquivos literários reside no fato de que esses acervos são compostos de uma variedade de documentos – manuscritos, cartas, materiais audiovisuais e objetos – que permitem ao pesquisador, especialmente aquele que busca refazer a trajetória de vida dos escritores, uma compreensão maior de sua obra, do ponto de vista cronológico, temático e editorial, reconhecendo os percursos traçados por esse indivíduo (OLIVEIRA, 2007).

Conforme lembra Hobbs (2018), nos arquivos literários estão registradas as experiências que incluem não só os atos e acontecimentos relacionados ao trabalho do escritor, mas também suas opiniões, ideias e preconceitos, de modo que o acervo “revela o penoso trabalho necessário para fazer uma literatura verdadeiramente de qualidade, mas também diz muito a respeito da evolução de personalidade e do caráter do autor” (HOBBS, 2018, p. 263).

Do ponto de vista conceitual, Marques (2015) defende a ideia de que o arquivo pessoal do escritor se refere aos acervos que são produzidos segundo

4. O Currículo Lattes se tornou um padrão nacional que auxilia no registro da vida progressiva e atual dos estudantes e pesquisadores do país. Atualmente é adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do Brasil (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, [2022]).

interesses e critérios particulares de seus titulares e que estão essencialmente localizados em âmbito privado, doméstico. O arquivo literário, em sua concepção, diz respeito aos arquivos de escritores que migram para centros de documentação, universidades, fundações e tornam-se disponíveis para consulta e pesquisa.

Nesse sentido, Artières (1998) defende a concepção de que o arquivamento do “eu” carrega três características principais: a injunção social, a prática de arquivamento e a intenção autobiográfica. De acordo com o autor, o indivíduo produz um arquivo pessoal, a princípio, para ter a sua identidade reconhecida, uma vez que, para se inserir socialmente, precisa apresentar frequentemente seus registros pessoais: certidão de nascimento, registro civil, passaporte, comprovante de endereço etc.

Ainda segundo Artières (1998), arquivar a própria vida não é, portanto, um processo neutro, restrito a homens ilustres – escritores e governantes, por exemplo. É, muitas vezes, a possibilidade de um indivíduo *se fazer ver* segundo seus desejos e interesses, de modo que a ordem, os planos e a classificação dos documentos produzam um sentido para a sua própria vida (ARTIÈRES, 1998; FRAIZ, 1998). Essas práticas podem ser entendidas como um conjunto de ações relacionadas à “escrita de si” – como no caso da escrita de autobiografias e diários – e à constituição da “memória de si”, possibilitada por meio do recolhimento de objetos, como fotografias, cartões-postais e cartas (ARTIÈRES, 1998; FRAIZ, 1998).

Buscando delimitar o conceito de arquivos pessoais, Bellotto (2006) define esses acervos como o conjunto de documentos resultantes da vida e da obra de indivíduos cujo modo de pensar, agir e viver possa ser de interesse para as respectivas áreas em que atuaram – política, científica, literária, artística etc. Nesse sentido, compreendemos que os arquivos literários correspondem a uma categoria dos arquivos pessoais e são constituídos por uma unidade orgânica, em decorrência das atividades pessoais, intelectuais, profissionais e, sobretudo, literárias desenvolvidas por determinado indivíduo, assim como pelos documentos por ele enviados ou recebidos (OLIVEIRA, 1992).

De modo geral, a preservação desses acervos parece estar condicionada a dois fatores principais. O primeiro relaciona-se ao fato de que esses

registros fornecem subsídios para os estudos de crítica genética<sup>5</sup> que buscam compreender o lado inconcluso e incompleto da produção literária, permitindo que as obras não se restrinjam ao texto publicado e ao seu estatuto de objeto intocável e/ou estável. O segundo fator, por sua vez, diz respeito ao fato de que os arquivos literários são compostos por materiais essenciais para os estudos e publicações biográficas (SOUZA; MIRANDA, 2003).

Em relação ao uso desses documentos, Fitzpatrick (2012) também considera que muito do que foi escrito sobre os arquivos literários está relacionado aos possíveis problemas com o uso dessas fontes. De acordo com o autor, essas pesquisas tentam alertar os usuários sobre uma série de questões que podem afetar o modo como eles interpretam os documentos. Uma dessas questões é a inevitável incompletude dos arquivos literários, pois, muitas vezes, os documentos que compõem esses acervos são perdidos, fragmentados ou destruídos, seja pelo próprio titular do arquivo ou por seus detentores, o que pode resultar interpretações equivocadas a respeito de sua vida e obra.

Além disso, a aquisição de um arquivo pode, muitas vezes, vir acompanhada de algumas exigências do detentor do acervo, tais como: permitir a consulta aos documentos somente após a sua organização de modo integral; a reserva de determinados registros por um período, principalmente quando são correspondências e diários; fornecimento do acesso somente a determinado tipo de pesquisa etc. (VASCONCELLOS, 2010).

Nesse sentido, cabe destacar que o ingresso desses arquivos em entidades de pesquisa não altera a sua gênese, isto é, o seu caráter privado, de maneira que, muitas vezes, as fronteiras entre o público e o privado, o pessoal e o institucional tornam-se sinuosas. A admissão, tratamento, acesso e uso dos arquivos literários devem ser realizados de modo a assegurar os direitos e deveres dos produtos pelos detentores e pesquisadores desses acervos (OLIVEIRA; MACÊDO; SOBRAL, 2017).

No Brasil, o acesso e uso de documentos arquivísticos são baseados em alguns instrumentos legais, como a Lei de Arquivos (Lei nº 8.159, de 8 de

5. De acordo com Salles (2008, p. 28), “trata-se de uma investigação que indaga a obra de arte a partir de sua fabricação. Como é criada uma obra? Essa é sua grande questão. A Crítica Genética analisa os documentos dos processos criativos para compreender, no próprio movimento da criação, os procedimentos de produção, e, assim, entender o processo que presidiu o desenvolvimento da obra. O crítico genético pretende tornar o percurso da criação mais claro, ao revelar o sistema responsável pela geração da obra”.

janeiro de 1991), a Lei de Acesso à Informação (LAI) (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) e a recente Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018). Entretanto, percebe-se que essa legislação não trata de maneira adequada as dificuldades relacionadas à consulta e ao uso de arquivos pessoais custodiados por instituições públicas, exceto nos casos em que deve haver restrição de acesso, por exemplo (LOPES, 2018).

Talvez por esses motivos os arquivos literários pareçam ser pouco explorados no Brasil (MARQUES, 2015; SOUZA, 2008). De acordo com Vasconcellos (2010), o próprio recolhimento e a preservação sistemática de acervos literários foram tardios no país. Esse problema pode ser comprovado a partir dos dados de criação de alguns dos principais centros de documentação literária do país, como o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB), criado em 1972 e vinculado à Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), e o Arquivo do IEB, de 1968, integrado à biblioteca do instituto. A partir do crescimento do acervo, especialmente com a chegada de sucessivos arquivos pessoais, o Arquivo do IEB foi qualificado como setor independente, destinado ao recebimento, tratamento, preservação e divulgação de acervos documentais, visando a promoção de fontes primárias para a pesquisa (INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS, 2010).

Segundo as informações coletadas em documentos institucionais localizados através do portal eletrônico do IEB – como a política de acervo do IEB, os critérios para incorporação de acervos ao instituto, o acesso a acervos de escritores e intelectuais e as orientações para reprodução de documentos e imagens –, para que novos acervos sejam custodiados pelo instituto, é necessário que a documentação esteja alinhada às áreas de pesquisa da entidade (INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS, 2010; LOPES, RODRIGUES, 2017).

Além disso, em 2006, o IEB assumiu o compromisso de pautar as atividades de expansão do acervo a partir da democratização ampla de acesso a esses documentos, promovendo cursos, exposições, eventos e ações educativas. Esse exercício pode ser observado, por exemplo, no catálogo eletrônico do arquivo, no qual os registros relacionados aos arquivos literários de Lupe Cotrim e Odette Barros Mött apresentam status disponível para consulta (INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS, 2010; LOPES, RODRIGUES, 2017).

De acordo com Santos (2019), no que concerne à produção acadêmica sobre os arquivos literários no contexto brasileiro, existem poucos estudos sobre a temática à luz dos preceitos da Arquivologia. Além disso, há indícios de que os usuários dos arquivos literários estão concentrados na área de Letras e Literatura, evocando a necessidade de um diálogo mais amplo entre elas e mais pesquisas a respeito dos usos e usuários desses acervos.

### 3 O CASO LUPE COTRIM (1933-1970)

FIGURA 1

Retrato de  
Lupe Cotrim.  
Reprodução  
fotográfica:  
Gouvêa (2010b).



Maria José Cotrim Garaude Gianotti (Figura 1), mais conhecida como Lupe Cotrim, nasceu na cidade de São Paulo, em 16 de março de 1933. Gradou-se em Cultura Geral e Biblioteconomia pelo Instituto Sedes Sapientiae e em Filosofia pela USP. Na década de 1960, publicou seu primeiro

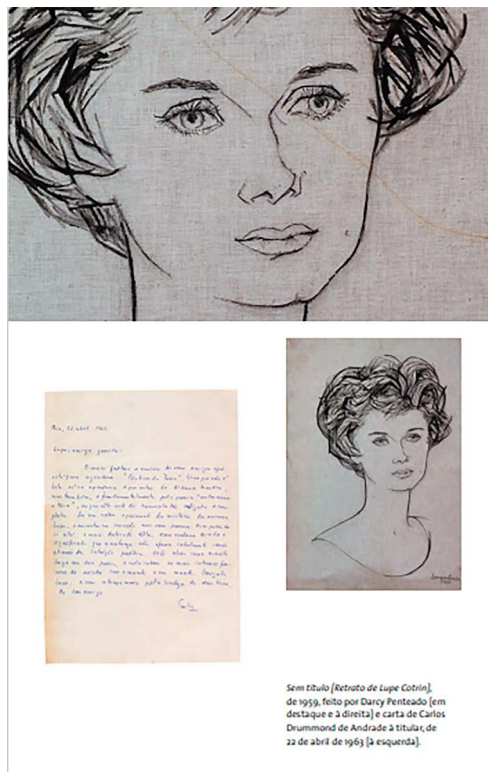
livro de poemas, *Monólogos do afeto*. Em sua obra, destacam-se também a coletânea *Cânticos da terra* e os livros *O poeta e o mundo* e *Poemas ao outro*, tendo o último recebido por unanimidade o Prêmio Governador do Estado em 1969 (INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS, 2010).

Além da carreira como poetisa, Lupe Cotrim dedicou-se à docência, tornando-se professora na Escola de Comunicação e Artes da USP, faculdade que posteriormente dedicou o nome da escritora ao seu centro acadêmico (INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS, 2010).

O arquivo pessoal de Lupe Cotrim é composto por mais de mil documentos, dentre os quais correspondências, fotografias, manuscritos etc. Em relação à sua trajetória, há poucas informações sobre o percurso do acervo (Figura 2). No Guia do IEB, consta apenas que os documentos foram doados por sua família, em 2007, ao instituto (INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS, 2010).

FIGURA 2

Documentos do arquivo pessoal de Lupe Cotrim. Fonte: IEB (2010, p. 188).



### 3.1 Os usos e usuários do arquivo

No Quadro 1, pode-se perceber como o arquivo de Lupe Cotrim tem sido utilizado como fonte para a produção de estudos a respeito da titular do acervo:

Quadro 1  
Usos do arquivo  
de Lupe Cotrim  
Fonte: elaborado  
pelas autoras.

TITULAR	TIPO DE PRODUÇÃO	REFERÊNCIA
Lupe Cotrim	Artigo	GOUVÊA (2009)
	Livro	GOUVÊA (2011)
	Artigo	GOUVÊA (2010b)
	Artigo	GOUVÊA (2010a)

Em relação ao perfil dos pesquisadores, destaca-se o fato de que, em suma, a produção biográfica a respeito de Lupe Cotrim tem sido realizada por Leila Gouvêa. De acordo com os dados que constam em seu Currículo Lattes, Leila Gouvêa<sup>6</sup> é jornalista, doutora em Literatura Brasileira pela USP e pós-doutora pelo IEB, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp)<sup>7</sup>, quando participou da organização e catalogação do acervo de Lupe Cotrim. A partir dessas pesquisas, produziu o livro *Estrela breve: Lupe Cotrim, uma biografia literária* (Quadro 2).

Quadro 2  
Usuários do Arquivo  
Lupe Cotrim  
(1933-1970)  
Fonte: elaborado  
pelas autoras.

AUTOR	SEXO	GRAU E ÁREA DE FORMAÇÃO	INSTITUIÇÃO
Leila Gouvêa	Feminino	Pós-doutorado	Instituto de Estudos Brasileiros da USP

Dentre as razões que motivaram a pesquisa no acervo da escritora, Gouvêa (2009) informa que o estudo da documentação, além de

6. O Currículo Lattes de Leila Gouvêa está disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4251386621591593>. Acesso em: 24 maio 2021.

7. Para maiores informações, acesse o site do Centro de Documentação e Informação da Fapesp. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/bolsas/59354/lupe-cotrim-garaude-documentacao-vida-e-obra/>. Acesso em: 24 maio 2021.

permitir a reconstituição da trajetória literária e biográfica de Lupe Cotrim, também abre novas possibilidades de leitura e compreensão de sua obra.

No artigo “Ser poeta: Lupe Cotrim, 40 anos depois”, Gouvêa (2010b) apresenta uma síntese dos eventos promovidos pelo IEB, em março de 2010, em memória da poeta. De acordo com a pesquisadora, na época, foi realizado um seminário em torno da vida e obra de Lupe Cotrim, assim como a abertura de uma exposição com os documentos provenientes do acervo da escritora e a apresentação de um recital, com a pré-estreia de um ciclo de canções para canto e piano, produzido por Almeida Prado, sobre os poemas de um dos livros da autora, *Cânticos da terra*, de 1963.

Além das ações institucionais, percebemos que a consulta ao acervo de Lupe Cotrim gerou estudos que foram produzidos basicamente por uma única pesquisadora, vinculada ao IEB. Em relação ao impacto dessas produções, verificamos que o livro e os artigos produzidos por Leila Gouvêa são pouco citados por outros autores (Quadro 3).

Quadro 3

Impacto das produções sobre a vida e obra de Lupe Cotrim  
Fonte: elaborado pelas autoras.

REFERÊNCIA	CITAÇÕES
GOUVÊA (2009).	Não foram localizadas citações
GOUVÊA (2011).	ADAM (2019)
GOUVÊA (2010b).	Não foram localizadas citações
GOUVÊA (2010a).	Não foram localizadas citações

Além disso, desde o momento em que a produção de Leila Gouvêa foi interrompida, ainda na década passada, não foram publicados novos estudos com base no acervo da poetisa.

#### 4 O CASO ODETTE DE BARROS MÖTT (1913-1998)

Nascida em 24 de maio de 1913 em Igarapava, município do estado de São Paulo, Odette de Barros Mött (Figura 3) foi uma escritora de obras juvenis e infantojuvenis. No final da década de 1940, publicou seu primeiro livro, escrevendo, desde então, para crianças e adolescentes. *E agora*, *Os dois lados da moeda* e *Decisão de amor* são suas obras mais conhecidas. A escritora recebeu diversos prêmios, como o Prêmio Monteiro Lobato, da Academia Brasileira

de Letras, Prêmio de Literatura Infantojuvenil, da Fundação Educacional do Distrito Federal, além da menção honrosa do Prêmio Internacional Hans Christian Andersen, considerado o Nobel da literatura infantil (INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS, 2010).

FIGURA 3

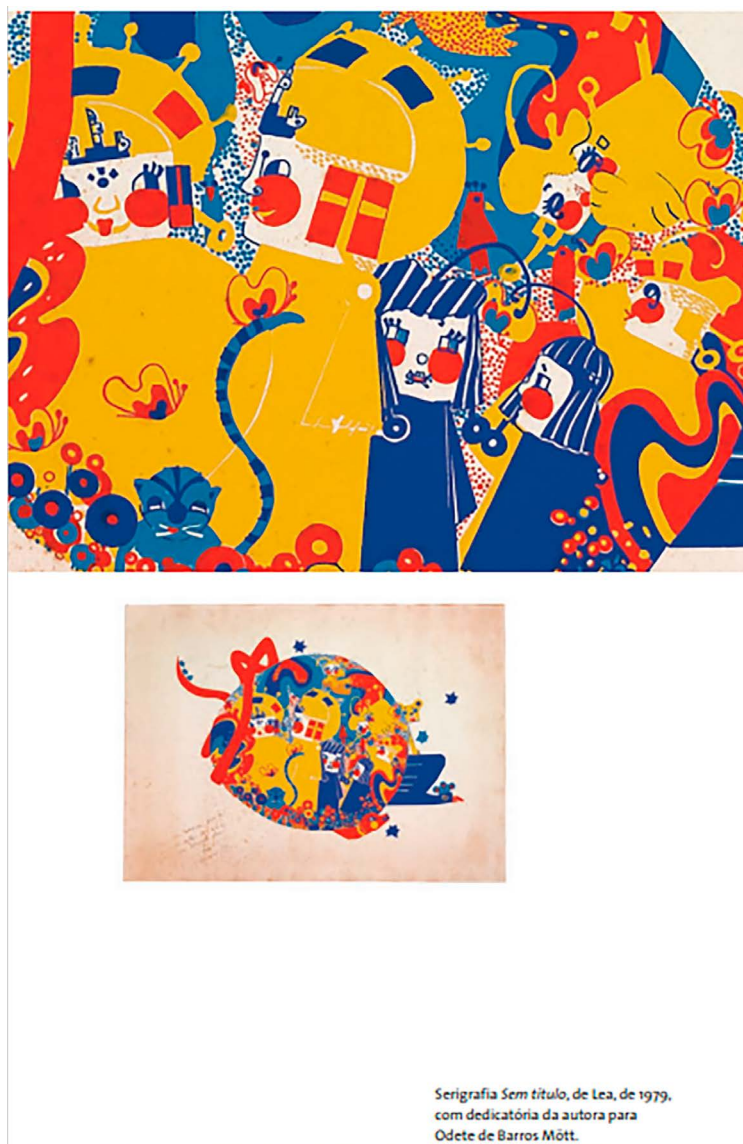
Retrato de Odette de Barros Mött. Fonte: Arquivo do IEB.



O arquivo de Odette de Barros Mött é composto por documentos pessoais e profissionais, iconográficos, numismáticos, além de materiais audiovisuais, correspondências e cartas de leitores (Figura 4). De acordo com o Guia do IEB, no que tange ao seu percurso, consta apenas a informação de que acervo foi doado ao instituto, em 2002, por sua família (INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS, 2010).

FIGURA 4

Documentos do  
arquivo pessoal de  
Odette de Barros  
Mött. Fonte: IEB  
(2010, p. 220).



#### 4.1 Os usos e usuários do arquivo

Ao analisarmos como o acervo de Odette de Barros Mött é utilizado como fonte para estudos a seu respeito, observamos que os documentos que compõem o arquivo literário têm sido objeto de pesquisa, resultando nas produções que constam no Quadro 4.

Quadro 4

Usos do arquivo de Odette de Barros Mött  
Fonte: elaborado pelas autoras.

TITULAR	TIPO DE PRODUÇÃO	REFERÊNCIA
Odette de Barros Mött	Artigo	SILVA (2013b)
		SILVA (2014)
		SILVA (2013a)
		SILVA (2012)
	Dissertação	ELIAS (2015a)
	Artigo	ELIAS (2015b)
Artigo	ELIAS (2013)	

Em relação ao perfil das pesquisadoras, podemos verificar no Quadro 5 algumas de suas características.

Quadro 5

Usuários do Arquivo de Odette de Barros Mött  
Fonte: elaborado pelas autoras.

AUTOR	SEXO	GRAU E ÁREA DE FORMAÇÃO	INSTITUIÇÃO
Raquel Afonso da Silva	Feminino	Pós-doutorado em Linguística, Letras e Artes	Instituto de Estudos Brasileiros da USP
		Doutorado em Teoria e História Literária	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
		Graduação em Letras	Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Iêda Maria Sorgi Pinhaz Elias	Feminino	Doutorado em andamento em Letras	Universidade Estadual de Maringá (UEM)
		Mestrado em Letras	Universidade Estadual de Maringá (UEM)
		Especialização em Didática e Metodologia do Ensino	Universidade Norte do Paraná (Unopar)
		Graduação em Letras Anglo-portuguesas	Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio (Faficop)

O primeiro ponto a se destacar em relação aos dados coletados sobre os usuários do arquivo, é que se trata de pesquisadoras brasileiras com formação em Letras e Literatura, reiterando o fato de que o público dos arquivos literários do IEB parece estar concentrados nessas áreas. Analisando o Currículo Lattes de Raquel Afonso da Silva<sup>8</sup>, verificamos que assim como Leila Gouvêa, pesquisadora do arquivo de Lupe Cotrim, ela também é egressa do Programa de Pós-Graduação do IEB. O seu projeto de pós-doutorado, desenvolvido com apoio da Fapesp, teve como objetivo organizar e estudar a série “Correspondência”.

8. Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8155241930558536>. Acesso em: 26 maio 2021.

do acervo de Odette Barros Mött, especialmente as cartas de leitores que a escritora recebeu. Destaca-se também o fato da pesquisadora Iêda Maria Sorgi Pinhaz Elias<sup>9</sup> ser a única usuária que não tem sua formação vinculada ao IEB, o que, de certa forma, indica que os arquivos literários da instituição também podem ser objeto de pesquisa de estudiosos de outros estados do Brasil.

Nessa perspectiva, a pesquisadora Raquel Silva (2013a, 2013b) defende que o arquivo de Odete de Barros Mött permite a reconstrução da trajetória literária da escritora e o resgate da memória de seus leitores. Segundo a estudiosa, a partir da documentação, é possível ter acesso a diversos discursos – dos leitores, editores, críticos. Além disso, para Silva (2013b), a importância dos estudos produzidos com base no uso de fontes primárias reside no fato de que esses registros apresentam às áreas da História e da Crítica Literária novas direções, propiciando a sua renovação ao longo do tempo.

Nesse sentido, Elias (2015a, 2015b) relata que a sua pesquisa foi realizada devido à necessidade de estudos sobre a produção literária juvenil no Brasil, especialmente as obras de Odette de Barros Mött, pouco exploradas até então. De acordo com a pesquisadora, esses trabalhos podem contribuir para a compreensão de um período cultural da sociedade brasileira, bem como relevar as características socio-históricas da constituição do campo literário no país.

No que se refere ao uso dessas produções para o desenvolvimento de novas pesquisas, percebemos que os trabalhos produzidos por Raquel Silva e Iêda Elias têm subsidiado as reflexões de outros autores (Quadro 6).

Quadro 6

Impacto das produções sobre a vida e obra de Odette de Barros Mött  
Fonte: elaborado pelas autoras.

REFERÊNCIA	CITAÇÕES
SILVA (2013b)	ZANETTE (2021)
SILVA (2014)	Não foram localizadas citações
SILVA (2013a)	Não foram localizadas citações
SILVA (2012)	ELIAS (2015b)
ELIAS (2015a)	Não foram localizadas citações
ELIAS (2015b)	Não foram localizadas citações
ELIAS (2013)	EVIZERO (2021)

9. Currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3752069166882483>. Acesso em: 26 maio 2021.

Embora alguns dos trabalhos desenvolvidos não tenham como objetivo investigar especificamente a vida e obra de Odette Barros Mött, percebe-se que as produções de Raquel Silva e Iêda Elias têm impactado as pesquisas de estudiosos relacionados a outras áreas, inclusive ligados à Pedagogia, o que revela a potencialidade desses estudos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, tivemos como objetivo investigar como os arquivos literários de mulheres custodiados pelo IEB têm sido utilizados como fonte de pesquisa para trabalhos sobre as titulares desses acervos, assim como identificar as características dos seus usuários e os produtos que são gerados por essas pesquisas.

A partir dos dados apresentados, percebemos algo curioso: os arquivos literários femininos do IEB têm sido estudados por mulheres. Essas pesquisadoras, das áreas de Letras e Literatura, geralmente são vinculadas ao IEB e/ou desfrutam de apoio financeiro, o que permite o desenvolvimento de suas pesquisas e, também, a organização e catalogação do acervo.

Desse modo, acreditamos que há alguns pontos a serem explorados em pesquisas futuras. A princípio, seria interessante analisar as circulações acadêmicas e as atuais filiações dessas pesquisadoras, verificando se elas continuam com os trabalhos sobre esse assunto, por exemplo, se estão orientando pesquisas ou como a investigação sobre esses acervos impactou suas produções posteriores.

Além disso, sugerimos que novos estudos comparem, por exemplo, os usos e usuários de outros arquivos literários custodiados pelo Arquivo do IEB, inclusive de titulares do sexo masculino, como os de Graciliano Ramos, Guimarães Rosa e Mário de Andrade. Certamente, estudos dessa natureza podem auxiliar na compreensão sobre como relações sociais de gênero configuram as dinâmicas de poder no interior do campo literário, com repercussões sobre as políticas de preservação de memória instauradas nas instituições arquivísticas.

Por fim, ainda é mínima a quantidade de estudos que estão sendo publicados a respeito desses arquivos literários, indicando a necessidade

de uma política mais efetiva para a divulgação dos acervos, de modo a conceder, inclusive, maior visibilidade aos arquivos literários de mulheres.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Christiano; MAIA, Eduardo Cesar; ANDRADE, Fábio. Apresentação. In: AGUIAR, Christiano; MAIA, Eduardo Cesar; ANDRADE, Fábio (org.). *A crítica literária contemporânea e seu lugar no debate público de ideias*. Rio de Janeiro: Abralic, 2018. p. 58.

AMARAL, Sueli Angelica do. Mercadotecnia y estudios de usuarios para identificar y satisfacer las necesidades de información. In: SEMINARIO DE INVESTIGACIÓN SOBRE USUARIOS DE LA INFORMACIÓN, 9., 2014, Tuxtla Gutiérrez. *Anais* [...]. Tuxtla Gutiérrez: Universidad Autónoma de Chiapas, 2014. p. 99-111.

ANIC, Luana Calvi. Escritos de mulheres. *Gama*, São Paulo, 14 abr. 2021. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/cultura/ler-ouvir-ver/escritos-de-mulheres/>. Acesso em: 11 maio 2021.

ARQUIVO. Acervos do mês: fevereiro. *Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, 4 fev. 2021. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/acervos-do-mes-fevereiro/>. Acesso em: 18 maio 2021.

ARQUIVO. Sobre Arquivo-IEB. *Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, 19 ago. 2019. Disponível em: <https://www.ieb.usp.br/sobre-arquivo-ieb/>. Acesso em: 22 maio 2022.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 934, 1998.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *IEB: origem e significados: uma análise do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Sobre a plataforma Lattes. *Plataforma Lattes-CNPq*, Brasília, DF, [2022]. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 29 ago. 2022.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Edusp, 2016.

ELIAS, Ieda Maria Sorgi Pinhaz. *A narrativa de Odette de Barros Mött e a formação do subsistema juvenil na literatura brasileira*. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015a.

ELIAS, Ieda Maria Sorgi Pinhaz. Odette de Barros Mött: ilha ou arquipélago no contexto da literatura infantil e juvenil? *Trama*, Cascavel, v. 11, n. 21, p. 141-156, 2015b.

ELIAS, Ieda Maria Sorgi Pinhaz. Odette de Barros Mött (1913-1998): uma história para contar. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUAGENS EM INTERAÇÃO MÚLTIPLOS OLHARES, 4., 2013, Maringá. *Anais* [...]. Maringá: Conali, 2013.

EVIZERO, Amanda Topic. *Vida e produção literária de Virgínia da Silva Lefèvre (1907-1987): um estudo introdutório*. 2021. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2021.

- FITZPATRICK, David. *An exploration of the contents and uses of literary archives in the UK*. 2012. 88 f. Dissertação (Mestrado em Archive Administration) – Faculty of Business and Physical Sciences, Aberystwyth University, Aberystwyth, 2012.
- FRAIZ, Priscila. Dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 59-88, 1998.
- GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 7-27.
- GOUVÊA, Leila Carolina Vilas-Boas. *Estrela breve: Lupe Cotrim, uma biografia literária*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.
- GOUVÊA, Leila Carolina Vilas-Boas. Lupe Cotrim: algumas lições do amigo. *Revista do IEB*, São Paulo, n. 48, p. 53-76, 2009. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi48p53-76>.
- GOUVÊA, Leila Carolina Vilas-Boas. Lupe Cotrim, um inédito. *Navegações*, Porto Alegre, v. 3, p. 209-210, 2010a.
- GOUVÊA, Leila Carolina Vilas-Boas. Ser poeta: Lupe Cotrim, 40 anos depois. *Ars*, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 138-145, 2010b. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1678-53202010000100012>.
- HOBBS, Catherine. O caráter dos arquivos pessoais: reflexões sobre o valor dos documentos de indivíduos. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (org.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018. p. 261-274.
- INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS. *I Seminário Internacional Arquivos, Mulheres e Memórias*. São Paulo: IEB, 2017. Programação. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/wp-content/uploads/sites/127/2017/03/I-Semin%C3%A1rio-Internacional-Arquivos-Mulheres-e-Mem%C3%B3rias.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.
- INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS. *Guia do IEB*. São Paulo: IEB, 2010. Disponível em: <https://www.ieb.usp.br/guia-ieb-2/>. Acesso em: 18 ago. 2022.
- JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. *DataGramaZero*, Brasília, DF, v. 5, n. 5, 2004.
- JUVÊNCIO, Carlos Henrique; RODRIGUES, Georgete Medleg. A Bibliografia Nacional Brasileira: histórico, reflexões e inflexões. In: *CID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 7, p. 165-182, 2016. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v7iespp165-182>.
- LOPES, Bruna Pimentel. *Arquivos pessoais de escritores no Brasil: estudo comparativo das formas de aquisição e acesso em instituições públicas*. 2018. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2018.
- LOPES, Bruna Pimentel; RODRIGUES, Georgete Medleg. Acesso e usos de arquivos pessoais de escritores no Brasil: um estudo comparado das práticas na Fundação Casa de Rui Barbosa e no Instituto de Estudos Brasileiros. In: GARCÍA, Noeli; MELO E SILVA, Maria Celina Soares de. *Archivos personales: experiencias de organización y gestión*. Córdoba: Redes, 2017. p. 109-123.
- MARQUES, Reinaldo. *Arquivos literários: teorias, histórias, desafios*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

MELO, Katia Isabelli. Usuários dos arquivos: uma análise dos congressos nacionais de arquivologia. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 136153, 2020.

MIRANDA, Mariana de Arruda. Odette de Barros Mött foi uma das precursoras da literatura juvenil no Brasil. *Agência Universitária de Notícias*, São Paulo, ano 47, n. 107, 19 dez. 2014. Disponível em: <http://www.usp.br/aunantigo/exibir?id=6532&ed=1147&f=29>. Acesso em: 18 ago. 2022.

OLIVEIRA, António Braz de. Arquivística literária: notas de memória e perspectiva. *Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas*, Coimbra, n. 8, p. 373382, 2007.

OLIVEIRA, António Braz de. Arquivística literária *haec subtilis ars inveniendi*. *Cadernos BAD*, [s. l.], n. 2, p. 107121, 1992. DOI: <https://doi.org/10.48798/cadernosbad.2326>.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; MACÊDO, Patrícia Ladeira Penna.; SOBRAL, Camila Copoi de. Arquivos pessoais e intimidade: da aquisição ao acesso. *Revista do Arquivo*, São Paulo, n. 4, p. 113, 2017. Disponível em: [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista\\_do\\_arquivo/04/artigo\\_o2.php](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/04/artigo_o2.php). Acesso em: 18 ago. 2022.

PAYNE, Geoff; PAYNE, Judy. *Key Concepts in Social Research*. London: Sage, 2004.

RANGEL, Thayron Rodrigues. Estudos de usuários de arquivos. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; RANGEL, Thayron Rodrigues (org.). *Arquivologia: temas centrais em uma abordagem introdutória*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2020. p. 173-190.

SALLES, Cecília Almeida. *Crítica genética: fundamentos para os estudos genéticos sobre o processo de criação artística*. 3. ed. São Paulo: Educ, 2008.

SANTOS, Suzanny Santana dos. *Arquivos literários: abordagens na produção acadêmica e científica no Brasil*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Escola de Arquivologia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Raquel Afonso da. A recepção da obra juvenil de Odette de Barros Mött (1913/1998). In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS, 2., 2012, Maringá, *Anais* [...]. Maringá: UEM, 2012. p. 1-10.

SILVA, Raquel Afonso da. O legado cultural do arquivo pessoal de Odette de Barros Mött (1913/1998). In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LITERATURA COMPARADA, 13., 2013, Belém. *Anais* [...]. Belém: Abralic, 2013a.

SILVA, Raquel Afonso da. Reflexões sobre a ordenação documental e o estudo da correspondência do arquivo literário de Odette de Barros Mött (1913/1998). In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LITERATURA COMPARADA, 14., 2014, Belém. *Anais* [...]. Belém: Abralic, 2014.

SILVA, Raquel Afonso da. Trajetória(s) literária(s) de Odette de Barros Mött (1913/1998): uma narrativa a partir do arquivo pessoal da escritora. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 57, p. 351367, 2013b.

SOUZA, Eneida Maria de. Uma biografia, um bem de arquivo. *Alea*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 121-129, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-106X2008000100009>.

SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Mello. Apresentação. In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander Mello (org.). *Arquivos literários*. São Paulo: Ateliê, 2003.

VASCONCELLOS, Eliane. Manuscritos literários e pesquisa. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 45, n. 4, p. 2024, 2010.

ZANETTE, Renata Flaiban. *Meninas adolescentes em busca da vida e da identidade infantojuvenil, no contexto das ditaduras brasileira e portuguesa* – Lygia Bojunga e Alice Vieira. 2021. 319 f. Tese (Doutorado em Modernidades Comparadas) – Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas, Universidade do Minho, Braga, 2021.



# REPRESENTAÇÕES DA CIÊNCIA E DO CIENTISTA:

UMA ANÁLISE DA EXPOSIÇÃO *QUANDO NEM TUDO  
ERA GELO: NOVAS DESCOBERTAS NO CONTINENTE  
ANTÁRTICO*, DO MUSEU NACIONAL (UFRJ)

**JÚLIA BOTELHO PEREIRA**, MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS,  
RIO DE JANEIRO, RIO DE JANEIRO, BRASIL

Graduada em Museologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Unirio); mestre em Divulgação de Ciência, Tecnologia e Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz. Com foco voltado para pesquisas sobre a comunicação em exposições museológicas desde a graduação, foi bolsista de Iniciação Científica e estagiária contratada da Seção de Museologia do Museu Nacional e bolsista da Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação da Fundação Oswaldo Cruz. Atua desde 2021 como Bolsista no Programa de Capacitação Institucional do Museu de Astronomia e Ciências Afins.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8872-1491>

E-mail: [juliabotelhopereira@gmail.com](mailto:juliabotelhopereira@gmail.com)

(continua...)

**RECEBIDO**

14/03/2022

**APROVADO**

21/12/2022

# REPRESENTAÇÕES DA CIÊNCIA E DO CIENTISTA:

UMA ANÁLISE DA EXPOSIÇÃO *QUANDO NEM TUDO  
ERA GELO: NOVAS DESCOBERTAS NO CONTINENTE  
ANTÁRTICO*, DO MUSEU NACIONAL/UFRJ

(continuação)

**LUISA MASSARANI**, FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, MANGUINHOS, RIO DE JANEIRO, BRASIL  
Graduação em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio),  
mestrado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT).  
Doutorado em Gestão, Educação e Difusão em Biociências pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).  
Fez doutorado-sanduíche com bolsa da Capes no Department of Science and Technology Studies (STS),  
da University College London (UCL), pós-doutorado UCL e pós-doutorado na Oregon State University (OSU).  
Coordena o Instituto Nacional de Comunicação Pública em Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT), sediado na  
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Orientadora na Pós-Graduação em Ensino, em Biociências e Saúde no  
Instituto Oswaldo Cruz (IOC-Fiocruz), Instituto de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de  
Janeiro (IBqM-UFRJ) e Mestrado Acadêmico em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde da COC-Fiocruz.  
É Honorary Research Fellow do STS, da University College London. É líder do Grupo de Pesquisa do CNPq  
Ciência, Comunicação & Sociedade. É membro do Comitê Científico da PCST Network, a rede internacional para  
Public Communication for Science and Technology. É coordenadora de SciDev.Net para América Latina e Caribe.  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5710-7242>  
E-mail: [luisa.massarani8@gmail.com](mailto:luisa.massarani8@gmail.com)

**DOI**

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v17i34p79-109>

# REPRESENTAÇÕES DA CIÊNCIA E DO CIENTISTA: UMA ANÁLISE DA EXPOSIÇÃO QUANDO NEM TUDO ERA GELO: NOVAS DESCOBERTAS NO CONTINENTE ANTÁRTICO, DO MUSEU NACIONAL/UFRJ

JÚLIA BOTELHO PEREIRA, LUISA MASSARANI

## RESUMO

Inserido em um projeto que tem como objetivo identificar como são representados os cientistas e a ciência nos discursos expositivos das instituições museológicas brasileiras, este estudo de caráter qualitativo exploratório analisa a exposição *Quando Nem Tudo Era Gelo: Novas Descobertas no Continente Antártico* – primeira iniciativa do Museu Nacional/UFRJ, após o incêndio que acometeu a sede da instituição em 2018. Para tal, utilizamos as metodologias de avaliação técnica e análise de conteúdo qualitativa. Observamos que ciência e cientistas aparecem de uma forma não estereotipada, mas o acervo científico recebe um tratamento classificatório clássico de museus de ciência tradicionais. Os resultados mostram, ainda, uma influência institucional na abordagem proposta para a exposição e a importância dada à comunicação com os públicos não especialistas.

## PALAVRAS-CHAVE

Museus de ciência e tecnologia. Exposições museológicas. Divulgação científica.

**REPRESENTATIONS OF SCIENCE AND THE SCIENTIST:  
AN ANALYSIS OF THE EXHIBITION QUANDO NEM  
TUDO ERA GELO: NOVAS DESCOBERTAS NO  
CONTINENTE ANTÁRTICO, OF MUSEU NACIONAL/UFRJ**

JÚLIA BOTELHO PEREIRA, LUISA MASSARANI

**ABSTRACT**

As part of a project that aims to identify how science and scientists are represented in the exhibition discourses of Brazilian museological institutions, this exploratory qualitative study presents the analysis of the exhibition *When All Was Not Ice: New Discoveries on the Antarctic Continent* – the first initiative of the National Museum/UFRJ of Brazil after the fire that hit the institution’s headquarters in 2018. To this end, we use the methodologies of technical assessment and qualitative content analysis. We observed that science and scientists appear in a non-stereotyped way, but the scientific collection receives a classic classification treatment from traditional science museums. The results also show an institutional influence on the proposed approach to the exhibition and the importance given to communication with non-specialist audiences.

**KEYWORDS**

Science and technology museums. Museological exhibitions. Scientific dissemination.

## 1 INTRODUÇÃO

Em sentido restrito, é possível dizer que a relação entre ciência – ou, mais corretamente, o equivalente ao que reconheceríamos como “conhecimento científico” à época – e práticas que envolvem sua exposição precede o próprio surgimento dos museus, remetendo aos Gabinetes de Curiosidades. Ainda nesse contexto se estabelece o vínculo entre as práticas de exposição/exibição de coleções científicas e seu caráter representacional, ao entendermos que, como diz MacDonald (1997, p. 5), os Gabinetes de Curiosidades se configuravam como microcosmos e pretendiam representar: a própria natureza; e o conhecimento sobre a natureza. Indo além, esses representavam – ao mesmo tempo – seus proprietários, exibindo a “parcela do mundo” que eram capazes e/ou interessados em conhecer e “possuir”. Funcionavam como marcadores de *status social* que evidenciavam seu prestígio, interesse pelo conhecimento e privilegiada situação financeira para seletos grupos de convidados.

Não por acaso, ainda podemos identificar nos Gabinetes de Curiosidades o início do desenvolvimento de formas e “técnicas”. Ou o que poderíamos chamar de uma “estética específica” para a exposição de coleções científicas, como argumenta Hill (1986, p. 148):

As qualidades visuais do[s] gabinete[s] e seu[s] conteúdo[s] não forneceu estímulo apenas para uma abordagem taxonômica de ordenação para

a história natural, mas também, porque certos objetos naturais foram ativamente coletados e exibidos – embora por um círculo da classe alta – eles inspiraram um vocabulário estilístico [...].

Partindo desse germen de museu e exposição de ciência, a sociedade ocidental definiu as características daquilo que pode ser entendido e percebido enquanto “exposição de ciência”. E, muito embora nesse interstício a Europa tenha presenciado o desaparecimento dos Gabinetes de Curiosidades, dando lugar – e, na maioria dos casos, o acervo – aos museus propriamente reconhecidos e à “revolução científica”, as exposições de ciências naturais, como é aquela que analisamos neste estudo, continuam se configurando enquanto instâncias de representação.

Os séculos transcorridos também modificaram os objetivos das exposições e os museus de ciência, que inicialmente exerciam a função de exibir objetos para o público especializado, vêm se configurando enquanto espaços de divulgação científica<sup>2</sup> desde a Revolução Industrial. E, se nesse primeiro momento as exposições cumpriam uma função mais instrumental do que propriamente pedagógica, para atender à crescente demanda por mão de obra capacitada da indústria (MCMANUS, 1992, p. 161-162), as transformações pelas quais passamos enquanto sociedade desde então impuseram aos museus a necessidade de pensar as exposições como espaços de encontro e mediação entre o público e a ciência.

A contemporaneidade trouxe a necessidade de um olhar menos simplificado e simplificador da ciência e da própria função e qualidade das instituições museológicas. Tal visão afasta a possibilidade de conceber exposições que se pretendam espaços neutros, onde ocorre o encontro entre do público leigo (não iniciado no campo científico) com “A Ciência” – única, absoluta e inquestionável – por meio da mera “exibição” descontextualizada de objetos relacionados ao fazer científico. Igualmente, à divulgação científica não cabe mais advogar para si o título de interlocutora (supostamente)

1. Iniciada no século XVII e responsável pela definição daquilo que hoje entendemos por “conhecimento científico”.

2. “A divulgação científica descreve as muitas formas por meio das quais o processo, os produtos e as implicações das ciências – definidas de forma ampla – podem ser compartilhadas ou discutidas com as audiências. A divulgação científica envolve a interação com o objetivo de interpretar desenvolvimentos científicos ou técnicos ou discutir questões com uma dimensão científica ou técnica.” (DIJKSTRA et al., 2020, p. 3).

neutra entre ciência e sociedade. Especialmente no contexto das exposições de ciência, que

Estruturam-se segundo uma retórica, que procura persuadir o visitante que o que vê é importante, belo e verdadeiro, e uma narrativa, com princípios de classificação e representação que criam história ou argumentos (DELICADO, 2008, p. 80).

Compreender a impossibilidade da completa neutralidade, alheia aos produtos da construção humana – por também serem, necessariamente, construções sociais e culturais e, portanto, refletirem pontos de vista de seus autores (DELICADO, 2008, p. 80) – nos impõe a reflexão sobre quais tipos de discursos vêm representando a ciência em nossas exposições museológicas e quais são os possíveis desdobramentos das imagens projetadas. Se não recai nos museus a total responsabilidade pela construção da percepção pública da ciência, algumas de suas especificidades tornam fundamental um olhar particularmente atento para a divulgação científica feita nesses contextos pois, “por sua inserção na sociedade, pela estima e o respeito que suscita pela eficácia de seu discurso, por seu caráter ‘acima de qualquer suspeita’, o museu é um meio de ação política importante [...]” (GOB; DROUGET, 2019, p. 95).

Devemos atentar, como afirma Silverstone (1991, p. 108), que a divulgação da ciência não se faz no vácuo e as instituições nas quais se insere operam como poderosas mediadoras por si mesmas. Nesse sentido, a última edição do survey *Percepção pública da Ciência e Tecnologia no Brasil*, realizado em 2019 pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), pode nos ajudar a dimensionar o impacto do discurso de instituições científicas em âmbito nacional. Os resultados mostram que, dentre todas as opções disponíveis como fonte de informação confiáveis, os cientistas de universidades ou de institutos públicos de pesquisa têm um dos maiores índices de confiança (0,84), ficando atrás apenas dos médicos, que ocupam a primeira colocação (0,85), e à frente dos cientistas de empresas, em terceiro lugar (0,46) (CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 2019, p. 13). Cientistas figuram, portanto, em duas das três primeiras colocações como fonte de informação mais confiável para os brasileiros.

Para além do peso das instituições museais enquanto mediadoras, outras particularidades destacam as exposições em relação às outras mídias utilizadas para ou pela divulgação científica. Como afirma MacDonald

(1996, p. 152) “a relativa permanência das exposições [...] seu imediatismo e a presença ‘da coisa real’ podem dar-lhes uma presença de autoridade mais forte do que a de outras mídias”. O que reforça a necessidade de não desconsiderarmos os impactos e a importância das exposições para a divulgação científica.

Concordamos com os autores MacDonald (1996; 1997) e Souza (2011) que percebem essas instituições como participantes ativas na construção e legitimação daquilo que é reconhecido pelo público enquanto ciência, ao postularem que

Os museus que lidam com ciência não estão simplesmente expondo a ciência; eles também estão criando tipos específicos de ciência para o público, e emprestando à ciência que exibem sua legitimadora autorização. Em outras palavras, um efeito dos museus de ciência é declarar certas práticas e artefatos como pertencentes ao domínio próprio da “ciência”, e como sendo ciência que um público educado deve saber a respeito (MACDONALD, 1997, p. 2, tradução nossa).

Entendida dessa forma, o tipo de representação de ciência feita em uma exposição possui potencial para impactar não só o momento da visita, mas de definir *como* e *o quê* esse visitante entenderá e reconhecerá como ciência e, no caso da representação dos cientistas, aqueles que estão ou não autorizados a fazer ciência. Em última instância, a responsabilidade em conceber uma exposição é aquela de construir a realidade, formulada com base *no que* e *em quem* se escolhe apresentar e, igualmente, naquilo e quem que se escolhe deixar de fora.

Autores como Cascais (2003), Loureiro (2003), Marandino (2005), Souza (2011) apontam como situação recorrente no contexto brasileiro uma representação acrítica da ciência, baseada na apresentação espetacularizada de resultados e descontextualizada histórica e socialmente. Outros, como Bottallo (1995) e Rocha (2010), apontam para a predominância de exposições que se amparam em uma visão positivista da ciência: absoluta e, portanto, incontestável.

Ao mesmo tempo, a ínfima quantidade de estudos sobre o tema da representação dos cientistas em contexto museológico é perceptível no Brasil. Em outros países, no entanto, podemos encontrar estudos nesta linha como o conduzido em museus portugueses pela pesquisadora

Ana Delicado (2008). Nesse estudo, após analisar dezenas de exposições, ela identifica que embora difiram em alguns pontos, as representações de cientistas são majoritariamente de figuras masculinas; dificilmente cientistas vivos ou em atividades; que são escassos os aparecimentos do trabalho em equipe e que “em alguns casos, os cientistas são representados [...] como uma categoria abstracta, recorrendo-se a imagens arquetípicas de homens de bata branca com tubos de ensaio nas mãos” (DELICADO, 2008, p. 86).

Essa representação estereotipada do cientista, acrescenta Delicado (2008), corrobora com os resultados de estudos investigativos sobre a imagem do cientista reproduzidas por crianças e em produções veiculadas em mídias de massa onde, quase que invariavelmente, predomina o arquétipo identificado nos museus portugueses (BRASIL, 2020; BUSKE, BARTHOLOMEI-SANTOS, TEMP, 2015; CHAMBERS, 1983; LONG et al., 2010; MASSARANI et al., 2013; MASSARANI, CASTELFRANCHI, PEDREIRA, 2019; MEAD, METRAUX, 1957; REZNIK et al., 2017; TOMAZI et al., 2009).

Quais as possíveis consequência de reforçar uma ideia de ciência que avança exclusivamente na base de acertos sucessivos alcançados por homens, acima da meia-idade e brancos? Uma ciência que existe fora daquilo que é humano, pois nunca comete erros? Mais ainda, na repetição de narrativas que fortalecem a percepção de possibilidade de uma única verdade irrefutável? Extrapolando o campo dos museus e até mesmo da ciência, quais as possíveis implicações da noção de ideias hegemônicas na sociedade? Esse é o tipo de narrativa que devemos, enquanto divulgadores científicos e/ou museólogos, reforçar, especialmente em instituições públicas? Esses cumprem com a função social de promover o exercício pleno da cidadania para todos os membros da sociedade? São alguns exemplos dos questionamentos passíveis de serem levantados em situações como essas.

Com isso em mente, nossa proposta consiste na análise da exposição *Quando Nem Tudo Era Gelo: Novas Descobertas no Continente Antártico*, do Museu Nacional/UFRJ, com o objetivo de identificar como o discurso expositivo traz a ciência e os cientistas representados.

## 2 METODOLOGIA

Este estudo se insere em um projeto que tem por objetivo identificar como são representados os cientistas e a ciência nos discursos expositivos das

instituições museológicas brasileiras. Neste artigo, analisamos particularmente a exposição *Quando Nem Tudo Era Gelo: Novas Descobertas no Continente Antártico*, do Museu Nacional/UFRJ, no Rio de Janeiro.

Direcionados por Marília Xavier Cury, quando defende o desenvolvimento de diferentes tipos de avaliação para comparação dos resultados, de maneira que a análise da exposição resulte da compreensão mais abrangente e profunda possível do sistema de comunicação museal (CURY, 2005, p. 134). Lançaremos mão da metodologia de avaliação técnica, proposta pela mesma autora (CURY, 2005; 2012), em conjunto com a análise de conteúdo qualitativa, tal qual posta por Schreier (2012; 2014).

## 2.1 Contexto expositivo

Criado em 1818 por Dom João VI, o então nomeado Museu Real foi o primeiro museu brasileiro e traz já em seu decreto fundador a definição enquanto instituição científica (MUSEU NACIONAL, 2007, p. 12-13). Ao longo de dois séculos, a instituição cumpriu papel central tanto na produção científica do país, quanto em sua divulgação à população. Na ocasião de seu bicentenário, em 2018, sua sede foi assolada pelo incêndio que seria conhecido como a maior tragédia museológica brasileira, ocasionando perdas incalculáveis de patrimônio científico, histórico e cultural (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2018).

Nesse sentido, para além da importância do Museu Nacional enquanto instituição de produção e divulgação científica, agrega-se como motivação para nossa escolha a importância simbólica desta que foi a primeira exposição do museu após o incêndio. Para o que atentamos o fato de ser sediada em outra instituição, o Centro Cultural Casa da Moeda do Brasil (CCCMB).

Quanto à exposição, *Quando Nem Tudo Era Gelo: Novas Descobertas no Continente Antártico* se define como uma exposição de Paleontologia que propõe a apresentação das “mais recentes e interessantes descobertas, provindas das novas temporadas de campo durante os anos de 2015-2018” (A EXPOSIÇÃO..., [2019]) das equipes do projeto PALEOANTAR. Ao que acrescenta: “além dos fósseis, convidamos a todos para compartilhar as experiências vividas por nossos pesquisadores no acampamento [...]” (A EXPOSIÇÃO..., [2019]).

No CCCMB, a exposição ocupou o hall de entrada, além de outras duas salas no interior do edifício, medindo 96 m<sup>2</sup>, 136 m<sup>2</sup> e 130 m<sup>2</sup>, respectivamente<sup>3</sup>. O hall de entrada apresentava um breve histórico do Museu Nacional/UFRJ, explicando o porquê de a exposição estar sendo sediada no CCCM; a primeira das salas representava a Antártica atual; e a segunda uma Antártica tropical do período Cretáceo.

## 2.2 Avaliação técnica

A avaliação técnica consiste na análise crítica do projeto e design na exposição (CURY, 2005, p. 133). Realizada *in situ*, é um momento de exploração do espaço expositivo, permitindo uma apreciação detalhada de suas características físicas e espaciais. Permite analisar a exposição tal qual a executava, o que pode ou não corresponder à proposta apresentada pela instituição, a depender de uma miríade de fatores que influenciam processos de desenvolvimento e montagem.

A relevância desta etapa se justifica não só pelo entendimento de que o design expositivo é parte integrante de discurso da exposição. Ela também se fundamenta pela necessidade de uma compreensão aprofundada do ambiente de mediação no qual interagem público, ciência e exposição, que baseia a formulação de hipóteses a respeito de suas possíveis influências na apropriação que o visitante faz do conteúdo.

Para a avaliação técnica, utilizamos cinco das categorias propostas por Cury (2012, 15-17), entendendo serem as mais pertinentes aos objetivos deste estudo. São elas:

- forma de institucionalização e/ou problemática museal: qual a influência institucional e/ou da problemática do museu nas decisões que definem abordagens, enfoques conceituais, objetivos e estilo expográfico?
- lógica discursiva: como a lógica discursiva da exposição se relaciona com a(s) disciplina(s) abordada(s) e a comunicação? (Existe ou não uma aproximação com a cultura, com o cotidiano do público?)
- colocação pronominal: quem fala (eu, nós?)? A colocação pronominal se relaciona com a forma como o museu se apresenta ao público enquanto autoridade?

3. Informação gentilmente cedida pela Seção de Museologia do Museu Nacional/UFRJ.

- cetórica: linear ou episódica? É classificatória (taxonômica), temática, cronológica, etc.? Em que medida as áreas de conhecimento abordadas influenciam na elaboração discursiva da exposição?
- expografia: tradicional, cenográfica, tecnológica, sensorial etc.? Em que medida as áreas de conhecimento abordadas influenciam na elaboração da expografia?

### 2.3 Análise de conteúdo

Considerando a importância dos textos da exposição na construção do discurso expositivo, uma segunda etapa compôs nossa metodologia. Nela, o conteúdo textual da exposição foi analisado segundo a metodologia de análise de conteúdo qualitativa, como proposta por Schreier (2012; 2014). Considerando o tamanho da exposição – apenas hall de entrada e duas salas –, e a reduzida quantidade de texto, definimos como *corpus* todos os textos da exposição, incluindo as legendas de todo o acervo exposto.

Seguimos para a primeira etapa da análise de conteúdo qualitativa, a construção do quadro de codificação. Via de regra, não há limite de complexidade ou quantidade de categorias e subcategorias em um quadro de codificação. No entanto, elas devem atender aos requisitos de unidimensionalidade, que impõem a delimitação clara do aspecto tratado por cada categoria principal; de exclusão mútua, para subcategorias submetidas à uma mesma categoria principal, garantindo que uma mesma unidade de codificação não possa ser codificado em duas ou mais subcategorias; e de exaustividade, que assegura que todos os aspectos relevantes do material sejam contemplados por alguma (sub)categoria (SCHREIER, 2014, p. 175).

Ainda sobre a construção do quadro de codificação, (sub)categorias podem ser formuladas com base nos dados disponíveis, em questões conceituais ou na combinação de ambas (SCHREIER, 2014, p. 176). Ao entendermos que a análise de conteúdo cumpre aqui a função de enriquecer o processo exploratório, optamos pela primeira opção. Nossas (sub)categorias, portanto, foram geradas a partir dos dados disponíveis – através estratégia de sucessiva sumarização<sup>4</sup> –, o que faz

4. Estratégia que consiste em parafrasear passagens relevantes do texto, unir as passagens semelhantes em grupos que são transformados em categorias e subcategorias (SCHREIER, 2014, p. 176).

do próprio quadro de codificação o resultado principal dessa análise de conteúdo (SCHREIER, 2014, p. 180).

Definidas categorias e subcategorias, a etapa de construção do quadro de codificação é concluída com uma revisão final de toda a estrutura, atentando para possíveis necessidades de ajustes ou acréscimos (SCHREIER, 2014, p. 177).

Antes de partir para a etapa seguinte, é necessário assegurar a consistência da codificação preparando o material que será codificado. Critério fundamental para a análise de conteúdo qualitativa, a consistência da codificação deve ser avaliada através da comparação de duas rodadas de codificação que acontecem em momentos distintos no tempo (SCHREIER, 2014, p. 178). Uma comparação consistente, no entanto, só é possível caso os códigos tenham sido atribuídos a segmentos idênticos nas duas rodadas. Por esse motivo, o material deve ser dividido em unidades de codificação antes de qualquer codificação, processo nomeado “segmentação” (SCHREIER, 2014, p. 178).

A segmentação do material pode ser feita segundo critério formal, gerando unidades como palavras, frases ou parágrafos ou segundo o critério temático, onde a divisão dos segmentos é feita de acordo com a mudança de assunto no texto, de maneira que cada unidade de codificação trata de um tema (SCHREIER, 2014, p. 178). Independentemente do critério escolhido, as unidades de registro devem ser todas numeradas consecutivamente (SCHREIER, 2014, p. 178). Nesta análise optamos pelo critério temático.

Com o quadro de codificação e o material segmentado em mãos, o próximo passo é a codificação teste. Chamada fase piloto, esse é o momento em que se avalia a qualidade do quadro de codificação segundo os critérios de consistência e validade. Utilizando apenas uma parte do total do material, seguem-se os mesmos passos da codificação principal: cada unidade de codificação é atribuída à uma categoria do quadro, por duas rodadas, que devem ser separadas entre si pelo espaço de tempo de 10 a 14 dias (SCHREIER, 2014, p. 179).

A consistência do quadro é analisada comparando o resultado das duas rodadas, entendendo que subcategorias bem definidas resultarão em sua atribuição às mesmas unidades de codificação nas duas rodadas. Já o critério de validade trata da capacidade das categorias em descrever adequadamente todo o material (pressuposto da análise de conteúdo) e pode ser avaliado conforme a distribuição da frequência de aparecimento das

subcategorias. Um quadro que, ao final desse processo, apresente a necessidade de apenas algumas alterações, está apto para ser utilizado na análise principal. Opostamente, a necessidade de muitas alterações exige a execução de uma segunda codificação teste (SCHREIER, 2014, p. 179).

Por fim, na análise principal todo o material é codificado. Nesse momento o quadro de codificação não pode mais ser modificado, sendo imprescindível que seu nível de confiabilidade e validade seja garantido antes do início da codificação.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 Avaliação técnica

##### *3.1.1 Forma de institucionalização e/ou problemática museal*

Em seu website oficial, o Museu Nacional se define como uma instituição de perfil acadêmico e científico, que tem por missão a descoberta e interpretação de fenômenos da natureza e culturas humanas, bem como a difusão<sup>5</sup> do conhecimento e a preservação do patrimônio científico, histórico, natural e cultural. Nesse contexto, suas exposições

[...] resultam da história da instituição e da excelência de suas atividades de pesquisa e ensino, cumprindo a finalidade precípua de produção e disseminação do conhecimento nas áreas de ciências naturais e antropológicas (O MUSEU, [2021?]).

Temos delimitado pela própria instituição, portanto, o escopo e objetivos gerais de suas exposições, e *Quando Nem Tudo Era Gelo: Novas Descobertas no Continente Antártico* não foge à regra. Ao analisarmos tecnicamente, transparecem as influências instrucionais na exposição:

- a abordagem proposta tem como fio condutor as expedições do projeto PALEOANTAR para coleta de amostras fósseis no continente antártico. Assim, a exposição se configura como ferramenta de divulgação não só do conhecimento científico produzido por seus pesquisadores – o “produto” da pesquisa –, mas também da própria

5. O termo “difusão” é empregado pela própria instituição.

- atividade de pesquisa desenvolvida no âmbito da instituição – o processo da pesquisa;
- o enfoque conceitual reflete diretamente a abordagem proposta e apresenta um caráter científico especialmente vinculado às ciências biológicas. As duas salas principais da exposição representam a Antártica atual e outra sala uma Antártica pré-histórica, tratando de sua fauna e flora por meio de fósseis, espécimes taxidermizados, preservados em álcool, além de ossadas. As próprias expedições do projeto PALEOANTAR, utilizadas como recurso narrativo pela exposição, se inserem na lógica de um enfoque conceitual de caráter científico por serem parte fundamental da pesquisa paleontológica;
  - os objetivos comunicacionais apresentam aos visitantes “[...] as mais recentes e interessantes descobertas, provindas das novas temporadas de campo [na Antártica] durante os anos de 2015-2018” (A EXPOSIÇÃO..., [2019]) e o convite para “compartilhar as experiências vividas por nossos pesquisadores no acampamento, na coleta dos fósseis e nesse incrível ambiente [...]” (A EXPOSIÇÃO..., [2019]). Ambos se mostram correspondentes aos objetivos do MN-UFRJ de divulgação das pesquisas científicas desenvolvidas no âmbito da instituição;
  - o estilo expográfico também é notadamente influenciado pela tipologia do museu, ao utilizar recurso que historicamente foram e ainda são amplamente utilizados por museus de história natural. Como os dioramas<sup>6</sup>, reconstituições<sup>7</sup> e apresentação clássica do acervo, exposto em vitrines e identificado por legendas que contém em sua grande maioria dados estritamente técnicos.

6. “Reconstitui[ções] tridimensional[is] de um ambiente natural” (DAVALLON apud GOB; DOUGRET, 2019, p. 172), os dioramas associam “elementos tridimensionais em um cenário bidimensional (pintado ou fotografado) em segundo plano” (GOB; DOUGRET, 2019, p. 172, grifo nosso), como vemos na ambientação do plesiossauros (Figura 1).

7. Duas ao total: um iceberg (Figura 2) e o acampamento dos pesquisadores na Antártica (parcialmente ilustrado na Figura 3).

Figura 1

Diorama dedicado aos plesiossauros.  
Fonte: elaboração própria, 2019.



Figura 2

Reconstituição<sup>8</sup> de iceberg, com algumas espécies encontradas na Antártica representadas por espécimes taxidermizados.  
Fonte: elaboração própria, 2019.



### 3.1.2 *Lógica discursiva*

Identificamos na exposição uma lógica discursiva preocupada em apresentar o conhecimento científico como resultado de um processo de pesquisa e

8. Embora reconstitua um ambiente natural, o iceberg não apresenta a característica do cenário bidimensional em segundo plano (ver nota 7) e, por esse motivo, não foi classificado aqui como diorama.

como produto de uma atividade necessariamente humana. É uma oposição ao tipo de abordagem onde se apresentam apenas os resultados da produção científica, ignorando o caráter processual da ciência (CASCAIS, 2003; LOUREIRO, 2003; SOUZA, 2011).

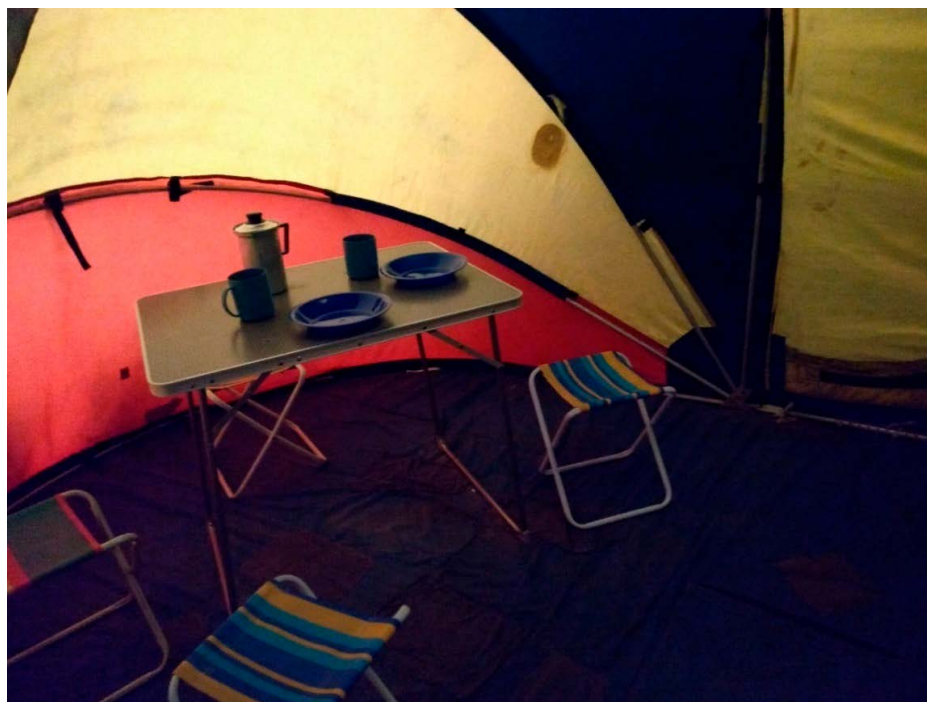
A preponderância dessa lógica é perceptível na exposição pelo destaque dado às expedições do projeto PALEOANTAR, que conduzem a narrativa expográfica e aparecem fortemente materializadas na expografia pela reconstituição de um acampamento de pesquisa; fotografias e memorabilias pessoais dos pesquisadores; equipamentos individuais como roupas especiais necessárias no ambiente antártico etc. Essa constatação vai de encontro ao observado por Delicado (2008) nos museus portugueses, onde “o trabalho de campo é a prática científica mais comumente representadas nas exposições de museus de história natural (sobretudo paleontológicos) e arqueológicos” (DELICADO, 2008, p. 91).

Para além de evidenciar alguns dos processos envolvidos na pesquisa científica, é interessante notar a utilização de recursos que apresentam ao público uma versão mais “humana” ou palpável da figura do(a) “pesquisador/cientista”

- as fotografias expostas não são sisudas e oficiais – em certa medida esperadas de uma expedição científica. Ao contrário, são misturados aos registros fotográficos momentos em campo da vida cotidiana no acampamento, festas de aniversários, bilhetes pessoais etc.;
- o público é convidado a deixar recados para a equipe PALEOANTAR em um quadro onde estão disponíveis notas autoadesivas;
- no interior da maior barraca reconstruída do acampamento de pesquisa (aberta ao público) o visitante não encontra equipamentos de pesquisa, anotações ou itens relacionados estritamente ao trabalho em campo, mas uma cozinha (Figura 3). Esse recurso que não só humaniza a imagem de pesquisadores(ras), como aproxima o cotidiano em campo daquilo que também é familiar e recorrente para o visitante, mostrando que apesar de suas drásticas diferenças de contexto, é possível encontrar pontos em comum.

Figura 3

Visão parcial do interior da maior barraca, localizada na reconstituição do acampamento. Em seu interior, no lado apostado ao ilustrado pela fotografia, encontramos uma mesinha de apoio, um pequeno fogão e utensílios de cozinha. Fonte: elaboração própria, 2019.



### 3.1.3 Colocação pronominal

Os textos da exposição são todos escritos na primeira pessoa do plural, e sempre com o sujeito oculto: “recebemos”, “seguimos” etc. O texto que trata especificamente da travessia Brasil/Antártica, no entanto, identifica implicitamente esse “nós” como os próprios pesquisadores do projeto PALEOANTAR: “embarcamos no avião”, “finalmente chegamos à área da Antártica”.

A colocação pronominal, portanto, complementa e explicita os objetivos comunicacionais de exposição: tratar do tema proposto pelo olhar dos pesquisadores em campo, personagens centrais da narrativa, que falam diretamente ao visitante e o convidam a “participar” da expedição.

### 3.1.4 Retórica

Para tratar do conteúdo proposto, a exposição utiliza uma abordagem temática e uma organização episódica (CURY, 2005, p. 47), não linear. Ou seja, embora cada sala trate de momentos distintos na história do continente antártico, não se demanda do visitante que siga um trajeto preestabelecido

com início, meio e fim para que compreenda o que está sendo dito, já que os módulos expositivos tratam de temas específicos de maneira estanque.

### 3.1.5 Expografia

A expografia é pautada pelo uso de recursos expográficos tradicionais: para além das reconstituições citadas anteriormente, o acervo está disposto em vitrines e identificado, em sua maioria, somente por legendas contendo os dados técnicos do espécime exibido. Se a forma de apresentação dos(as) cientistas traz uma visão mais descontraída, e as reconstituições da ambientação do cotidiano de pesquisa são uma clara tentativa de aproximação entre seu o dia a dia na expedição e o do visitante, a forma de apresentação do acervo faz o movimento oposto.

Coletados nas expedições do PALEOANTAR, e parte fundamental para a produção de conhecimento para a Paleontologia, os espécimes e amostras fósseis são expostos quase que exclusivamente acompanhados por legendas de identificação com nome vulgar, nome científico, data e local da coleta da amostra. Para além do caráter estritamente técnico, notamos que na maior parte não há discriminação do tipo de informação fornecida pelas legendas. Isso quer dizer que só o visitante familiarizado com o uso e a forma de apresentação desse tipo de dado feita pela Biologia é capaz de identificar que a primeira informação é o nome vulgar, que a segunda – destacada em itálico – é o nome científico e assim por diante.

Em última instância, o uso desse tipo de linguagem especializada em uma exposição aberta ao público em geral dificulta – ou até mesmo impossibilita – o acesso de uma parcela dos visitantes ao conteúdo. E privilegia aqueles que, justamente por serem socioeconomicamente privilegiados com acesso à educação formal em maior nível ou qualidade, são capazes de compreendê-la.

Essa relação contraditória se insere na lógica àquilo que Tichenor, Donohue e Olien (1970) atribuíram o nome de teoria do “*gap* de conhecimento”, onde o acesso à informação pode acirrar desigualdades preexistentes, aumentando o *gap* entre diferentes parcelas da população, ao invés de reduzi-lo. De acordo com os autores (TICHENOR; DONOHUE; OLIEN, 1970, p. 161), diferentes fatores podem influenciar no surgimento ou alargamento desses *gaps*:

- a própria natureza da mídia pelo qual se fornece a informação, pensando que diferentes públicos podem ter ou não acesso à diferentes mídias<sup>9</sup>;
- a exposição seletiva, aceitação e retenção da informação, que dizem respeito à busca ativa por determinada informação e sua interpretação;
- a existência de contatos sociais relevantes, onde as chances de debate sobre determinados tópicos aumentam de acordo com os grupos de contatos interpessoais de cada indivíduo;
- a existência ou não de conhecimento preexistente sobre o assunto, o que pode gerar uma maior facilidade na compreensão da informação;
- o nível das habilidades de comunicação diretamente relacionadas ao ensino formal, que diz respeito à expectativa de mais facilidade na leitura e compreensão de assuntos relacionados à ciência por parte daqueles com maior nível de escolaridade.

Em maior ou menor grau, o tipo de apresentação que se faz do acervo põe em pauta todos os fatores supracitados. Embora seja possível tomar a exposição como a mídia pela qual se fornece a informação e ponderar que, portanto, qualquer visitante se encontra nas mesmas condições de acesso nesse sentido, é importante considerar que todas as informações referentes aos espécimes expostos são escritas. Uma ou outra imagem ilustrativa é utilizada, o que restringe boa parte do conteúdo ao público alfabetizado<sup>10</sup>. Nisso, a exposição analisada não é um caso isolado, mas exemplifica a notória exclusão de públicos não alfabetizados das exposições museológicas que qualificaríamos como “tradicionalis”.

Na sequência, embora a busca ativa pela informação, ou “exposição seletiva”, possa ser aferida pela própria presença do visitante, o acesso às informações apresentadas nas legendas através do uso de uma linguagem técnica depende de outros fatores. Tichenor, Donohue e Olien (1970, p. 161) propõem como variáveis a serem consideradas o nível de habilidade de leitura para interpretação dos códigos dessa linguagem específica para além

9. Tichenor, Donohue e Olien (1970, p. 161) citam como exemplo o acesso à mídia impressa, “tradicionalmente mais utilizado por pessoas de status [socioeconômico] superior”.

10. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 2012, em 2019 a taxa de analfabetismo no país era de 6,6%, correspondendo a um total de 11 milhões de brasileiros (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020, p. 1).

da simples alfabetização, e, conseqüentemente, a necessidade de algum conhecimento prévio sobre Biologia. Essa questão nos parece especialmente relevante ao considerarmos o panorama nacional na educação.

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – responsável por nortear currículos dos sistemas e redes de ensino do país – a menção ao “estudo de fósseis” aparece pela primeira vez no escopo das habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos do sexto ano do Ensino Fundamental (BRASIL, [2017?], p. 315), reaparecendo somente contexto do Ensino Médio (BRASIL, [2017?], p. 556). Já o tema da biodiversidade, além do primeiro contato com teorias e textos científicos e históricos, consta como habilidade desenvolvida a partir do nono ano do Ensino Fundamental (BRASIL, [2017?], p. 351) e ao longo de todo Ensino Médio. Ao mesmo tempo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2019 nos informa que, à época, apenas 48,8% da população acima de 25 anos possuía Ensino Médio completo (ou equivalente), enquanto 6,4% dos brasileiros na mesma faixa etária não possuíam instrução alguma e 32,2% apenas o Ensino Fundamental incompleto (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020, p. 3).

O cruzamento desses dados nos impõe, então, um cenário ruim e um pior ainda. No primeiro deles, se considerarmos que os conhecimentos e habilidades necessárias para apreender o conteúdo dos textos das legendas são desenvolvidas pelos brasileiros ao longo do Ensino Fundamental, podemos somar os 6,4% da população sem instrução aos 32,2% com o Ensino Fundamental incompleto. Assim, obtemos um total de 38,6% da população acima dos 25 anos para os quais a linguagem utilizada pela exposição limitaria o acesso ao conteúdo. No cenário ainda mais dramático, caso consideremos que os conhecimentos e habilidades para apreensão do conteúdo são desenvolvidos plenamente somente ao longo do Ensino Médio, a parcela da população acima de 25 anos total ou parcialmente excluída chega a 51,2%.

Esses resultados mostram a urgência na busca por uma linguagem e por ferramentas de inclusão no âmbito das exposições museológicas. Caso tenhamos como compromisso a democratização do acesso e a garantia do caráter público do patrimônio científico (ou outro), é necessária a promoção da cidadania através da inserção de distintas parcelas da sociedade nos debates relativo à ciência e tecnologia e na apropriação dos usos de seus produtos.

### 3.2 Análise de conteúdo

Antes de mais nada, é preciso lembrar que, como afirma Schreier (2014, p. 180), um dos resultados de uma análise de conteúdo qualitativa, se não o principal, é o próprio quadro de codificação. Em sua forma final, ele é capaz de esquematizar e apresentar ao leitor, através da própria estrutura, todo o conteúdo analisado sumarizado pelas (sub)categorias, além de identificar aqueles que se destacam ou não através da frequência de aparecimento delas. Por oposição, ao ser capaz de ilustrar aquilo que é dito pelo texto, o quadro de codificação também nos permite identificar e inferir sobre seus silêncios, sobre aquilo que deixou de ser dito.

Isto posto, e seguidos todos os passos citados na metodologia, concluímos a análise de conteúdo com Quadro 1 de codificação:

Quadro 1  
Quadro de codificação  
Fonte: elaboração própria, 2022.

Categorias principais	Subcategorias	Frequência
1. Museu Nacional enquanto instituição	a. Histórico institucional	4
	b. Objetivos institucionais	3
	<b>Frequência total da categoria</b>	<b>7</b>
2. A exposição	a. Motivação para a realização da exposição	1
	b. Conteúdo proposto	2
	c. Objetivos	1
	<b>Frequência total da categoria</b>	<b>4</b>
3. Antártica	a. Explicação sobre o ambiente antártico	2
	b. Biodiversidade (contemporânea)	8
	<b>Frequência total da categoria</b>	<b>10</b>
4. Histórico das expedições PALEOANTAR		8
	<b>Frequência total da categoria</b>	<b>8</b>
5. Pesquisas paleontológicas	a. Procedimentos de coleta das amostras fósseis	1
	b. Micropaleontologia	1
	c. Hipóteses formuladas com base nos fósseis	8
	<b>Frequência total da categoria</b>	<b>10</b>
6. Conceitos científicos	a. Explicados com uso de figura de linguagem	1
	b. Explicação que utiliza termos técnicos/jargões e/ou não os explica de maneira acessível ao não iniciado em Paleontologia	2
	c. Explicação que não utiliza termos técnicos/jargões e/ou os explica de maneira acessível ao não iniciado em Paleontologia	3
	<b>Frequência total da categoria</b>	<b>6</b>
7. Informações disponíveis sobre o acervo exposto	a. Histórico do acervo	8
	b. Identificação de acervo não fossilizado (mapas, réplicas, amostras de rochas etc.)	5
	c. Caracterização de fósseis	16
	d. Apenas os dados técnicos da amostra, com a caracterização de todas as informações citadas	15
	e. Apenas os dados técnicos da amostra, sem a caracterização de todas as informações citadas	32
	<b>Frequência total da categoria</b>	<b>76</b>
8. Instruções para o visitante		3
	<b>Frequência total da categoria</b>	<b>3</b>

Logo de início observamos como a influência institucional é perceptível por meio das escolhas feitas no projeto museográfico. Há a menção textual ao histórico e objetivos institucionais do Museu Nacional/UFRJ, caracterizando-o como “um museu que vai *muito além de suas exposições, com atividades de ensino, pesquisa e extensão*” (A EXPOSIÇÃO..., [2019], grifo nosso)<sup>11</sup>. E que, após o grande incêndio de 2018 “busca, através de uma série de iniciativas [...] restaurar e fortalecer a sua excelência como instituição viva e dinâmica” (A EXPOSIÇÃO..., [2019])<sup>12</sup> trabalhando continuamente

[...] na renovação de suas coleções, na construção de novos prédios e a conseqüente *produção e divulgação do conhecimento científico para o grande público*, [por meio das quais] o Museu Nacional poderá dar continuidade no *seu papel de excelência para as ciências no Brasil*. (A EXPOSIÇÃO..., [2019], grifo nosso)<sup>13</sup>.

Notadamente, o contexto atípico no qual se inseriu o desenvolvimento da exposição parece ter tido grande peso na decisão por apresentar não só um texto introdutório para a exposição, mas para a própria história do Museu Nacional/UFRJ. Primeiro, lembremos que a exposição não foi sediada no próprio museu, e sim no atual CCCMB. Outro ponto relevante, e que é mencionado ao longo do breve histórico institucional apresentado, é o fato do mesmo edifício que sedia hoje o CCCMB ter sido ocupado por 74 anos pelo próprio Museu Nacional, o que torna a exposição uma “oportunidade de vê-lo visitar sua antiga residência” (A EXPOSIÇÃO..., [2019])<sup>14</sup>.

Mais importante, no entanto, parece ter sido a acertada decisão de utilizar da comoção que certamente seria, como foi, gerada pela inauguração da primeira exposição do museu após o incêndio, como uma oportunidade de (re)apresentar o museu à sociedade. Nesse contexto, o termo “(re)apresentação” nos parece realmente o mais adequado, pensando no desconhecimento daquilo que era o museu por uma parcela da sociedade. Como testemunham as várias reportagens veiculadas pela mídia à época, como “O que tinha no acervo do Museu Nacional do Rio e foi consumido

11. Unidade de codificação inserida na categoria 1.b.

12. Unidade de codificação inserida na categoria 1.b.

13. Unidade de codificação inserida na categoria 1.b.

14. Unidade de codificação inserida na categoria 1.a.

pelo fogo” (CARNEIRO; MACHADO, 2018), “Museu Nacional guarda acervo de mais de 20 milhões de itens” (MUSEU..., 2018), dentre outros.

Também é possível inferir sobre a importância dada à apresentação do museu (categoria 1) ao compararmos sua frequência de aparecimento no texto, sete no total, contra quatro trechos que se dedicam a contextualizar e apresentar a própria exposição (categoria 2).

Na sequência, as categorias 3 e 4 evidenciam a recorrência de temas relacionados ao contexto das expedições do projeto PALEOANTAR, foco central do projeto expográfico, também nos textos da exposição. Na primeira delas, a categoria “Antártica”, encontramos textos que trazem ao visitante explicações sobre características do ambiente como os icebergs, calotas polares (categoria 3.a) e a biodiversidade encontrada no continente antártico atualmente (categoria 3.b). Seguindo, a categoria “Histórico das expedições PALEOANTAR” apresenta trechos que informam sobre as temporadas de campo entre os anos de 2015 e 2018, período no qual “20 pesquisadores de diferentes instituições brasileiras diretamente ligados ao projeto PALEOANTAR, sediado no Museu Nacional/UFRJ, se deslocaram para áreas situadas abaixo do paralelo 60° para a coleta de fósseis” tendo

por duas vezes o grupo [alcançado] as áreas mais distantes que o Programa Antártico Brasileiro já chegou, na ilha James Ross (Baía Santa Marta e Cabo Naze), onde permaneceram acampados por cerca de 40 dias coletando fósseis de vertebrados, invertebrados, plantas, microfósseis e amostras geológicas [...] (A EXPOSIÇÃO..., [2019])<sup>15</sup>.

Concluídos os temas relacionados especificamente com as expedições do projeto PALEOANTAR, as categorias seguintes tratam de textos que abordam temas mais relacionados à pesquisa em Paleontologia com amplo sentido. Primeiro, na categoria 5, nomeada justamente de “Pesquisas paleontológicas”, encontramos textos sobre procedimentos de coleta de amostras

Para possibilitar as interpretações baseadas nos microfósseis, é necessário que seja feita a coleta das rochas e sedimentos de um determinado local, atentando para a sequência em que aparecem ali...as características das espécies fossilizadas encontradas (A EXPOSIÇÃO..., [2019])<sup>16</sup>.

15. Unidade de codificação inserida na categoria 4.

16. Unidade de codificação inserida na categoria 5.a.

## Sobre uma das subdivisões da Paleontologia

A micropaleontologia é a área encarregada do estudo dos microfósseis, que são um grupo de organismos extremamente pequenos que viveram no passado da Terra. Os microfósseis habitaram os mais diferentes ambientes, cada um deles tendo sido ocupado por grupos específicos. Devido a isso, o estudo micropaleontológico associado a alguns métodos geológicos nos dá informações do paleoclima, salinidade, profundidade de mares antigos, disponibilidade de nutrientes e composição e diversidade da biota do passado (A EXPOSIÇÃO..., [2019])<sup>17</sup>.

## E sobre as hipóteses formuladas com base fósseis encontrados

Além da quantidade, a variedade dos dentes encontrados reflete uma alta diversidade de tubarões nos mares passados da Antártica. Isso pode ser um indício de que no passado, a temperatura do mar era mais elevada do que é hoje, se assemelhando aos mares tropicais atuais (A EXPOSIÇÃO..., [2019])<sup>18</sup>.

É perceptível o cuidado tomado em não representar a ciência responsável por produzir verdades absolutas e imutáveis quase que por passe de mágica. Uma sucessão de momentos “eureka!” na história de mentes brilhantes. Ao contrário, os trechos que representam a ciência ao tratarem das hipóteses científicas, apresentam ao visitante a ciência como atividade humana, processual e contínua, que formula hipóteses confiáveis com base nos materiais disponíveis aos pesquisadores até o referido momento.

Esse tipo de representação da ciência, pautada mais realisticamente na maneira pela qual se dá a produção científica, se opõe àquela que Cascais (2003, p. 3) nomeia “mitologia dos resultados”. Nela o caráter processual e essencialmente transitório da ciência é ignorado em detrimento da exclusiva apresentação de resultados positivos – tendência ainda recorrente em muitos museus e exposições brasileiras. Pelo contrário, trechos como “os fragmentos destes animais encontrados na Antártica *indicam haver* [...]” (A EXPOSIÇÃO..., [2019], grifo nosso); “Isso *pode ser um indício* de que no passado [...]” (A EXPOSIÇÃO..., [2019], grifo nosso); “Algumas das espécies encontradas [...] *permitiram identificar* [...]” (A EXPOSIÇÃO..., [2019], grifo nosso), entre outros,

17. Unidade de codificação inserida na categoria 5.b.

18. Unidade de codificação inserida na categoria 5.c.

apresentam as hipóteses científicas como aquilo que são de fato. Ou seja, conclusões resultantes do estudo do material disponível aos(às) pesquisadores(as), obtidas através do emprego de metodologias, técnicas e controles particulares à produção científica e, portanto, confiáveis, mas não como verdades definitivas. Trechos como os supracitados informam ao visitante não cientista que as conclusões apresentadas pelos especialistas são formuladas com base nos estudos dos materiais encontrados – muitos dos quais o visitante pode ver pessoalmente na exposição. Ao mesmo tempo eles elucidam sobre questões em aberto, evidenciando a necessidade de continuidade das pesquisas e sobre o processo contínuo da produção de conhecimento.

Outra categoria que se destaca tanto pela frequência, quanto por seu impacto no reforço de um tipo específico de representação de ciência, é a que trata das informações disponíveis sobre o acervo. Considerada a quantidade de objetos expostos, não surpreende a alta frequência de aparecimento da categoria. No entanto, chama a atenção a quantidade de peças identificadas somente por dados técnicos: das 47 no total, 32 não contam com a caracterização do tipo de informação referida no texto, caso da legenda espécime de Rockcod corcunda, na qual lemos

Rockcod corcunda/Humped rockcod  
*Gobionotothen gilbberifrons* Lönnberg, 1905

Se, para o paleontólogo, é evidente que estão referidos na legenda o nome vulgar da espécie, o nome vulgar em inglês, o nome científico, o cientista responsável pela identificação da espécie (Einar Lönnberg) e a data da identificação. Para o leitor não familiarizado com o tipo de identificação utilizada pela Biologia, o mesmo texto pode parecer parcial ou completamente incompreensível. Mais uma vez, os resultados da análise de conteúdo vão de encontro aos da avaliação técnica, especialmente aos apontamentos feitos no item Expografia: se toda a exposição se mostra pensada para comunicar com um público amplo e não especializado, a maior parte das legendas do acervo – especialmente nos fósseis, mas não exclusivamente – contradiz esse intuito ao circunscrever seu entendimento ao público familiarizado com os códigos da Biologia e Paleontologia.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto exposição de Paleontologia, *Quando Nem Tudo Era Gelo: Novas Descobertas no Continente Antártico* entrega aquilo que se dispõe a apresentar: as descobertas feitas pelos pesquisadores do projeto PALEONTAR em virtude das expedições de 2015-2018, convidando o visitante a compartilhar as experiências vividas em campo pela equipe. Enquanto exposição do Museu Nacional/UFRJ, ela cumpre os objetivos autodeclarados pela instituição de difundir o conhecimento produzido nas áreas das ciências da natureza, especialmente a participação de membros da instituição nas pesquisas.

Nossa análise demonstrou, por parte da equipe responsável pela exposição, um esforço para aproximar o público leigo de práticas e situações que não lhes são familiares. No que pesa o fato de ocorrerem em um local de acesso especialmente complicado e restrito, a atividade de coleta não foge do comum nas práticas de pesquisa em Paleontologia. Dessa maneira, do ponto de vista do especialista no tema, o enfoque dado à expedição pela narrativa expositiva dificilmente possuiria o mesmo apelo, nos levando a concluir ter sido essa uma escolha feita majoritariamente em benefício do visitante não especialista.

Utilizando esse mote, a exposição foi capaz de representar a ciência em seu caráter processual e contínuo, por meio de atividades de campo envolvidas na produção científica. Do mesmo modo, a ciência aparece como uma atividade essencialmente coletiva, um trabalho feito em equipe, por pesquisadores que aparecem na exposição tão humanos quanto o próprio visitante. O cientista de *Quando Nem Tudo Era Gelo* não se enquadra no estereótipo do profissional sério e sisudo. Ao contrário, é um cientista que sorri, conta piadas, tira fotos engraçadas e se diverte trabalhando.

Novamente, na forma como foi construída, a exposição tem potencial para aproximar o público, distanciando uma representação de ciência etérea, que aparece representada com um caráter muito mais providencial do que processual, que demanda do público fé no lugar de entendimento (LOUREIRO, 2003, p. 95). Igualmente pode-se dizer da representação feita do cientista *é aquela* materializada em mulheres e homens de carne e osso – definitivamente humanos –, ao contrário de menções textuais a abstratos “cientistas” que reforçam, por omissão ou ausência, o estereótipo hegemônico ao não lhe oferecerem alternativa.

É possível dizer que a exposição consegue apresentar uma ciência que não se constitui apenas de resultados, nem como uma verdade absoluta, mas sim por meio das atividades de pesquisa e com base nos dados empíricos disponíveis até o momento, tanto no projeto museográfico, quanto no conteúdo textual. Quanto aos cientistas, embora o arquétipo “homem, acima da meia-idade, branco, de jaleco e que trabalha sozinho” não apareça em sua integridade, percebemos uma maioria masculina nas fotografias, ainda que o número total de mulheres esteja próximo. Além disso, dentre todas as fotos, só foi possível identificar um pesquisador homem negro e nenhuma pesquisadora mulher negra. Se o jaleco e a meia-idade parecem, ao menos pelas fotografias, terem sido completamente abandonados, assim como o trabalho individual, a predominância do perfil cientista branco permanece, assim como, em menor medida, o perfil masculino.

Por fim, é necessário fazer uma ressalva quando ao tratamento dado à maior parte do acervo que ainda cai na armadilha posta pela própria história dos museus de ciências naturais. Em oposição à abordagem contemporânea, que preza pela comunicação observada no restante da exposição, somos levados de volta aos clássicos museus de ciência do século XIX. Na exposição, essa constatação serve como lembrete da presente dificuldade em comunicar o acervo científico ao público de outra forma que não se atenha unicamente aos aspectos técnicos e em desenvolver novas técnicas e linguagens que o aproximem de diferentes públicos não familiarizados com os códigos do fazer científico.

## REFERÊNCIAS

A EXPOSIÇÃO *Quando Nem Tudo Era Gelo: Novas Descobertas no Continente Antártico* tem sua data de encerramento prorrogada. *Museu Nacional*, Rio de Janeiro, [2019]. Disponível em: <https://www.museunacional.ufrj.br/destaques/quandonemtudoeragelo.html>. Acesso em: 25 jul. 2021.

BOTTALLO, Marilúcia. Os museus tradicionais na sociedade contemporânea: uma revisão. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 5, p. 283-287, 1995.

BRASIL, Karine Brandão Nunes. “Desenhe um cientista”: as concepções dos estudantes do centro juvenil de ciência e cultura sobre os cientistas. *Cenas Educacionais*, Caetité, v. 3, maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília, DF: MEC, [2017?]. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 20 out. 2021.

BUSKE, Rodrigo; BARTHOLOMEI-SANTOS, Marlise L.; TEMP, Daiana S. A visão sobre cientistas e ciência presentes entre alunos do Ensino Fundamental. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS*, 10., 2015, Águas de Lindóia, SP, 2015. *Anais [...]*. Águas de Lindóia: ENPEC, 2015.

CARNEIRO, Júlia Dias; MACHADO, Leandro. O que tinha no acervo do Museu Nacional do Rio e foi consumido pelo fogo. *Terra*, São Paulo, 2 set. 2018. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/o-que-tinha-no-acervo-do-museu-nacional-do-rio-e-foi-consumido-pelo-fogo,5f6b53a5ea313cf4d5c3079d18d40f5ktp3rgmo.html>. Acesso em: 25 out. 2021.

CASCAIS, António Fernando. Divulgação científica: a mitologia dos resultados. *In: SOUSA, Cidival M.; MARQUES, Nuno P.; SILVEIRA, Tatiana S. (org.) A comunicação pública da ciência*. São Paulo: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003. p. 65-77.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. *Percepção pública da C&T no Brasil*: resumo executivo. Brasília, DF: CGEE, 2019. Disponível em: [https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/CGEE\\_resumoexecutivo\\_Percepcao\\_pub\\_CT.pdf](https://www.cgee.org.br/documents/10195/734063/CGEE_resumoexecutivo_Percepcao_pub_CT.pdf). Acesso em: 20 jul. 2021.

CHAMBERS, David Wade. Stereotypic Images of the Scientist: The Draw-a-Scientist Test. *Science Education*, [s. l.], v. 67, n. 2, p. 255-265, 1983.

CURY, Marília Xavier. Análise de exposições antropológicas: subsídios para uma crítica. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO*, 13., 2012, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: ANCIB, 2012. v. 1 p. 120.

CURY, Marília Xavier. *Exposição: concepção, montagem e avaliação*. São Paulo: Annablume, 2005.

DELICADO, Ana. *Microscópios, batas brancas e tubos de ensaio*: representações da ciência nas exposições científicas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 83, p. 79-98, 2008.

DIJKSTRA, Anne M. *et al.* Setting the Scene. *In: Science Communication: An Introduction*. [S. l.]: World Scientific Publishing, 2020. p. 117.

GOB, André; DROUGUET, Noémie. *A museologia: história, evolução, questões atuais*. Trad. de Dara Rocha e Carlos Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

HILL, C. R. The Cabinet of Bonnier de la Mosson (1702–1744). *Annals of Science*, [s. l.], v. 43, n. 2, p. 147-174, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019*: Informativo. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf). Acesso em: 20 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Nota sobre o incêndio do Museu Nacional da UFRJ. *Museus*, Brasília, DF, 2 set. 2018. Disponível em: <https://antigo.museus.gov.br/nota-sobre-o-incendio-do-museu-nacional/>. Acesso em: 25 jul. 2021.

LONG, Marilee *et al.* Portrayals of Male and Female Scientists in Television Programs Popular Among Middle School-Age Children. *Science Communication*, [s. l.], v. 32, n. 3, p. 356-382, 2010.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. Museu de ciência, divulgação científica e hegemonia. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 88-95, abr. 2003.

MACDONALD, Sharon. Authorising Science: Public Understanding of Science in Museums. *In: Irwin, A.; Wynne, B. (ed.), Misunderstanding Science?: The Public Reconstruction of Science and Technology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 152-171.

MACDONALD, Sharon. Exhibitions of Power and Powers of Exhibition: An Introduction to the Politics of Display. *In: Macdonald, S. (ed.). The Politics of Display: Museums, Science, Culture*. London: Routledge, 1997.

MARANDINO, Martha. A pesquisa educacional e a produção de saberes nos museus de ciência. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos* (suplemento), Rio de Janeiro, v. 12, p. 161-181, 2005.

MASSARANI, Luisa *et al.* Gênero, ciência e TV: representações da mulher cientista nos programas brasileiros Jornal Nacional e no Fantástico. *In: REUNIÓN DE LA RED POP*, 13., 2013, Zacatecas. *Anais [...]*. Zacatecas: Red Pop, 2013.

MASSARANI, Luisa; CASTELFRANCHI, Yuri; PEDREIRA, Anna Elisa. Cientistas na TV: como homens e mulheres da ciência são representados no Jornal Nacional e no Fantástico. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 56, e195615, 2019.

MCMANUS, Paulette. Topics in museums and science education. *Studies in Science Education*, [s. l.], v. 20, p. 157-182, 1992.

MEAD, Margaret; METRAUX, Rhoda. Image of the Scientist Among High-School Students. *Science*, Washington DC, v. 126, n. 3270, p. 384-390, 1957.

MUSEU Nacional guarda acervo de mais de 20 milhões de itens. *G1*, Rio de Janeiro, 2 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/02/museu-nacional-guarda-acervo-de-mais-de-20-milhoes-de-itens.ghtml>. Acesso em: 25 out. 2021.

MUSEU NACIONAL. *O Museu Nacional*. São Paulo: Banco Safra, 2007.

O MUSEU. *Museu Nacional*, Rio de Janeiro, [2021?] Disponível em: <https://www.museunacional.ufrj.br/dir/omuseu/omuseu.html>. Acesso em: 13 jul. 2021.

REZNIK, Gabriela *et al.* Como adolescentes apreendem a ciência e a profissão de cientista? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 25, p. 829-855, 2017.

ROCHA, Luisa Maria Gomes de Mattos. A matriz gnosiológica dos museus de ciência. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 11., 2010, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: IBICT-UFRJ; Fiocruz: Unirio, 2010.

SCHREIER, Margrit. *Qualitative Content Analysis in Practice*. Los Angeles: SAGE, 2012.

SCHREIER, Margrit. Qualitative Content Analysis. *In: The SAGE Handbook of Qualitative Data Analysis*, ed. Uwe Flick, 170-83. Los Angeles: SAGE, 2014.

SILVERSTONE, Roger. Communicating Science to the Public. *Science, Technology, and Human Values*, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 106-110, jan. 1991.

SOUZA, Daniel Maurício Viana de. Ciência para todos?: a divulgação científica em museus. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 40, n. 2, p. 255-265, maio/ago. 2011.

TICHENOR, Phillip J.; DONOHUE, George A.; OLIEN, Clarice N. Mass Media Flow and Differential Growth in Knowledge. *Public Opinion Quarterly*, [s. l.], v. 34, n. 2, p. 159-170, 1970.

TOMAZI, Aline Luiza *et al.* O que é e quem faz ciência?: imagens sobre a atividade científica divulgadas em filmes de animação infantil. *Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 335-353, 2009.



# MUSEU DE CIÊNCIAS DA VIDA DA UFES:<sup>1</sup>

TRAJETÓRIA NO ÂMBITO DA INCLUSÃO E  
ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**MARINA CADETE DA PENHA**, INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, VITÓRIA,  
ESPÍRITO SANTO, BRASIL

Doutoranda em Educação em Ciência e Matemática pelo Instituto Federal do Espírito Santo. Integra o Programa de Extensão Museu de Ciências da Vida.

Orcid: 0000-0002-6193-219X

E-mail: marina\_cadete@hotmail.com

**ANA PAULA SANTANA DE VASCONCELLOS BITTENCOURT**, UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO ESPÍRITO SANTO, VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO, BRASIL

Doutora em Neurociências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora associada da Universidade Federal do Espírito Santo. Subcoordenadora do Programa de Extensão Museu de Ciências da Vida.

Orcid: 0000-0002-8138-7053

E-mail: anavasco21@hotmail.com

(continua...)

1. Relato originalmente submetido à *Revista CPC: Dossiê Museus Universitários*. (Nota do Editor)

# MUSEU DE CIÊNCIAS DA VIDA DA UFES:

TRAJETÓRIA NO ÂMBITO DA INCLUSÃO E  
ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

(continuação)

**YURI FAVALESSA MONTEIRO**, UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO,  
VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO, BRASIL

Doutorando em Biotecnologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Integra o  
Programa de Extensão Museu de Ciências da Vida.

Orcid: 0000-0001-8521-5593

E-mail: yuri\_favalessa@hotmail.com

**TATHIANE OLIVEIRA PESENTE**, INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, VITÓRIA,  
ESPÍRITO SANTO, BRASIL

Especialista em Educação e Divulgação em Ciências pelo Instituto Federal do Espírito Santo.

Orcid: 0000-0003-4524-4677

E-mail: tathiane.op@hotmail.com

**THAMIRES BELO DE JESUS**, INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO, VITÓRIA,  
ESPÍRITO SANTO, BRASIL

Doutoranda em Ensino de Matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro  
(UFRJ). Professora efetiva no Instituto Federal do Espírito Santo.

Orcid: 0000-0001-6809-3387

E-mail: thamiresb@ifes.edu.br

(continua...)

# MUSEU DE CIÊNCIAS DA VIDA DA UFES:

TRAJETÓRIA NO ÂMBITO DA INCLUSÃO E  
ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

(continuação)

**JEYCE WILLIG QUINTINO DOS SANTOS**, UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO  
SANTO, VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO, BRASIL

Doutora em Ciências Fisiológicas pela Universidade Federal do Espírito Santo e professora  
adjunta na mesma instituição.

Orcid: 0000-0001-5443-2114

E-mail: jwillig@terra.com.br

**ATHELSON STEFANON BITTENCOURT**, UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO  
SANTO, VITÓRIA, ESPÍRITO SANTO, BRASIL

Doutor em Ciências Fisiológicas pela Universidade Federal do Espírito Santo. Pós-doutor  
pela Universidade Federal de São Paulo. Coordenador do Programa de Extensão Museu  
de Ciências da Vida.

Orcid: 0000-0003-1378-2577

E-mail: athelson@hotmail.com

DOI

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v17i34p110-132>

**RECEBIDO**

03/18/2020

**APROVADO**

13/12/2022

# MUSEU DE CIÊNCIAS DA VIDA DA UFES: TRAJETÓRIA NO ÂMBITO DA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

MARINA CADETE DA PENHA, ANA PAULA SANTANA DE VASCONCELLOS BITTENCOURT, YURI FAVALESSA MONTEIRO, TATHIANE OLIVEIRA PESENTE, THAMIRES BELO DE JESUS, JEYCE WILLIG QUINTINO DOS SANTOS, ATHELSON STEFANON BITTENCOURT

## RESUMO

O Museu de Ciências da Vida, primeiro museu de plastinação do Brasil, é um espaço de difusão e popularização científica de temas ligados ao corpo humano, origem e evolução do homem, e as ciências da vida. Desde sua idealização preza pela acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência ao acervo e ao espaço museal. Um grande passo a favor da inclusão foi o desenvolvimento da técnica de plastinação, que possibilita a transformação do acervo, de peças fixadas em formaldeído, para espécimes plastinados, manipuláveis e que não oferecem quaisquer riscos à saúde. Pretende-se aqui descrever a trajetória do museu no âmbito da inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência. Para tanto, realizou-se levantamento de informações de documentos do museu sobre o histórico de suas ações inclusivas, bem como uma entrevista com o coordenador e curador do museu, dr. Athelson Stefanon Bittencourt, o qual relatou a iniciativa pessoal e da equipe em promover a acessibilidade e a transformação do acervo para atender as especificidades da deficiência, trazendo contribuições aos museus no âmbito da acessibilidade ao público. As mudanças ocorridas no espaço museal, visando a acessibilidade em seu acervo e buscando a inclusão, foram iniciativas para atender os anseios da comunidade interna e externa à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A maior parte do conteúdo do Museu é passível de manipulação e estudo por pessoas com deficiência visual, sendo a técnica de plastinação importante para que a instituição seja acessível.

## PALAVRAS-CHAVE

Museus de ciência e tecnologia. Pessoas com deficiência. Inclusão social.

## **MUSEU DE CIÊNCIAS DA VIDA OF UFES: TRAJECTORY IN THE AREA OF INCLUSION AND ACCESSIBILITY OF PERSONS WITH DISABILITIES**

MARINA CADETE DA PENHA, ANA PAULA SANTANA DE VASCONCELLOS BITTENCOURT, YURI FAVALESSA MONTEIRO, TATHIANE OLIVEIRA PESENTE, THAMIRES BELO DE JESUS, JEYCE WILLIG QUINTINO DOS SANTOS, ATHELSON STEFANON BITTENCOURT

### **ABSTRACT**

The Museu de Ciências da Vida, the first plastination museum in Brazil, is a space for the dissemination and scientific popularization of topics related to the human body, the origin and evolution of man, and the life sciences. Since its idealization, it values accessibility and inclusion of people with disabilities to the collection and museum space. A major step in favor of inclusion was the development of the plastination technique, which makes it possible to transform the collection from pieces fixed in formaldehyde to plastinated, manipulable specimens that do not pose any health risks. Here, we intended to describe the trajectory of the museum in the scope of inclusion and accessibility of disabled persons. To this end, a survey of information from museum documents about the history of its inclusive actions was carried out, as well as an interview with the coordinator and curator of the museum, dr. Athelson Stefanon Bittencourt, who recounted the personal and team initiative to promote accessibility and the transformation of the collection to meet the specificities of disability, bringing contributions to museums in the scope of accessibility to the public. The changes that took place in the museum space, aiming at accessibility in its collection and seeking inclusion, were initiatives to meet the desires of the internal and external community of the Federal University of Espírito Santo (UFES). Most of the museum's content can be handled and studied by people with visual impairments, and the plastination technique is of paramount importance for it to be accessible.

### **KEYWORDS**

Science and technology museums. Disabled persons. Social inclusion.

## 1 INTRODUÇÃO

Em geral, os primeiros museus universitários foram criados com a intenção de ter como público a comunidade acadêmica, com fins de pesquisa e ensino universitário. Entretanto, como afirma Almeida (2002, p. 205), atualmente há uma cobrança por parte da sociedade de se voltar às atividades dos museus à extensão, ou seja, ao acesso do público externo.

Criado em 2008, o Museu de Ciências da Vida (MCV), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), atua como programa de extensão desta instituição, promovendo a divulgação científica de temas ligados à anatomia humana e origem e evolução do homem. Ele é pioneiro no Espírito Santo e na América Latina na fabricação de peças plastinadas para fins de pesquisa e educação científica. Como museu universitário, o MCV e suas diversas atividades são conduzidos por uma grande equipe, constituída de professores, técnicos e alunos de graduação de diversos cursos da UFES, em sua maioria voluntários. Durante os primeiros anos de seu funcionamento, o público mais assistido no museu foi o escolar, no qual se destacam as crianças e os jovens. Contudo, nos últimos anos, devido aos esforços de seus gestores na divulgação do ambiente museal e de seu acervo, o MCV passou a atender, cada vez mais, grupos diversos de visitantes, como famílias,

idosos e pessoas com deficiência (intelectual, visual, auditiva, surdos e pessoas com mobilidade reduzida).

Bizerra et al. (2012, p. 57) evidenciam que os museus de ciências estão incumbidos de desenvolver propostas inclusivas uma vez que são espaços de educação não formal, tendo papel importante na ampliação dos processos de divulgação e educação em ciências.

Como a linguagem visual ainda é a forma de comunicação predominante nas estratégias de comunicação museológica-exposições, publicações e ações culturais, as pessoas com deficiência visual enfrentam maiores dificuldades em usufruir o patrimônio existente nos museus do que qualquer outro público (SARRAF, 2006, p. 81).

Assim, o MCV, desde sua idealização e dada a natureza do seu acervo, preza pela acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência ao acervo e ao espaço museal, conduzindo um trabalho mais efetivo com pessoas cegas ou com baixa visão.

O tema museu e deficiência visual é estudado em diferentes áreas do conhecimento, desde aspectos ligados ao acesso a obras de arte (DAVIES, 2017); história e cultura (FERNANDES, 2020; MORAIS, 2021) e espaços turísticos (OLIVEIRA, 2018). Sobre os estudos relacionados a museus de ciências, as pesquisas recentes buscam ouvir pessoas com deficiência visual sobre suas experiências em espaços museais para discutir sobre inclusão social no ambiente museológico (GRANDI, 2017; SOUZA 2021). Em geral, as pesquisas têm indicado três principais barreiras que dificultam o acesso ao público cego ou com baixa visão nos ambientes museais: as barreiras atitudinais; comunicacionais; e arquitetônicas. Este estudo pretende ampliar a discussão sobre a acessibilidade nos ambientes museais, sobretudo na área de ciências, ao apresentar técnicas que permitem acesso por meio tátil a peças que até então eram acessadas por meio da visão. Temos um desafio particular de permitir que conhecimentos sobre anatomia, fisiologia, citologia e afins sejam acessados por meio tátil, o que se difere do acesso a obras de arte por meio tátil e visual à medida que este último caso não carece de um trabalho de segurança sanitária.

De igual modo, objetivando a mais ampla inclusão, o MCV estuda e se especializa no atendimento de pessoas com outras deficiências.

O objetivo do presente trabalho é apresentar a trajetória do MCV no âmbito da inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência. Para tanto, realizou-se um levantamento de informações de documentos do museu sobre o histórico de suas ações inclusivas, bem como uma entrevista com o coordenador e curador do museu, dr. Athelson Stefanon Bittencourt, o qual relatou a iniciativa pessoal e da equipe em promover a acessibilidade e a transformação do acervo para atender as especificidades da deficiência, trazendo contribuições aos museus no âmbito da acessibilidade ao público.

## 2 A TRAJETÓRIA DO MCV

Em funcionamento desde 2008, O MCV é um programa de extensão da UFES, de interesse institucional da Pró-Reitoria de Extensão e ligado ao Centro de Ciências da Saúde (CCS). Inicialmente denominado Projeto Corpo Humano, tinha como objetivo principal a exibição de corpos humanos preservados em formaldeído para atendimento de visitas escolares. A mediação dessas visitas era realizada por graduandos do curso de Medicina da UFES. Ao descrever o projeto em 2007, o idealizador e atual gestor do Museu, Athelson Stefanon Bittencourt, diz:

Quando assumi [o Projeto Corpo Humano], criei um objetivo mais amplo para o projeto, que incluía uma palestra, um filme e uma visita a uma coleção numa sala distinta à do laboratório de anatomia. Essa coleção era composta de peças anatômicas que já estavam prontas no departamento de morfologia, assim como modelos anatômicos, que foram recuperados, catalogados e organizados. E, além disso, os visitantes participavam de uma aula prática no Laboratório de Anatomia (BITTENCOURT, 2018).

No final daquele ano, parte do acervo do Projeto Corpo Humano foi levado ao município de Venda Nova do Imigrante para exposição em uma feira de ciências (Figura 1). O grande sucesso de público, quase 3 mil pessoas em três dias, fez com que surgisse o desejo de se montar um museu que permitisse ampla visitação de forma perene.

FIGURA 1

Primeira exposição itinerante realizada de forma simples e improvisada na II Feira de Ciências de Venda Nova do Imigrante, Espírito Santo, em 2007, com cerca de 3 mil visitas em três dias. Fonte: acervo do MCV (2007).



Assim, surgiu o Museu de Anatomia da UFES, com a finalidade de realizar divulgação científica no âmbito da anatomia humana, bem como a ampliação do acervo de peças fixadas em formol. Entretanto, com o andamento dos trabalhos, viu-se que a divulgação apenas da anatomia era pouco uma vez que as peças que compunham a coleção poderiam ser utilizadas para estudos em diversas outras áreas. Com a ampliação das áreas de atuação do programa, em 2011, seu nome foi alterado para Museu de Ciências da Vida, pois seu conteúdo se apresentava diverso, incluindo não apenas anatomia, mas também fisiologia, evolução, patologia, cito-histologia e embriologia (BITTENCOURT, 2018).

De 2011 em diante, o MCV ampliou seus objetivos e passou a exercer as três finalidades de competência da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

O museu recebe turmas de graduação, tanto da UFES quanto de outras instituições de ensino superior, as quais utilizam seu acervo e conteúdo para a consolidação dos conhecimentos em aulas ministradas no próprio espaço museal, configurando uma atuação direta no ensino da Universidade. Por outro lado, e concomitantemente, realiza o trabalho voltado para o público externo, ou seja, as atividades de extensão. Esse processo de divulgação científica conta com a atuação dos alunos da graduação tanto na recepção do público externo quanto

nos trabalhos de preparação de peças anatômicas, contribuindo para o desenvolvimento dos alunos em sua formação acadêmico-profissional (BITTENCOURT, 2018).

Ao mesmo tempo, há um intenso trabalho de pesquisa para o desenvolvimento da tecnologia da plastinação para o desenvolvimento da osteotécnica e preparação de esqueletos e para entender a máquina do museu e como ele impacta o visitante, o próprio mediador e o estagiário que ali atua. Os projetos de pesquisa desenvolvidos no MCV versam em diferentes áreas: química, para identificação de uma forma de colorir as peças plastinadas; plastinação, com desenvolvimento de plásticos que possam substituir os importados e atuação para melhoramento do processo e qualidade do material plastinado; além de projetos de pesquisa na área de educação no espaço museal, com trabalhos de iniciação científica e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* (BITTENCOURT, 2018).

A mudança do conceito de *museu de anatomia humana* para *museu de ciências da vida* foi acompanhada da aquisição de uma grande coleção de réplicas realísticas de crânios, esqueletos e fósseis completos de hominídeos e outros primatas (Figura 2), além de crânios dos mais diversos vertebrados, e o seu financiamento se deu através de editais de fomento de órgãos como o Ministério de Educação (MEC), Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e da própria administração da UFES.

FIGURA 2

Réplicas de esqueletos de diversas espécies de primatas pertencentes à coleção do MCV que compôs a exposição *Corpo Humano: da Célula ao Homem*, realizada em 2015 no Palácio Anchieta (Sede do Governo do Espírito Santo), em Vitória. Fonte: acervo do MCV (2015).



O crescimento da coleção pertencente ao MCV demandou ao longo do tempo a necessidade de ampliação de sua estrutura física. De 2010 a 2014, o MCV funcionou em uma sala de 60 m<sup>2</sup> no Centro de Ciências da Saúde da UFES (Figura 3). Quando convidado para exposições em feiras e eventos, seu acervo era realocado e ficava exposto por um tempo determinado, sempre registrando um grande sucesso de público.

FIGURA 3

Espaço expositivo do MCV organizado em uma sala de 60 m<sup>2</sup> no Centro de Ciências da Saúde da UFES, em Vitória, onde funcionou de 2010 a 2014. Fonte: acervo do MCV (2011).



O interesse do público pelo conteúdo do MCV pode ser observado tanto nas visitas ao espaço com exposições de longa duração quanto nas visitas itinerantes. Cabe aqui observar o sucesso de público nas feiras e exposições das quais o Museu participa. Exemplos disso são a exposição *Evolução Humana*, aberta por cinco meses em 2012 no Instituto Nacional da Mata Atlântica (antigo Museu de Biologia Professor Mello Leitão), em Santa Teresa, Espírito Santo, recebendo 52 mil visitantes; e a participação na Semana de Ciência e Tecnologia de 2012, na Praça do Papa, em Vitória, com a exposição *Evolução Humana e Diversidade dos Vertebrados*, com 20 mil visitantes em três dias de atuação.

Outro exemplo impactante foi o observado em 2015 no Palácio Anchieta, sede do Governo do Espírito Santo, no qual se realizou a exposição *Corpo Humano: da Célula ao Homem*, que contou com um público de 43 mil pessoas em setenta dias.

A expectativa de público visitante ao MCV é de cinquenta mil pessoas por ano. Esse número é baseado nos registros de visitas obtidos até aqui. Instalado de forma permanente, [à medida que] se torna conhecido, o MCV entra no imaginário da população, entrando, inclusive, na programação de entretenimento da cidade. Adicionalmente, como ferramenta de ensino, acreditamos que o MCV e seu conteúdo farão parte de planos de ensino das escolas, planejamentos dos professores, dos planos de aula para diferentes níveis de escolaridade, além de contribuir com a educação científica da população em geral, pois a vida interessa a todos (BITTENCOURT, 2018).

A partir de 2014, com a construção de Laboratório de Plastinação, o MCV passou a realizar a técnica de plastinação, meio pelo qual peças anatômicas naturais fixadas em formaldeído se transformaram em peças que podem ser expostas e tocadas, sem risco à saúde dos visitantes. Hoje, o MCV é o museu universitário pioneiro no Brasil e na América Latina na produção e exibição de espécimes plastinados, com fins de pesquisa e divulgação científica. Na atualidade, cerca de 90% de seu acervo de peças biológicas está conservado por essa técnica.

Em 2018, o MCV recebeu um espaço adequado para o funcionamento e a acomodação de sua coleção (Figura 4). Com área total de 250 m<sup>2</sup> e área expositiva de 210 m<sup>2</sup>, o museu está situado no campus principal da UFES, no bairro de Goiabeiras, em Vitória, com a exposição inaugural A Métrica do Corpo Humano.

FIGURA 4

Espaço expositivo do MCV com a exposição A Métrica do Corpo Humano, inaugurado em março de 2018 no campus de Goiabeiras da UFES. Fonte: acervo do MCV (2018).



### 3 O PERCURSO NO ÂMBITO DA INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Um fator determinante para a preocupação do Museu com a acessibilidade de todas as pessoas foram as experiências didáticas prévias de seu gestor, o professor Athelson Bittencourt. Segundo ele:

Antes de ingressar como docente na Universidade, atuei como docente em escolas de ensino regular, onde tive alunos com deficiência visual e, assim, me vi desafiado a reinventar minha forma de ensinar. Desta forma, a acessibilidade e inclusão passaram a fazer parte de qualquer projeto e planejamento das atividades didáticas por mim executados. [...] Para nós, do MCV, a acessibilidade não é algo a mais, e sim uma premissa básica que é parte fundamental do que realizamos, da mesma forma que os espaços públicos precisam ter uma porta de acesso, também precisam ter rampas, elevadores etc., ou seja, recursos para os demais tipos de necessidades especiais. (BITTENCOURT, 2018).

No ato de sua criação, o Museu de Ciências da Vida possuía a maior parte de seu acervo composta de peças anatômicas naturais fixadas em formaldeído, além de alguns modelos didáticos e algumas peças mumificadas. Os modelos didáticos eram utilizados como parte da exposição, mas também tinham a finalidade de facilitar o aprendizado dos estudantes com deficiência visual que visitassem o Museu [à medida que] permitiam a visualização e leitura tátil por estes estudantes.

Ao longo dos anos, foram feitas aquisições de modelos didáticos específicos para a inclusão dos estudantes com deficiência visual: como exemplo, foi adquirida em 2009 uma coleção da UFMG feita com gesso e resina, destinada especialmente à interação tátil, em especial para pessoas com deficiência visual. Esse material, ainda parte da coleção, reúne modelos de células, tecidos, órgãos e sistemas do corpo humano. Também foram adquiridos outros modelos didáticos complementares com ótima qualidade, acompanhados de quadros que simulam, em alto-relevo, os tecidos e células vistos ao microscópio ótico por videntes, possibilitando, assim, a transmissão dessas informações às pessoas com deficiência visual [Figura 5] (BITTENCOURT, 2018).

FIGURA 5

Extensionista cego do MCV demonstrando um modelo didático de uma célula eucarionte com suas estruturas e correlacionando-o com o quadro em altorrelevo que representa a correspondente imagem desta célula em microscópio óptico. Fonte: acervo do MCV (2010).



Com o início das atividades do Laboratório de Plastinação do MCV, um grande passo foi dado em direção à acessibilidade do conteúdo ali exposto.

A plastinação é uma revolução nessa nossa atividade [...] inclusive para os videntes, pessoas que não tem nenhum tipo de limitação, a plastinação também é importante, pois quebra um preconceito, uma barreira entre o espectador, muitas vezes visitantes que não são da área da saúde, e o conteúdo anatômico, que para muitos possui uma conotação mórbida e repulsiva [...]. Pensando numa pessoa com alguma limitação, em especial com a visão, que é a nossa principal fonte de aquisição de informação, a plastinação abre um novo universo [...] Imagine um cérebro dentro de um vidro, no formol: o que se pode tocar é o vidro, não é o cérebro, impossibilitando o visitante com limitação visual de percebê-lo. Agora, com a plastinação, esse cérebro vem para as mãos do visitante cego, que pode enxergar, ao seu modo, os mais ricos detalhes que nós vemos com os olhos (BITTENCOURT, 2018).

A plastinação, de acordo com Singh et al. (2013, p. 1),

é um processo de preservação dos tecidos por impregnação de materiais sintéticos, como polímeros de silicone e resinas de poliéster e epóxi, a fim de se produzir espécimes secos, duráveis, manipuláveis e úteis como uma ferramenta para o ensino de anatomia e áreas correlatas.

Segundo o criador da técnica, o anatomista alemão Gunther von Hagens et al. (1987, p. 411), a preservação de tecidos biológicos moles por métodos convencionais tem grandes desvantagens. A preservação em álcool ou a incorporação em blocos de plástico dificulta ou até mesmo impossibilita o toque na amostra. Hagens criou a técnica e cunhou o termo plastinação (em inglês, *plastination*) em 1977, na Universidade de Heidelberg. Uma vez plastinados, os corpos, tecidos, órgãos ou células adquirem alta durabilidade, sem deixar de manter suas características únicas. De acordo com Hagens,

“eles estão em condições idênticas às que estavam antes da preservação, todo o caminho, até o nível microscópico... Assim, mesmo a análise microscópica ainda pode ser realizada” (SINGH et al., 2013, p. 1).

No âmbito de exposições museais, a plastinação traz inúmeras vantagens em relação aos outros métodos convencionais de conservação de peças humanas e animais naturais, como a formolização, taxidermia, glicerinação e outros. A conservação em formalina ou formol é certamente uma das principais técnicas de preservação de tecidos biológicos em universidades, museus de ciências e coleções biológicas (SILVA et al., 2016). O próprio acervo de espécimes anatômicos do MCV, antes do início da plastinação na UFES, era quase que em sua totalidade conservado em formol. Por ser uma substância química prejudicial à saúde, o uso do formol deve ser evitado. Ainda nesse sentido, a possibilidade de manipulação (Figuras 6 e 7) nas peças plastinadas sem proteções permitiu que visitantes com deficiência visual pudessem acessar o material através do toque e assim compreender e perceber a complexidade das estruturas anatômicas durante a visitação, sempre com o suporte dos mediadores, o que não poderia ocorrer com os espécimes acomodados no interior de caixas ou frascos de vidro.

FIGURA 6

Pessoa com deficiência visual reconhecendo pelo tato diversas estruturas anatômicas do sistema nervoso de um feto plastinado no MCV. Fonte: acervo do MCV (2018).



FIGURA 7

Auxiliada por uma mediadora, uma pessoa com deficiência visual reconhece pelo tato os órgãos, músculos, ossos e diversas outras estruturas anatômicas do corpo humano plastinado no MCV. Fonte: acervo do MCV (2018).



Assim, a plastinação se tornou a grande facilitadora do processo de acessibilidade do Museu uma vez que o tato se configura um importante sentido usado por pessoas com deficiência visual para a leitura do mundo. Segundo Millar (1997), embora as características físicas do objeto possam facilitar ou dificultar a identificação tátil, o toque propicia uma compensação da percepção visual no processo de significação. Além disso, a possibilidade de manipulação das peças anatômicas plastinadas, combinadas com o uso conjugado da audição, pode facilitar o entendimento de pessoas com

deficiência visual e de videntes que têm dificuldades de compreender o mundo apenas pelo sentido da visão.

A despeito das restrições provocadas pela limitação de espaço que o museu apresentava, sempre se buscou organizar a área expositiva para garantir a inclusão arquitetônica. Um dos grandes avanços foi em março de 2018, com a conquista do atual espaço expositivo.

Uma das coisas que foi pensada, e não se abriu mão, foi a instalação de um elevador, de modo que os visitantes com mobilidade reduzida e pessoa em cadeira de rodas [Figura 8] pudessem acessar o espaço do museu com conforto, segurança, tranquilidade e autonomia (BITTENCOURT, 2018).

FIGURA 8

MCV com espaço de circulação e acervo preparados para o acesso e visitação de visitantes com mobilidade reduzida e pessoa em cadeira de rodas. Fonte: acervo do MCV (2018).



Atualmente, o acervo do MCV conta com mais de seiscentas espécimes, entre peças plastinadas, peças naturais delicadas em solução de formaldeído (como embriões humanos) ou secas (como alguns ossos), modelos didáticos e réplicas em resina, além da coleção Evolução Humana e Diversidade de Vertebrados, que conta com mais de 180 peças, todas passíveis de manipulação e estudo pelos estudantes (Figuras 9 e 10).

FIGURA 9

Pessoa com deficiência visual reconhecendo pelo tato a estrutura do esqueleto de uma cobra jiboia, com suas centenas de ossos. Fonte: acervo do MCV (2018).

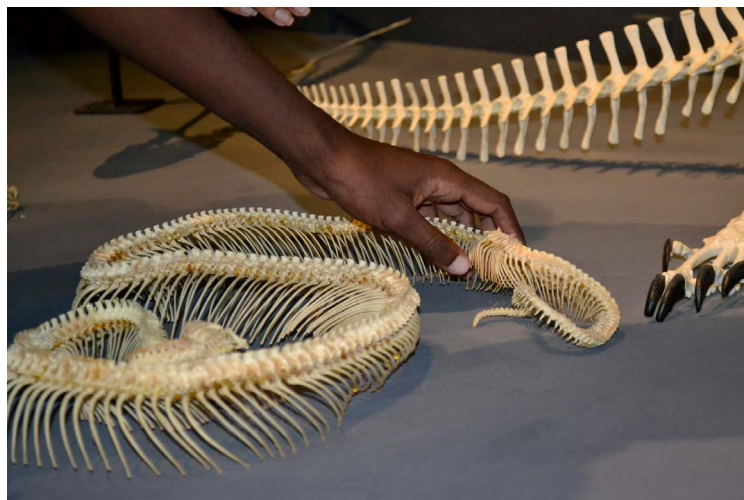


FIGURA 10

Pessoa com deficiência visual tocando o fóssil da Lucy, *Australopithecus afarensis* (réplica), que viveu há 3,2 milhões de anos e é o primeiro registro de bipedalismo. Fonte: acervo do MCV (2018).



Segundo o gestor do MCV, todo o acervo pode ser considerado acessível às pessoas com deficiência visual.

Pensando em termos de conteúdo, atualmente pessoas com deficiência visual tem acesso a todo o acervo do museu. Uma ou outra peça não tem possibilidade de ser acessada pelo tato, seja pela delicadeza ou pela fragilidade do material, mas certamente haverá uma réplica ou modelo didático para que a pessoa com deficiência visual não saia do MCV sem aquela informação. Então, por exemplo, nós temos um embrião humano com 5 semanas de gestação, que tem menos de 1 centímetro

de comprimento, é extremamente delicado e está preservado dentro de um vidro com formol. Mas também temos um modelo ampliado deste embrião, que permite a pessoa com deficiência visual reconhecer detalhes de sua superfície; e uma réplica de mesmo tamanho para fornecer ao visitante a real noção do tamanho de um embrião com 5 semanas. Então, pessoas com deficiência visual no museu, assim como pessoas com outras limitações sensoriais, vão ter acesso a todo conteúdo (BITTENCOURT, 2018).

Os trabalhos no MCV são desenvolvidos por uma equipe constituída de professores, técnicos e alunos de graduação de diversos cursos da Universidade, em sua maioria voluntários. Anualmente, é feita uma seleção de mediadores e monitores, que recebem treinamento sobre o atendimento de todas as pessoas visitantes, garantindo assim a acessibilidade atitudinal (Figura 11).

Quando abrimos um projeto, uma exposição, nossa preocupação de fazer essa divulgação, chamando pessoas que tenham diferentes limitações, de modo que todos se sintam incluídos e então possam se interessar e participar (BITTENCOURT, 2018).

FIGURA 11

Tradutora e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) mediando uma visita de um grupo de surdos na exposição *Evolução Humana e Diversidade dos Vertebrados*, na Semana de Ciência e Tecnologia de 2012, na Praça do Papa, em Vitória, quando foram recebidos mais de duzentos surdos em três dias. Fonte: acervo do MCV (2012).



Na nova sede do MCV são realizados os registros de visitantes, melhorando o atendimento dos grupos com especificidades (Figura 12). Ao agendarem suas visitas, as escolas, responsáveis por grande parte do público recebido no Museu, são convidadas a sinalizar possíveis adequações a serem feitas pelo MCV para receber os estudantes da forma mais inclusiva possível.

Em nosso formulário de inscrição há um campo [no qual] o professor responsável pelo agendamento informa se seu grupo possui estudantes com alguma limitação sensorial, o tipo da limitação e o quantitativo. Isso é importante para que possamos nos preparar, orientando nossa equipe para poder prestar um atendimento mais adequado (BITTENCOURT, 2018).

FIGURA 12

Grupo de cegos e com baixa visão chegando para visita o MCV.  
Fonte: acervo do MCV (2018).



Desde sua concepção e criação, o Museu tem a preocupação em tornar seu espaço mais inclusivo:

Infelizmente, muitas vezes a população com alguma necessidade específica não conhece seus direitos. Então, comumente, essas pessoas, diante da falta de acessibilidade, passam silenciosamente e não se apropriam dos benefícios que lhes são merecidos, como o direito à cultura e conhecimento (BITTENCOURT, 2018).

O desconhecimento dos direitos por parte dos grupos socialmente marginalizados é resultado de uma história de exclusão, na qual quase tudo lhes foi negado ao longo da história. O MCV, enquanto parte integrante de políticas públicas, tem por obrigação histórico-social se colocar enquanto espaço inclusivo a todas as pessoas.

As ações já realizadas no MCV vão muito além de tornar o espaço fisicamente mais acessível. Elas o tornam academicamente, socialmente e culturalmente mais acessível. Mais do que permitir o toque a quem enxerga com as mãos, as ações inclusivas abrem caminho para novas possibilidades de formação acadêmica e atuação profissional àqueles que vivem à margem do que socialmente se estabelece como norma. Essas ações inclusivas podem incentivar pessoas com deficiência a entender que elas podem assumir qualquer papel na sociedade por meio do conhecimento.

#### 4 AÇÕES FUTURAS PARA AMPLIAR A ACESSIBILIDADE

Para ampliar a acessibilidade de pessoas com deficiência visual, o MCV planeja confeccionar placas em Braille, com as descrições das peças expostas no Museu; a criação de um catálogo e um folder em Braille; bem como a gravação em áudio das descrições de cada conteúdo exposto, acessível por meio de um aplicativo de celular. Para os surdos, pretende-se gravar vídeos com todo o conteúdo do Museu em Libras, também acessíveis via aplicativo de celular. E, ampliando sua acessibilidade, existe o projeto de transformar o MCV em um museu virtual, além de levar algumas peças do acervo para outros municípios:

Imagine o interior do estado [...] a dificuldade que as pessoas têm para vir à capital. Então, virtualizar o MCV é uma forma de dar acesso e acessibilidade a toda a população do Espírito Santo. Nós temos também um sonho do museu itinerante, que vai ser uma versão móvel do MCV, que irá aos cantos mais remotos do nosso estado e quem sabe também do país (BITTENCOURT, 2018).

Ao ser questionado sobre o que poderia tornar o Museu ainda mais inclusivo, o professor Athelson Bittencourt é enfático:

Recursos. Recursos para que possamos colocar essas ideias todas em prática, entendeu? Penso que não adianta ter boas ideias se elas não se concretizam. Acredito que o nosso acervo é o elemento diferencial e

atrativo para todos os públicos, e isso nós já temos. Embora já tenhamos uma acessibilidade importante, carecemos de sofisticação para torná-la mais atrativa, fácil e lúdica a todos os públicos, e para isso dependemos de investimento (BITTENCOURT, 2018).

Por fim, destacamos a importância de convidar as pessoas com deficiência para participar das ações de planejamento de acessibilidade do MCV, uma vez que, por viverem experiências de exclusão ao longo da vida, elas têm demandas e contribuições fundamentais a fazer.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O MCV foi criado para atender a comunidade externa com projetos de extensão e ampliar o acervo de peças anatômicas da UFES. Aos poucos, ele foi expandindo seus objetivos, que passaram a incluir a pesquisa e o ensino. As mudanças ocorridas no espaço museal, visando a acessibilidade em seu acervo e buscando a inclusão, formam iniciativas para atender os anseios da comunidade interna e externa à Universidade. A maior parte do conteúdo do museu é passível de estudo por pessoas com deficiência visual, modelos que simulam células e tecidos vistos ao microscópio ótico auxiliam o estudo e a compreensão de citologia e histologia, e a coleção de réplicas de crânios e esqueletos e fósseis de vertebrados e hominídeos, também passível de manipulação e estudo por pessoas com deficiência visual, permite o estudo da evolução humana e da diversidade dos vertebrados, com destaque para a técnica de plastinação, importante para que o Museu seja acessível.

Mais do que permitir o toque a quem enxerga com as mãos, as ações inclusivas abrem caminho para novas possibilidades de formação acadêmica e atuação profissional àqueles que vivem à margem do que socialmente se estabelece como norma. Essas ações inclusivas podem incentivar pessoas com deficiência a entender que elas podem assumir qualquer papel na sociedade por meio do conhecimento.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana Mortara. Os públicos de museus universitários. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 12, p. 205-217, 2002.

BITTENCOURT, Athelson Stefanon. Acessibilidade no Museu de Ciências da Vida. Vitória: [s. n.], 2018. Entrevista concedida a Tathiane Oliveira Pesente para a realização de Trabalho de Conclusão de Curso da Especialização em Educação e Divulgação em Ciências.

BIZERRA, Alessandra Fernandes *et al.* Conversas de aprendizagem em museus de ciências: como os deficientes visuais interpretam os materiais educativos do museu de microbiologia? *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 25, n. 42, jan./abr. 2012.

DAVIES, Silvia Mara. *Materiais táteis e a obra de João Sebastião da Costa*. 2017. 154 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

DIAS, Marina Cadete da Penha; AMADO, Manuella Villar; BITTENCOURT, Athelson Stefanon. Museu de ciências da vida da UFES: um laboratório para o ensino de ciências e biologia. In: CAMPOS, Carlos Roberto Pires C. R. P. *Aulas de campo para alfabetização científica: práticas pedagógicas escolares*. Vitória: IFES, 2015. v. 6.

FERNANDES, Mariana Pereira. *A experiência de pessoas com deficiência visual: a acessibilidade e a inclusão no Museu da Geodiversidade (UFRJ) e na Casa da Descoberta (UFF)*. 2020. 202 f. Dissertação (Mestrado em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2020.

HAGENS, Guther von *et al.* The Current Potential of Plastination. *Anatomy and Embryology*, [s. l.], v. 175, n. 4, p. 411-421, 1987.

GRANDI, Samira Cassote. *Experiência de visitantes com deficiência visual na sala de física do museu de ciências da universidade estadual de Maringá*. 2017. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação para Ciências e Matemática) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2017.

MILLAR, Susanna. *La comprensión y la representación del espacio: teoría y evidencia a partir de estudios con niños ciegos y videntes*. Madrid: ONCE; Sección de Educación, 1997.

MORAIS, Kenia Aparecida de. *Patrimônio cultural e acessibilidade das pessoas com deficiência no museu das bandeiras (MUBAN): cidade de Goiás*. 2021. 112 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) – Universidade Estadual de Goiás, Goiás, 2021.

OLIVEIRA, Tayene Coelho Gonçalves de. *A percepção do usuário na disponibilização de maquetes táteis para pessoas com deficiência visual em atrativos turísticos: um estudo no museu Oscar Niemeyer: Curitiba*. 2018. 162 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

SARRAF, Viviane Panelli. A inclusão dos deficientes visuais nos museus. *Revista Musas*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 2, p. 81-86, 2006.

SILVA, Guilherme Rodrigues, *et al.* Métodos de conservação de cadáveres humanos utilizados nas faculdades de medicina do Brasil. *Revista de Medicina*, São Paulo, v. 95, n. 4, p. 156-161, 2016.

SINGH, O. *et al.* Plastination: A Promising Method for Preserving Biological Specimens: A Review Article. *International Journal of Scientific and Research Publications*, Rohini, v. 3, n. 6, p. 14, 2013.

SOUZA, Eveline Helena Almeida de. *Deficiência visual e ambiente museal: como o espaço afeta a experiência de visita ao museu*. 2021. 153 f. Dissertação (Mestrado em Artes e Design) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.



# EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL:

CRÍTICA EM CURSO<sup>1</sup>

**JOÃO LORANDI DEMARCHI**, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO,  
SÃO PAULO, BRASIL

Doutorando em Educação e mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP); graduado em História pela USP. Membro da Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep); integra o grupo de pesquisa Patrimônio, Espaço e Memória, certificado pelo CNPq; professor da educação básica.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3645-2127>

E-mail: [joao.demarchi@usp.br](mailto:joao.demarchi@usp.br)

**MARIANA KIMIE DA SILVA NITO**, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO,  
SÃO PAULO, BRASIL

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), na qual faz parte do grupo de pesquisa Patrimônio Cultural: História e Crítica; mestre em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); membra do Conselho Gestor da Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep); filiada ao Comitê Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) e associada ao Instituto dos Arquitetos do Brasil de São Paulo (IABSP), no qual é coordenadora do Grupo de Trabalho Patrimônio.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5141-6087>

E-mail: [mknito@usp.br](mailto:mknito@usp.br)

DOI

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v17i34p133-147>

**RECEBIDO**

13/12/2022

**APROVADO**

03/11/2022

1. Publicado na seção Relatos e Depoimentos. (Nota do Editor).

## **EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL: CRÍTICA EM CURSO**

JOÃO LORANDI DEMARCHI, MARIANA KIMIE DA SILVA NITO

### **RESUMO**

Relato sobre a experiência resultante do curso presencial realizado no Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP) entre 15 de agosto e 19 de setembro de 2022, que teve como foco refletir criticamente as interseções entre os campos da educação e do patrimônio cultural. Estruturado em seis encontros, o objetivo do curso foi oportunizar o estudo sobre os usos que o campo do patrimônio fez e faz das ações educativas. A proposta de formação crítica de profissionais que atuam no campo da educação e da cultura teve como propósito superar uma frequente aceção despolitizadora e conservadora das ações educativas com patrimônios culturais.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Educação patrimonial. Educação permanente. Curso de extensão universitária.

## **EDUCATION AND CULTURAL HERITAGE: CRITICAL COURSE**

JOÃO LORANDI DEMARCHI, MARIANA KIMIE DA SILVA NITO

### **ABSTRACT**

Report about the experience from the in person course carried out in the Centro de Preservação Cultural of the University of São Paulo (CPC-USP) between August 15 and September 19, 2022, focusing in critical thinking between the fields of education and of cultural heritage. Structured in six meetings, the course aimed to study the uses of education made and makes by the heritage field. The proposal of critical course of professionals from the education and culture fields had the aim of overcoming a frequent depoliticized and conservative meaning of educative actions within cultural heritage.

### **KEYWORDS**

Heritage education. Permanent education. University extension course.

## 1 INTRODUÇÃO

No segundo semestre de 2022, depois do período de isolamento social decorrente da pandemia da covid-19, o Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP) voltou a desenvolver seus cursos e encontros formativos presenciais na Casa de Dona Yayá. Foi assim que, entre 15 de agosto e 19 de setembro, às segundas-feiras à tarde, promovemos o curso aqui apresentado, que teve como foco refletir criticamente sobre as interseções entre os campos da educação e do patrimônio cultural. A professora Flávia Brito do Nascimento, diretora do CPC, fez uma fala de abertura do curso, destacando a responsabilidade da Casa para cumprir sua função educativa como espaço importante de encontros, formação, pesquisa e exposição no campo do patrimônio cultural.

Estruturado em seis encontros, o curso teve como objetivo estudar os usos que o campo do patrimônio fez e faz das ações educativas. A partir de apresentações teóricas e propostas de atividades práticas, as pessoas educandas-educadoras analisaram abordagens educativas de patrimônio e foram instigadas a pensar em possíveis alternativas de atuação. A proposta de formação crítica de profissionais que atuam no campo da educação e da cultura teve como propósito superar uma frequente aceção despolitizadora e conservadora das ações educativas com patrimônios culturais.

Partindo da análise histórica de articulação entre as políticas patrimoniais e educacionais promovidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), desde os anos 1930, foi dado a compreender como o patrimônio cultural tem um caráter ideológico que funciona como poder simbólico, principalmente de dominação de classe, e como algumas ações educativas reiteram esse sentido. Pretendeu-se demonstrar como as pessoas ficam enredadas duplamente nos significados do patrimônio cultural hegemônico: primeiro, nos critérios definidos internamente pelas autoridades do patrimônio que obliteram a participação popular e, em um segundo momento, por aqueles que estão educando e que são estrategicamente acionados para redizer e convencer da importância de um determinado bem que foi elevado à condição de patrimônio a partir de um processo de valoração alheio ao contexto cultural em que elas vivem. Dessa forma, a educação patrimonial é comumente praticada como uma educação bancária, conforme sugere o repertório analítico de Paulo Freire (2014), em que as informações sobre determinado patrimônio são depositadas na cabeça das pessoas.

A partir dessa perspectiva, os valores técnico-científicos atribuídos pelos técnicos são tomados como neutros, universais e incontestes. Assim, o conhecimento sobre o patrimônio construído nos gabinetes está pronto e acabado e cabe aos educadores a responsabilidade, quase messiânica, pela sua difusão e divulgação. Essa postura pedagógica tenta retirar intencionalmente a dimensão política do patrimônio porque, concordando com Sérgio Miceli (1987), retira dele suas marcas sociais e privilegia apenas as marcas estéticas, formais. Ela também contribui para fetichização do patrimônio conforme analisado por Ulpiano Meneses (2009), na qual é dada uma outra camada de mitificação às condições e implicações dos valores e significados atribuídos ao patrimônio, reforçando a percepção de que os valores emanam do próprio bem cultural em questão. Desconsidera também a importância do papel profissional dos educadores que atuam fora das escolas, relegando-os a situações precárias e mal remuneradas de trabalho.

Essa educação patrimonial precisa ser reconsiderada. É necessário construir uma nova proposta que vise democratizar o patrimônio cultural, superando assim as relações de dominação. Foi esse o intuito do curso: problematizar os princípios que fundamentam a educação patrimonial para

reconstruí-los. As aulas foram pensadas como momentos de construção coletiva de conhecimento para reconsideração das possibilidades no campo da educação patrimonial e pactuação de novos princípios.

A sistematização neste texto das ideias suscitadas ao longo das aulas tem como propósito partilhar com todas as pessoas interessadas no campo da educação e do patrimônio as reflexões abordadas no curso. O conteúdo aqui apresentado serve como indicação de estudos, apontamentos de reflexões e de outras provocações.

## 2 O CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E SUAS INFLUÊNCIAS NA EDUCAÇÃO

O primeiro encontro apresentou o histórico do campo patrimônio cultural no Brasil a partir de reflexões críticas sobre como o legado das práticas patrimoniais influencia a atuação profissional hoje e de que maneira a educação é mobilizada. Inicialmente, foi proposta uma atividade denominada *varal de memórias*. Nela, cada um escreveu em um papel alguma lembrança que gostaria de compartilhar conosco como forma de se apresentar a partir daquela recordação. Cada pessoa, após pregar seu papel em um varal previamente posto no centro da roda formada, contou brevemente o que escolheu lembrar e quais significados e importância daquele episódio para si. Essa atividade teve como propósito, além de integrar as pessoas que estavam participando do curso e ainda não se conheciam, suscitar reflexões sobre como o passado é acionado no presente a fim de sustentar nossa identidade. Também se pretendeu demonstrar como nossas memórias dependem de objetos, lugares, práticas e celebrações que servem de referências para lembrarmos.

A escolha por iniciar o curso com essa atividade foi intencional. O intuito foi sensibilizar para uma concepção que considera o patrimônio cultural como um mecanismo em que os grupos sociais aportam suas memórias e por isso sua identidade. Assim, a reflexão inicial partiu de uma recusa ao patrimônio historicista, em que o interesse pelo passado seja tautológico, isto é, o passado pelo passado. A atividade os provocou a pensar e discutir a respeito do modo como o patrimônio incide diretamente sobre o presente, como o grupo se vê e sobre o futuro, bem como qual a sociedade que se quer construir. Com isso, já na primeira reflexão, a proposta foi

deslocar os sentidos do patrimônio para sua gênese: as tessituras sociais. Em seguida, foi feita a exposição sobre o campo do patrimônio cultural no Brasil por meio de análise histórica sobre as influências na constituição desse campo. A partir delas, problematizou-se as contradições que circunscrevem a concepção de patrimônio nacional, privilegiando alguns bens das elites brasileiras e formando um conjunto pretensamente coeso.

O Decreto-Lei nº 25/37, inspirado na concepção de patrimônio advinda da experiência revolucionária francesa, mistificou-se enquanto uma escolha e sagrou-se como o modelo adotado no Brasil. Essa limitada compreensão de patrimônio legitimou os bens edificados que materializassem a história dos vencedores. Contudo, alguns patrimônios reconhecidos destoam dessa orientação hegemônica, como os morros do Rio de Janeiro e o acervo do Museu de Magia Negra, revelando possibilidades, ainda que pontuais, mais democráticas e populares de valoração.

Esse cenário passou a sofrer reveses que encontram na promulgação da Constituição Federal de 1988, com a consolidação da noção de patrimônio como referência cultural dos diversos grupos sociais que compõem a nação brasileira. A bibliografia do patrimônio costuma tratar de forma linear esse momento, como ampliação e renovação do patrimônio, escondendo que muitas práticas, como a forma de gestão e os procedimentos anteriores, foram mantidas. Isso leva a uma leitura equivocada de que o quadro de patrimônio focado em bens monumentais e da elite fora revertido. Contudo, é preciso reconhecer que, mesmo insuficientemente, foi o reconhecimento de novos patrimônios e o lastro legal existente que abriu caminhos para outros métodos e acepções de patrimônio começarem a figurar nas políticas de proteção. Nesse sentido, destacam-se o reconhecimento do patrimônio imaterial, em 2000, e a chancela da paisagem cultural, em 2009.

Essas últimas tipologias de patrimônios foram importantes para o avanço na valorização de novos grupos sociais e estiveram articuladas à democratização da sociedade brasileira das últimas décadas. Apesar da insuficiência para reverter o caráter elitista do patrimônio nacional historicamente constituído, esses instrumentos inovadores são responsáveis por apontar na direção da participação popular e, portanto, são seus fundamentos que devem ser perscrutados. A leitura construída nessa análise crítica das políticas de patrimônio foi elaborada de forma a compreender e

situar como a educação pode explorar essas contradições para adentrar e romper com discursos hegemônicos.

### 3 DO “CONHECER PARA PRESERVAR” AO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO

A segunda aula pretendeu aprofundar a discussão histórica apresentada anteriormente a fim de compreender como a educação foi mobilizada no contexto das políticas de patrimônio dentro do Iphan. A partir dessa apresentação, demonstrou-se como o lema “conhecer para preservar”, introduzido por Rodrigo Melo Franco de Andrade, baliza as práticas de educação patrimonial até hoje. O problema do “conhecer para preservar” está naquilo que o fundamenta. Essa concepção condiciona o sucesso pedagógico à conservação dos patrimônios protegidos. A educação patrimonial deve dar a conhecer os significados do bem cultural em questão para que assim seja garantida sua preservação.

As pessoas educadoras, conformadas pela educação bancária, devem divulgar os valores daquele patrimônio e convencer seus interlocutores da necessidade de mantê-los conservados. No entanto, essa concepção parte, erroneamente, do pressuposto de que as pessoas não preservam o patrimônio porque desconhecem sua relevância. O que sustenta essa visão é aquilo que Paulo Freire (2014) chamou de “absolutização da ignorância”, em que os saberes dos técnicos do patrimônio são tidos como absolutamente certos enquanto as outras pessoas são consideradas totalmente ignorantes, necessitando que o conhecimento seja levado até elas.

Com as transformações sociais que levavam, mesmo que por caminhos estreitos, à participação social, a educação patrimonial culminou, no final dos anos 2000, em uma nova abordagem. A partir de morosos avanços democráticos, a educação no âmbito do Iphan passou a preconizar a criticidade. Educadores e educadoras passaram a ser mediadores, preconizando a capacidade de qualquer pessoa em reconhecer seus patrimônios e interpretá-los. Como o patrimônio nacional deveria incorporar outros grupos sociais, a educação deve ir no sentido de sensibilizar todas as pessoas para a riqueza cultural que produzem cotidianamente.

Com essa educação patrimonial problematizadora, as ações educativas tornaram-se transversais a todo o processo de patrimonialização. Foi nesse sentido que a Coordenação de Educação Patrimonial do Iphan

elaborou o guia de aplicação dos inventários participativos, no qual foram organizadas as concepções mais progressistas de patrimônio cultural e de educação patrimonial até hoje concebidas no Brasil (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2016).

A partir de Grada Kilomba (2019), compreendemos que se defendeu a perspectiva na qual os inventários participativos significam uma mudança epistemológica que transformam os temas (quais questões merecem ser colocadas), os paradigmas (como analisar e explicar) e os métodos (como conduzir pesquisas) do campo patrimonial. Não se trata apenas de um novo modo de reconhecer o patrimônio cultural. Todavia, com a valorização de grupos sociais até hoje sub-representados nas políticas públicas, novas formas de apreender o patrimônio cultural e outras temáticas emergem.

Com isso, a aula se debruçou sobre a explicitação dos fundamentos desses inventários e sua metodologia. Como partilha de experiência e como forma de melhor demonstrar as potencialidades dos inventários participativos, foi apresentado o caso desenvolvido pela Rede Paulista de Educação Patrimonial (Repep) no contexto da proposta de transformar o elevado viário João Goulart, em São Paulo, em um parque. A ação de educação patrimonial Minhocão Contra a Gentrificação é simbólica dessa virada da educação patrimonial que não pretende mais conservar os patrimônios das elites, mas servir à conscientização crítica do contexto em que os sujeitos estão inseridos (NITO, SCIFONI, 2017; REDE PAULISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, 2019).

Como exercício prático da aula, foi proposta a *mandala de referências culturais*. Trata-se de uma atividade criada pela Repep para ser desenvolvida no inventário participativo. Ela serve como estratégia para promover a participação dos sujeitos que são estimulados a pensarem sobre as referências culturais levantadas. No curso, a mandala foi usada apenas como um exercício reflexivo. Educandos e educandas foram convidados a escolherem, dentro de um conjunto de opções fornecidas, uma referência cultural que melhor lhes representasse e vinculá-la a uma das categorias de patrimônio apresentadas (saberes, lugares, edificações, celebrações, formas de expressão e objetos). A atividade proporcionou a reflexão sobre como os grupos sociais são intérpretes de suas referências culturais, sujeitos que produzem conhecimento, e não meros informantes dos técnicos.

Além disso, ela demonstrou como as categorias são importantes para definir melhor o próprio patrimônio em questão.

#### 4 EM CASA, NA ESCOLA E NA RUA

Considerando a densidade das duas primeiras aulas, a abordagem do encontro seguinte foi iniciada com a retomada de conceitos e de bibliografia. Essa revisão foi feita de maneira dialógica com os participantes na retomada dos assuntos e considerando o perfil da turma formada e as dúvidas que foram surgindo.

No segundo momento da aula, a reflexão sobre os potenciais educativos a partir do olhar para lugares extraescolares foi feita com base na apresentação de ações educativas. As experiências de ações educativas foram: um projeto educativo de um museu em São Paulo, com estudantes e professores da educação infantil; e uma formação de professores em uma escola, visando despertar as relações com o patrimônio do bairro. Assim, foram apresentados na prática os conceitos de territórios educativos e de referências culturais nas instituições e fora delas, as linguagens e estratégias com os diferentes públicos participantes e a aproximação por meio de objetos biográficos.

As ações educativas apresentadas dialogam com a atividade *varal de memórias* da primeira aula. Nesse sentido, foi reforçado que iniciar o diálogo sobre patrimônio deve ser feito por meio da discussão de seus sentidos, com elementos constituintes do viver, e não por conceitos prontos. Aquilo que Ecléa Bosi (2010) nomeou de “objetos biográficos” embasa esse debate de permanência e guarda de objetos. Objetos que, independentemente de forma, beleza ou tamanho, são suportes de lembranças. Fotografias antigas, o uniforme velho da escola, a árvore, com flores amarelas na esquina, além de suportes, nos ajudam a compreender quem somos como pessoa, fazendo parte de nossa identidade.

A diferença entre as abordagens é a possibilidade de transpor a noção de objetos biográficos para a cidade. Mobiliza-se então as referências culturais na dimensão dos valores urbanos, ou seja, os significados de praças, edifícios e mobiliário urbano a partir de sua materialidade. A valorização dos bens materiais a partir de seus usos sociais e não apenas de suas práticas. Esse é o desafio de uma visão alargada de patrimônio.

## 5 PROJETO INTERAÇÃO, GUIA BÁSICO E OUTRAS PRÁTICAS

Dentro do contexto histórico do campo patrimonial no Brasil e das suas apropriações educativas, dois casos paradigmáticos e antagônicos foram apresentados. De um lado, a metodologia de educação patrimonial foi definida a partir do Museu Imperial e apresentada em 1983 no I Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, e consolidada em 1999 com a publicação do *Guia básico de educação patrimonial*. Do outro lado, com uma perspectiva de educação popular e de valorização da dinâmica cultural em que os grupos sociais estão inseridos, está o projeto *Interação entre a educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no país* (DEMARCHI, 2020).

A exposição dessas duas experiências teve como objetivo demonstrar como as ações educativas com os patrimônios culturais podem ter pressupostos e intenções distintas, levando a abordagens até mesmo conflitantes. Estimulou-se a reflexão sobre quais princípios de patrimônio e de educação subsidiam suas atuações. É importante tornar claro quais os fundamentos adotados para diminuir as contradições entre aquilo que se pretende e aquilo que de fato se faz.

A metodologia publicada no *Guia básico* parte da noção de patrimônio cultural enquanto um documento histórico. Nessa perspectiva, a educação reitera os valores da monumentalidade e antiguidade do patrimônio, dando pouca margem para criticar esses bens. Como as marcas estéticas e formais são privilegiadas, mesmo que trate de símbolos de violência e barbárie, os alunos são impelidos à “apropriação” desses valores preconcebidos.

Já o *Projeto interação*, porque foi conduzido por educadores populares e antropólogos, compreende a cultura enquanto dinâmica, fruto das interações sociais. Os significados das referências culturais são reconhecidos como produzidos pelas pessoas. O patrimônio é ordinário, está circunscrito no tecido social cotidiano. Essa diferença de concepção faz com que as ações educativas abordem o contexto cultural a partir da compreensão de todos os sujeitos envolvidos.

Depois da aproximação a essas experiências dicotômicas, os educandos foram divididos em grupos para analisarem diversos materiais educativos com foco em algum tipo de patrimônio. Essa atividade parte de uma orientação construtivista, na qual as pessoas são estimuladas por um conjunto

de questões a interpretarem o material sob análise. Com orientações para a leitura crítica, elas foram construindo sua compreensão sobre as noções de educação e patrimônio que fundamentam os materiais. O intuito foi fazê-las compreender que diversas publicações educativas podem se alinhar mais a perspectivas conservadoras ou transformadoras. Perceber também que o tipo de patrimônio não limita a abordagem pedagógica. O material educativo pode instigar a leitura a contrapelo, promover leituras críticas, proporcionar a construção (e não a reprodução) de conhecimentos e reconhecer as disputas sociais em que ele está inserido.

## 6 PATRIMÔNIO E POSSIBILIDADES EDUCATIVAS

O quinto encontro iniciou com o compartilhamento das análises desenvolvidas por cada grupo. Foi um momento de partilha em que os educandos puderam verificar como os demais colegas conduziram a interpretação de seus materiais. O diálogo possibilitou o aprofundamento do conhecimento sobre os limites e as potencialidades em educação patrimonial.

Depois da aproximação crítica das duas experiências paradigmáticas e dos vários materiais educativos, esse penúltimo encontro foi estruturado de maneira a expor novos fundamentos que orientem a atuação em educação patrimonial.

Foram apresentados os princípios desenvolvidos pela Rede Paulista de Educação Patrimonial (2014). Resultado de uma produção coletiva a partir de estudos e discussões, esse conjunto de princípios orienta as práticas educativas que abordam o patrimônio cultural de maneira democrática, problematizadora e transformadora. Ao todo são seis princípios.

A *transversalidade* sustenta que a educação permeie todo o processo de patrimonialização, e não apenas o final como forma de divulgação. A *dimensão política* reconhece que o patrimônio serve à luta de classes e está inserido em um campo de disputas. O *respeito à diversidade* reconhece a pluralidade de identidades e memórias e, com isso, as múltiplas interpretações que o patrimônio pode conter. A *interlocução* preconiza o diálogo entre os diversos sujeitos como central para qualquer atuação nos campos da educação e do patrimônio. A *autonomia e a centralidade dos sujeitos* superam a atenção fetichizante do bem cultural e atentam para os sujeitos que produzem cultura. E por fim, a orientação da *transformação*

*social* estabelece como objetivo reverter as desigualdades e estruturas de dominação sociais.

A partir desse aporte norteador da educação patrimonial progressista, os educandos se dividiram novamente em grupos para realizarem o exercício final do curso. Tratou-se de uma atividade que apresentou quatro situações-problemas, inspiradas em casos concretos, para os participantes esboçarem um plano de atuação. O objetivo era colocar em prática o que foi discutido durante as aulas.

As situações sobre as quais eles deveriam intervir foram:

- Um museu contém um acervo riquíssimo em peças e vestígios culturais. No entanto, ele contribui para um olhar da história do Brasil que privilegia as elites. Sua equipe é convidada para construir atividades educativas.
- Um escritório foi contratado para executar o restauro de uma estação ferroviária em um bairro periférico de uma grande cidade. Como contrapartida do contrato, é preciso realizar uma ação de educação patrimonial com os moradores daquela localidade.
- Em uma escola, os professores estão incomodados com o currículo escolar e com o material adotado pela escola porque eles não discutem os problemas do bairro e questões do contexto dos alunos.
- Um conjunto de casas foi tombado na década de 1980, sem a participação da sociedade. Passados mais de trinta anos, algumas partes das casas foram preservadas e outras não. O MP foi acionado, e os moradores e órgãos de preservação condenados. O órgão de preservação decide fazer uma ação de educação patrimonial.

## 7 PROBLEMATIZANDO EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL

O tom desse último encontro foi dado pela ponderação acerca dos principais conhecimentos produzidos ao longo do percurso da formação, como considerações finais. As propostas de intervenção apresentadas pelos educandos serviram como intermediadores das reflexões finais sobre como os princípios e as concepções críticas da educação patrimonial poderiam ser efetivados na prática.

Esse último momento contou com a contribuição da professora Simone Scifoni, vice-diretora do CPC. Foi destacada a importância da abertura

que devemos ter para escutar todos os sujeitos sociais. Em contraposição ao histórico posicionamento autoritário dos órgãos de preservação que se fecharam para a participação popular, é importante que educadoras e educadores estejam atentos às demandas desses sujeitos aliados (SCIFONI, 2022). Nesse sentido, a ação educativa é concebida enquanto uma relação afetiva, cuidadosa e dialógica, em que todos são reconhecidos como cidadãos.

Por fim, foi reforçada a essência criativa e provocadora da educação. Não mais como reprodutora dos saberes técnico-científicos que acabam reproduzindo também as desigualdades, a educação deve promover a criação de novos conhecimentos e a recriação de novas relações sociais a partir do patrimônio. Em tempos de conflitos políticos e rompimento de valores é essa a perspectiva de educação preconizada. Agora mais crítica e democrática.

## REFERÊNCIAS

- BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- DEMARCHI, João L. Contribuições do projeto Interação para a Abordagem Educativa do Patrimônio Cultural. *CEM: Cultura, Espaço e Memória*, n. 12, p. 47-62, 2020.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 57. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Educação patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação*. Texto de Sonia R. Florêncio et al. Brasília, DF: Iphan, 2016.
- KILOMBA, Grada. *Memória da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Trad. de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MENESES, Ulpiano T. B. de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: FÓRUM NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL: SISTEMA NACIONAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL: DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E EXPERIÊNCIAS PARA UMA NOVA GESTÃO, 1., 2009, Ouro Preto, MG. *Anais [...]*. Brasília, DF: Iphan, 2009. v. 1, p. 25-39.
- MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 44-47, 1987.
- NITO, Mariana Kimie; SCIFONI, Simone. O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, São Paulo, n. 5, p. 38-49, set. 2017.
- REDE PAULISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. *Dossiê do inventário participativo Minhocão Contra Gentrificação*. São Paulo: Repep, 2019. Disponível em: <http://bit.ly/minhocacontragentrificacao>. Acesso em: set. 2022.

REDE PAULISTA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. *Princípios da educação patrimonial*.  
São Paulo: Repep, 2014. Disponível em: <http://repep.flch.usp.br/sites/repep.flch.usp.br/files/u63/Principios%20da%20Repep.pdf>. Acesso em: set. 2022.

SCIFONI, Simone. Patrimônio e educação no Brasil: o que há de novo? *Educação e Sociedade*,  
Campinas, v. 42, p. 1-13, 2022.



# SEMINÁRIO *DESTRUIÇÕES/ CONSTRUÇÕES:*<sup>1</sup>

*FRAGILIDADES, AMEAÇAS E RESSIGNIFICAÇÃO  
DO PATRIMÔNIO CULTURAL*

**GABRIEL DE ANDRADE FERNANDES**, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO,  
SÃO PAULO, BRASIL

Doutorando, mestre e bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Atua como especialista no Centro de Preservação Cultural da USP, onde promove atividades de cultura e extensão universitária relacionadas ao campo do patrimônio cultural. Desenvolve pesquisas com foco nas interfaces entre paisagem, natureza, arquitetura e patrimônio.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2000-0633>

E-mail: [gaf.arq@usp.br](mailto:gaf.arq@usp.br)

**DOI**

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v17i34p148-163>

**RECEBIDO**

21/12/2022

**APROVADO**

21/12/2022

1. Relato publicado na seção Relatos e Depoimentos. (Nota do Editor).

## **SEMINÁRIO DESTRUIÇÕES/CONSTRUÇÕES: FRAGILIDADES, AMEAÇAS E RESSIGNIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

GABRIEL DE ANDRADE FERNANDES

### RESUMO

O seminário *Destruições/Construções: fragilidades, ameaças e ressignificação do patrimônio cultural*, promovido pelo Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP) em parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da mesma universidade, discutiu as dramáticas destruições do patrimônio cultural ocorridas no Brasil nos últimos anos, refletindo sobre os bens culturais, os sentidos das ausências, identidades, afetos e valores. O seminário ocorreu entre 26 e 27 de outubro de 2022 e atraiu público significativo para a Casa de Dona Yayá, sede do CPC. Reuniram-se pesquisadores, profissionais e ativistas do patrimônio cultural dedicados a pensar não só as consequências dos processos de destruição e perda como suas formas de prevenção em todos os seus atravessamentos (políticos, econômicos, sociais, culturais, científicos). Este texto faz um relato sobre as mesas-redondas e tece considerações acerca do conjunto das discussões levantadas ao longo do evento.

### PALAVRAS-CHAVE

Cultura material. Memória. Identidade.

**SEMINAR DESTRUIÇÕES/CONSTRUÇÕES:  
FRAGILIDADES, AMEAÇAS E RESSIGNIFICAÇÃO  
DO PATRIMÔNIO CULTURAL**

GABRIEL DE ANDRADE FERNANDES

ABSTRACT

The seminar *Destruições/Construções: fragilidades, ameaças e ressignificação do patrimônio cultural*, promoted by the Center of Cultural Preservation (CPC) of University of São Paulo in a partnership with the School of Architecture and Urbanism (FAU) of the same university, discussed the dramatic destructions of cultural heritage that occurred in Brazil in recent years, reflecting on cultural assets, the meanings of the absences, identities, affections, and values. The seminar took place in October 26 and 27, 2022 and attracted a significant public to the Casa de Dona Yayá, head office of the CPC. Cultural heritage researchers, professionals, and activists were reunited dedicated to think not only about the consequences of the destruction and loss processes but their prevention in all their aspects (political, economic, social, cultural, scientific). This text reports about the roundtables and draws considerations about the set of discussions raised throughout the event.

KEYWORDS

Material culture. Memory. Identity.

## 1 INTRODUÇÃO

O campo do patrimônio cultural em anos recentes vem testemunhando uma série de episódios traumáticos relacionados à perda ou destruição de bens culturais significativos para os mais diversos grupos sociais. De desastres naturais a acidentes trágicos, passando por incidentes fruto de inépcia e falta de cuidado na preservação ou pela omissão criminosa e descaso de responsáveis nos processos de conservação, acompanhamos nos últimos anos uma sucessão de casos significativos de destruição e demolição de bens culturais. As enchentes em São Luís do Paraitinga, o incêndio do edifício sede do Museu Nacional no Rio de Janeiro, os graves e criminosos desastres ambientais de Brumadinho e Mariana, não foram poucos os momentos de luto, de indignação e da consequente mobilização pública em torno de processos – também não poucas vezes interrompidos sumariamente – de reparação e justiça.

Além da irrecuperável perda da materialidade, contudo, e em que pese o trauma que eles geram, tais episódios também constituem momentos privilegiados para a reflexão em torno de todo um conjunto de ressignificações, reapropriações e novas articulações sociais possíveis promovidas em torno dos bens e das populações violentadas. Novas pactuações são realizadas, novas formas de mobilização se constituem a partir do luto e novos processos de memorialização e patrimonialização emergem.

Longe aqui de celebrar esses momentos como oportunidades únicas de reinvenção e de reproduzir platitudes de discursos de autoajuda ou contaminados pela lógica neoliberal, no entanto, há que se reconhecer processos interessantes de ressignificação em vários desses casos traumáticos de perdas e de destruição: articulam-se novos sentidos em torno do patrimônio e mobilizam-se novos processos de identificação, preservação e valorização do patrimônio cultural. Para além disso, muitos desses casos também apresentam oportunidades para repensarmos – sem que isso redunde em uma adesão a priori e acrítica a uma suposta defesa do descuidado ou da não preservação – as próprias epistemologias do patrimônio (e, em particular, da teoria da conservação) com as quais embasamos nossos olhares e reflexões quanto ao tema: trata-se de momentos para repensar a forma como naturalizamos as concepções que temos acerca da preservação, destruição, perda, construção etc. Afinal, conforme nos lembra Gonçalves:

Caberia ao pesquisador, para entender de modo mais sistemático o campo dos patrimônios e dos museus, dedicar tanta atenção às práticas de preservação quanto ao seu avesso, as práticas de destruição, as quais acompanham as primeiras como uma sombra. Se assim procedemos, é possível perceber que a noção mesma de “identidade” não apresenta de fato a estabilidade e a coerência que muitas vezes lhes é atribuída. [...] Nos processos de produção social das identidades, estas não resultam de um exclusivo trabalho coletivo de construção e preservação, uma vez que as práticas de destruição lhes são igualmente indispensáveis. No plano individual ou coletivo, somos, antes de tudo, o que esquecemos e descartamos (GONÇALVES, 2015, p. 225).

Dessa forma, os vários casos de destruição e perda de bens culturais a que assistimos estupefatos em anos recentes nos possibilitam refletir sobre múltiplas dimensões das práticas patrimoniais: os processos de construção social do esquecimento e da lembrança imbricados nas negociações e disputas em torno da sedimentação da memória coletiva; as formas de lidar social e materialmente com o trauma; como articular políticas públicas que não só previnam novas tragédias mas também que as mitiguem, de forma sensível e justa, numa ampla perspectiva de direito à verdade, justiça e reparação em torno da violência sofrida em torno da destruição; sobre como negociar politicamente e democraticamente os tempos seguintes aos eventos.

Foi em torno dessas e outras pautas que se organizou o seminário *Destruições/Construções: fragilidades, ameaças e ressignificação do patrimônio cultural*, promovido pelo Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP) em parceria com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da mesma universidade. O seminário ocorreu entre 26 e 27 de outubro de 2022 e atraiu público significativo para a Casa de Dona Yayá, sede do CPC. Reuniram-se pesquisadores, profissionais e ativistas do patrimônio cultural dedicados a pensar não só as consequências dos processos de destruição e perda, mas também suas formas de prevenção em todos os seus atravessamentos (políticos, econômicos, sociais, culturais, científicos).

## 2 PANORAMA DO EVENTO

### 2.1 Dia 1

Durante o primeiro dia de evento, 26 de outubro, ocorreram três mesas, nas quais se concentraram as discussões em torno dos processos políticos e culturais de resistência, memória e reparação, isto é, mobilizações e novas pactuações que se dão tanto após a violência da destruição e da perda quanto como forma de sua prevenção em função da ação predatória do mercado imobiliário e de outras forças econômicas associadas a processos de enobrecimento urbano e expulsão de populações em situação de vulnerabilidade social. Também se discutiram as disputas e negociações relacionadas à sedimentação social das lembranças e esquecimentos propiciados por episódios traumáticos de perdas materiais.

A primeira mesa (*Museus, destruições, construções: estratégias de valoração, resistências e resiliências*) explorou fortemente a potencialidade de ações ligadas à museologia social tanto no combate a processos de perda e de expulsão de populações quanto no seu registro, documentação e memorialização. Além disso, foi discutido como espaços tradicionais da memória fortemente presentes no imaginário de parcelas significativas da população, por exemplo o Museu Nacional, podem responder aos episódios traumáticos de destruição. O mediador foi Renato Cymbalista.

Diana Bogado apresentou o caso do Museu das Remoções, no Rio de Janeiro, ação de museologia social articulada ao projeto de extensão universitária.

Trata-se de uma iniciativa de resistência às remoções ligadas aos megaeventos ocorridos no Rio de Janeiro, na última década, na Vila Autódromo. Ainda que o processo de resistência não tenha prevenido a permanência da maior parte da população que foi alvo das remoções, a iniciativa museológica atuou no sentido de promover a mobilização popular e registrar a presença e a memória daqueles sujeitos naquele lugar: ao menos um dos efeitos do processo de destruição da comunidade local, seja com o apagamento, seja com o esquecimento de existências, foi revertido.

Gleyce Kelly Heitor apresentou a ação de museologia social e de formação de museu de território que trafega por caminhos similares aos do Museu das Remoções, o Museu da Beira da Linha do Coque. Com inspiração no Museu da Maré (inaugurado alguns anos antes), trata-se de um museu comunitário construído em reação também aos processos de remoção associados às obras da Copa do Mundo na cidade. Amparado na noção de uma “estética camelô”, o museu reivindica a democratização da possibilidade dos sujeitos construírem suas próprias narrativas acerca de suas existências numa contratática museal em reação às estratégias de musealização e memorialização oficiais e vindas de cima para baixo. O museu desafia concepções tradicionais da prática museal, inclusive, ao se entender “intermitente”, isto é, em contraponto à definição oficial de museu como instituição permanente, ativado sempre que for necessário pelos sujeitos que o tornam vivo: perenidade, afinal, reitera a autora, é privilégio dos proprietários e esse é um museu pirata e de luta. Mobilizando ainda de forma engenhosa e profunda o vocabulário museal tradicional, Gleyce Heitor explora as formas com que essa contratática emprega para ressignificar elementos fundamentais da prática museal impregnados de colonialidade, trazendo exposições e exemplaridades de afirmação de existências que são alvo de violência do Estado e do mercado, e não como a ação colonizadora de dominação sobre o outro.

Anita Almeida e Pablo Hereñu discutiram formas de lidar com o legado do luto e do apagamento associados ao incêndio no Museu Nacional. Almeida nos provocou a pensar o desastre a partir da história e historicidade das peças do acervo, sobretudo daquelas que foram vítimas das chamas, em uma sucessão de políticas oficiais de estado de memória e de colecionismo a que se articula a ação do Museu Nacional desde sua

inauguração, em 1818. Ela apresenta, em particular, o caso da perda de coleções de objetos que foram fruto das escavações em Pompeia e Herculano nos séculos XVIII e XIX. As peças de valor inestimável e irrecuperáveis eram resquícios da destruição. Agora, passado o incêndio, cabe pensar uma arqueologia dos escombros do próprio museu, adicionando novas camadas de significado ao acervo. Pensar no Museu Nacional tal qual um museu popular significa também promover a adequada curadoria desse acervo – tanto o protegido e salvo quanto aquele perdido –, levando em conta todas as mobilizações políticas e ideológicas que se fizeram dele. Como um espaço que foi ao mesmo tempo residência do imperador e sede do colecionismo de Estado e, portanto, local privilegiado para pensar os processos de construção da identidade nacional, é fundamental articular esses vários sentidos associados à invenção da memória e do esquecimento dos elementos de seu acervo.

Hereñu apresentou o projeto de arquitetura vencedor do concurso de ideias para o restauro do Museu Nacional após o incêndio, atualmente em fase de amadurecimento e execução. O arquiteto reiterou a necessidade de não apagar as marcas da tragédia e do luto na nova espacialidade do museu, ao mesmo tempo em que se respeita sua trajetória e se dialoga com o conjunto de espacialidades e materialidades que se acumulam ao longo do tempo no seu conjunto edificado. Trata-se de uma complexa e rica sucessão de camadas, de adições, de reformas e mesmo de pequenas destruições que acumulam ao longo de duzentos anos do complexo arquitetônico e paisagístico à qual se soma, sem qualquer desejo de uma celebração acrítica do luto em relação à tragédia de 2018.

A segunda mesa (*Patrimônio, apagamentos e ressignificações: apagamentos causados por políticas públicas, acidentes e traumas*) desse primeiro dia de evento, mediada por Deborah Neves, explorou processos de apagamento e ressignificação, principalmente sua articulação a efeitos perversos de políticas públicas mal desenhadas ou explicitamente desenhadas com finalidades de remoção e silenciamento.

Simone Scifoni apresentou o caso do Parque do Povo. Trata-se de tradicional espaço para a realização da prática do futebol de várzea na cidade de São Paulo, uma referência cultural relevante para parcelas significativas da população da cidade. Localizado junto à marginal leste

do Rio Pinheiros, o complexo paisagístico encontra-se hoje em um bairro predominantemente elitizado cujo perfil de renda mudou radicalmente nas últimas décadas, levando à expulsão de populações de baixa renda que o ocupavam. No entanto, em função de permanecer nos anos 1990 como um polo resistente da prática do futebol de várzea em meio à verticalização intensa do entorno, o parque foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), como patrimônio cultural do estado – num momento em que ainda não havia instrumentos específicos para registro e salvaguarda do patrimônio imaterial. Scifoni discorre sobre a trajetória de flexibilização seletiva desse tombamento associado a um processo geral de desregulamentação e de ajuste das políticas de patrimônio ancorada num entendimento neoliberal da cidade como negócio: embora o tombamento reiterasse a necessidade da permanência da prática do futebol de várzea no local, utilizou-se o próprio tombamento como justificativa para a expulsão dos times de várzea com o argumento de que eles estariam degradando o bem tombado. Em função disso, hoje o Parque é um espaço verde elitizado e utilizado quase exclusivamente pelas camadas de mais alta renda da cidade e no qual praticamente já não há mais registro da prática do futebol de várzea que havia justificado o tombamento. Trata-se, afinal, de uma política deliberada de destruição e apagamento promovida pelo Estado valendo-se de uma retórica preservacionista.

Cristina Meneguello apresentou o caso do incêndio, em 1º de agosto de 2004, dentro de uma unidade da rede de supermercados Ycuá Bolaños, em Assunção, no Paraguai. A tragédia foi agravada pela ação criminosa dos gestores do supermercado, que bloquearam as saídas de emergência do estabelecimento com medo de que os clientes – vítimas do incêndio – deixassem o local sem pagar pelos produtos que carregavam. Foram cerca de 374 pessoas mortas e mais de quinhentos feridos. Seguiu-se ao incêndio uma enorme mobilização pela reparação às vítimas e seus familiares, reparação não só de ordem financeira, mas também memorialística. Assim, as ruínas do supermercado tornaram-se uma espécie de memorial espontâneo ao longo dos anos, mobilizando o imaginário local e mantendo viva materialmente, em forma de pequenas e múltiplas intervenções no local,

a memória dos mortos e feridos. A data entrou ainda no calendário local como um lugar de memória da tragédia, da violência e do luto pelo incêndio.

Flávia Brito do Nascimento, finalmente, trouxe reflexões quanto à presença e à ausência de exemplares de conjuntos habitacionais ligados à arquitetura moderna entre o rol de bens patrimonializados na França. Verifica-se a recorrência de uma lógica de patrimonialização nominativa na qual ainda se privilegia o reconhecimento daqueles bens intrinsecamente ligados às narrativas canônicas sobre a arquitetura: as unidades de habitação de Corbusier e alguns conjuntos pré-guerra são os poucos oficialmente reconhecidos pelo país e, mesmo assim, são pouco representativos em relação à enorme produção de habitação coletiva produzida na França ao longo do século XX. Soma-se a esse cenário a associação desses conjuntos aos problemas sociais diversos e ao imaginário da sua derrubada como solução para tais problemas. Nesse sentido, mesmo com enormes mobilizações por parte de associações de moradores – em grande parte populações imigrantes ou de filhos de imigrantes em situações variadas de vulnerabilidade social –, os protestos contra a derrubada dos conjuntos não levam necessariamente à preservação.

A terceira e última mesa do primeiro dia (*Patrimônio, apagamentos e ressignificações: apagamentos causados por políticas públicas, acidentes e traumas*) reuniu representantes de diversos coletivos que atuam em São Paulo com foco no direito à memória e à permanência. Falaram acerca de suas experiências os coletivos Pró-Pinheiros, os moradores da Chácara Jaboticabeiras, o grupo de trabalho Ó-Brasilândia da Rede Paulista de Educação Patrimonial, Coletivo Salve Saracura e o grupo Ururay. Ao longo das falas e da apresentação das reflexões e práticas de cada grupo ficou evidente a necessidade de articulação entre a defesa do direito à memória com as lutas urbanas dos movimentos de moradia e direito à cidade. A discussão também reiterou a necessidade de superar formas isoladas de voluntarismo, por mais bem-intencionadas que sejam, a fim de reivindicar e reaparelhar o Estado como um efetivo instrumento de garantia e salvaguarda de direitos. A mesa foi mediada por Nilce Aravecchia-Botas.

## 2.2 Dia 2

A quarta mesa do evento (*Centros históricos, desastres e políticas: desastres ambientais recentes nas cidades coloniais tombadas, discutindo as estratégias*

*de gestão, memória e reconstituição*), mediada por Maria Lúcia Bressan Pinheiro, iniciou o segundo dia do seminário com foco em processos de destruição e resistência em centros históricos. As discussões navegaram pelo desenho e execução de políticas públicas adequadas e pela avaliação dos instrumentos de preservação disponíveis.

Renata Allucci e Maria Cristina Schicchi fizeram uma reflexão sobre o caso da enchente ocorrida em São Luiz do Paraitinga, em 2010, e da reconstrução do seu patrimônio edificado, discutindo o problema à luz da cátedra da Unesco *Rios e patrimônio*. Trouxeram como exemplo o caso do vale do Rio Loire, ecossistema a que se integram cerca de duzentos monumentos oficialmente reconhecidos. As pesquisadoras destacaram a necessidade de pensar a integração dos rios em sítios patrimoniais como elementos inerentes ao processo de preservação, entendendo seus fluxos naturais e superando o estigma do rio como uma ameaça; bem como a integração do rio ao processo de reconstrução de São Luiz, reconhecendo sua presença no imaginário popular (por meio de lendas, marchinhas, poemas e outras manifestações culturais) e entendendo-o (assim como suas cheias) como elemento constitutivo do patrimônio comum local.

George da Guia e Ana Clara Gianecchini discutiram a necessidade de estabelecer parâmetros precisos e com algum grau de objetividade para orientar processos de preservação à luz das normativas recentemente promovidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) na regulamentação do tombamento de Ouro Preto, assim como em função de tragédias recentes que resultaram de deslizamentos e outros acidentes semelhantes. Ouro Preto é particularmente conhecida pelo seu histórico tombamento “até onde a vista alcança”, o que gera imprecisões, arbitrariedades e enormes dificuldades de interlocução transetorial com outras políticas públicas. Busca-se tal articulação, portanto, por meio de uma gestão territorial, paisagística, urbana e patrimonial integrada.

Nivaldo Andrade, finalmente, apresentou a trajetória do processo de patrimonialização no centro de Salvador em paralelo à sucessão de episódios de destruição e expulsão de populações residentes, assim como em paralelo aos vários processos de resistência que vêm se articulando por tais populações de forma cada vez mais intensificada. Apesar da patrimonialização ter se sofisticado ao longo dos anos, partindo de edificações isoladas até

os anos 1950 e avançando para conjuntos urbanos nos anos 1970 e para áreas de proteção cultural em tempos mais recentes, ela acompanha (e por vezes colabora) com estruturas e processos de esvaziamento e expulsão da população de baixa renda. Deslizamentos nas encostas, por exemplo, são tomadas como oportunidades pelo poder público para fazer avançar tais processos – muitas vezes em nome da preservação. Destacaram-se, contudo, mobilizações e intervenções populares recentes, como “O centro antigo sangra”, “O centro antigo é do povo” e, em particular, a ação de espalhamento de cartazes e lambe-lambes com os dizeres “Aqui podia morar gente”, que foi alvo de criminalização pelo Decreto-Lei 25 em função de ser proibida a afixação de cartazes em bens tombados. Dessa forma, a não integração entre políticas habitacionais, urbanas e de patrimônio (ou, quando pior, sua integração com intenções de expulsão de população de baixa renda) colabora com esse esvaziamento popular do centro.

Na tarde de 27 de outubro deu-se a quinta e última mesa do evento (*Metrópoles, demolições, valorações: os embates de preservação urbana, o lugar do cotidiano e dos monumentos, a luta pela preservação e os embates no legislativo e nos órgãos de preservação, diante do planejamento e das políticas de gestão*). Discutiram-se alguns casos emblemáticos de destruição de bens culturais cujas implicações em muito transcendem a perda irreparável das materialidades, articulando-se a negociações de memórias, identidades e presenças na cidade. A mesa foi mediada por Andrea Tourinho.

Fernando Atique falou sobre a trajetória do Solar de Monjope, antiga residência de José Marianno Filho no Rio de Janeiro. Tal edificação, para além de sua vinculação ao personagem histórico, se constituía em um polo narrativo e, em certo sentido, performático e ritualístico nos processos de negociação e sedimentação de representações acerca da identidade nacional, na medida em que a casa era usada pelo próprio Marianno como instrumento didático: apresentando-se publicamente como um manifesto arquitetônico e cultural, tratava-se efetivamente de um documento de uma certa visão no que concerne às discussões a respeito da formação da nação nas primeiras décadas do século XX. O desinteresse dos familiares na preservação do imóvel em função do valor fundiário da propriedade e a não aceitação dessa arquitetura no cânone arquitetônico brasileiro levaram inevitavelmente à sua destruição, ainda que existissem vozes em contrário na opinião pública, como um abaixo-assinado

encabeçado por Burle Marx. Numa teia que envolvia interesses imobiliários, disputas sobre os projetos para a cidade, o papel da imprensa na legitimação desses interesses e o desejo de preservação por parte de alguns interessados, o caso do Solar de Monjope é significativo de um certo momento das políticas de preservação e de seus limites.

Silvio Oksman apresentou reflexões em torno da recente intervenção no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, em decorrência da concessão de sua manutenção e gestão para a iniciativa privada. Destacou como um bem público caracterizado não só pelo estádio, mas por todo o complexo esportivo municipal, transformou-se gradualmente em um produto comercial cada vez mais exclusivo. Inserido em um bairro da elite paulistana, o Pacaembu ainda era palco da presença popular em função dos jogos de futebol. No entanto, conforme ele se torna um produto comercial cada vez mais exclusivo, o estádio fica esvaziado de presença popular e, paralelamente, recebe intervenções que o aproximam cada vez mais de estéticas elitizadas distantes daquelas do futebol popular.

Fechando a mesa, Mariana Kimie Nito, Cláudia Muniz e Mariana Pessoa discutiram acerca dos limites da legislação e dos instrumentos de patrimonialização no contexto do bairro do Bixiga, em São Paulo, onde se localiza o Centro de Preservação Cultural. Apresentaram os limites do tombamento do bairro e da ação de instrumentos como a Zona Especial de Preservação Cultural (ZEPEC) em função tanto do avanço de interesses imobiliários cujos empreendimentos conflituam com as ambiências e colaboram com os processos de expulsão de populações frágeis, como de ações de remoção por parte do poder público. Em particular, apresentaram o caso dos Arcos do Bixiga, obra de infraestrutura e bem cultural sobre a qual, escondido, encontrava-se até os anos 1980 um casario encortiçado onde vivia uma população de baixa renda que seria expulsa dali com a justificativa, entre outras, de valorizar o bem cultural.

### 3 PRINCIPAIS QUESTÕES LEVANTADAS

O conjunto das questões levantadas ao longo do evento nos permite identificar não só algumas temáticas transversais e comuns aos diferentes contextos como também revelar problemas emergentes ao campo do patrimônio cultural que apontam, como era pretendido pelo seminário,

para novas negociações, disputas, pactuações e mobilizações sociais dos bens culturais e dos processos de patrimonialização.

Vários casos de processos de expulsão de populações nas quais se deram iniciativas de memorialização das experiências e subjetividades que foram alvos desses atos de violação de direitos apontam para processos de patrimonialização que, respondendo à desarticulação violenta de modos de vida e de existência, articulam, em sentido contrário, a luta pela memória e pela permanência das populações tomando o patrimônio como uma forma de resistência. Nesse sentido, o vocabulário do patrimônio cultural e dos museus, seus instrumentos e práticas surgem como mais uma ferramenta de luta pelo qual se reafirmam essas existências silenciadas. Tais iniciativas de patrimonialização e musealização feitas “de baixo para cima”, seja reagindo às violências do Estado ou do mercado, seja lidando com o luto e com o trauma, constituem-se efetivamente a partir da construção de políticas museais e patrimoniais em perspectiva decolonial. Mais do que lamentar o luto e o trauma, trata-se mesmo de reafirmar existências e combater silenciamentos por meio de práticas, discursos ou mesmo epistemologias patrimoniais e museais que desafiam os consensos do campo.

Em decorrência disso, é possível também afirmar que, em muitos desses casos, superamos em grande medida o velho paradigma da “retórica da perda” que, conforme o clássico estudo de José Reginaldo Santos Gonçalves (2004), tão bem caracterizou as práticas e discursos patrimoniais no Brasil ao longo do século XX. Para além do lamento em torno de autenticidades perdidas, essas novas formas de organização da memória e das referências culturais feitas por tais populações espoliadas parecem indicar que de um patrimônio recheado de “retórica da perda” vislumbramos hoje um patrimônio tático que se constitui por ferramentas de luta, isto é, ferramentas que aparecem nos “museus intermitentes” (ativados quando necessários), nas apropriações populares de políticas públicas como as dos pontos de cultura e de memória (mesmo quando elas deixam de existir) ou na ação direta de memorialização feita à revelia dos órgãos oficiais. Em certo sentido, tratamos aqui da emergência de “artes (patrimoniais) do fazer” taticamente mobilizadas pelas populações em resposta às estratégias oficiais, para usar do vocabulário associado a Michel de Certeau (CERTAEU, 2012; CERTEAU; GIARD, MAYOL, 2012).

Tais mobilizações inclusive se revelam necessariamente transeitoriais, uma vez que ultrapassam na prática os limites usuais que profissionais e pesquisadores do patrimônio tradicionalmente enfrentam entre políticas públicas ligadas ao planejamento urbano, à infraestrutura, à cultura etc. No dia a dia dos processos de resistência, esses limites perdem sentido e as ações se revelam necessariamente como fruto de operações de síntese.

Contudo, as discussões também apontaram a necessidade de reafirmar o Estado como espaço privilegiado para a ação técnica qualificada e de interesse público, afastando tanto concepções neoliberais do Estado como entidade meramente gerencial dos interesses particulares quanto de um Estado visto exclusivamente como o vilão a ser combatido. Nesse sentido, reafirmou-se a necessidade de não só ocupar de forma qualificada as estruturas do Estado ligadas à preservação do patrimônio cultural, reafirmando e valorizando a autoridade de conselhos de preservação e seus órgãos técnicos associados, como também de entender que é no Estado que políticas públicas adequadas, democráticas e, sobretudo, perenes podem ser implantadas, a fim de assegurar e salvaguardar os direitos patrimoniais mobilizados nesses processos populares.

Isso não significa, no entanto, ignorar os limites e contradições próprios do campo do patrimônio, seja em seus aspectos epistemológicos e teóricos, seja na execução de políticas públicas. Contudo, é nesse encontro entre esses “novos personagens que entram em cena”, para usar célebre expressão de Éder Sader (1988) associada a um período histórico no qual também assistimos à luta pela democratização do patrimônio, com o acúmulo de experiências e saberes do campo que novas formulações, mobilizações, pactuações podem surgir. Dessa forma, o saldo desse conjunto traumático e violento de demolições e destruições pode ser o da construção criativa de novas formas de imaginar o mundo e, portanto, de imaginar o próprio campo da preservação.

## REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. v. 1.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre (org.). *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. v. 2.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, 2015.

SADER, Éder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo: 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.



# ENTREVISTA COM AMADOU- MAHTAR M'BOW

**VINÍCIUS JOSÉ MIRA**, UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA,  
FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA, BRASIL  
Mestrando em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4628-3232>  
E-mail: [viniciusmira1987@gmail.com](mailto:viniciusmira1987@gmail.com)

**FERNANDO CESAR SOSSAI**, UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE, JOINVILLE,  
SANTA CATARINA, BRASIL  
Docente do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural  
e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille).  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6757-4151>  
E-mail: [fernandosossai@gmail.com](mailto:fernandosossai@gmail.com)

**DIEGO FINDER MACHADO**, UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE, JOINVILLE,  
SANTA CATARINA, BRASIL  
Docente do curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural  
e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille).  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8147-7868>  
E-mail: [diego\\_finder@yahoo.com.br](mailto:diego_finder@yahoo.com.br)

**DOI**  
<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v17i34p164-187>

**RECEBIDO**  
26/10/2021  
**APROVADO**  
06/12/2021

## ENTREVISTA COM AMADOU-MAHTAR M'BOW

VINÍCIUS JOSÉ MIRA, FERNANDO CESAR SOSSAI, DIEGO FINDER MACHADO

### RESUMO

O senegalês Amadou-Mahtar M'Bow teve uma trajetória profissional muito ligada à questão cultural. Geógrafo de formação na Universidade de Sorbonne, M'Bow foi militante pela independência de seu país e se tornou ministro da Educação no período de governo autônomo do Senegal, em 1956, à época em vias de se tornar independente. Nos anos seguintes, Amadou-Mahtar M'Bow passou a atuar na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), como representante do seu país no Conselho Executivo. Também presidiu a Comissão do Programa e das Relações Exteriores do Conselho Executivo de 1968 a 1970. Em 1970, tornou-se diretor-geral adjunto de Educação, além de ter sido o diretor-geral da Unesco entre 1974 e 1987. No rico depoimento de M'Bow, vários aspectos da Convenção do Patrimônio Mundial são mencionados. Destacamos o testemunho das primeiras missões da Unesco para proteção do patrimônio cultural, que acabariam ajudando a amadurecer a noção de um patrimônio cultural que pertence a toda a humanidade. M'Bow também destaca os desafios que a Convenção teve que enfrentar, em particular na conservação de monumentos ameaçados, conforme mencionado no depoimento quanto ao caso da Acrópole de Atenas, da cidade de Veneza e do centro histórico de Varsóvia. No que diz respeito aos sucessos e fracassos da Convenção, M'Bow menciona o caso bem-sucedido da indicação de Brasília como uma ampliação da noção de patrimônio, e o insucesso no caso dos Estados-membros que não levam tão a sério a conservação dos seus bens.

### PALAVRAS-CHAVE

Unesco. Patrimônio mundial. Patrimônio cultural.

## **INTERVIEW WITH AMADOU-MAHTAR M'BOW**

VINÍCIUS JOSÉ MIRA, FERNANDO CESAR SOSSAI, DIEGO FINDER MACHADO

### **ABSTRACT**

The senegalese Amadou-Mahtar M'Bow had a professional career related to cultural concerns. Geography Undergraduate at the Sorbonne University, M'Bow was a militant for his country's independence and has become Minister of Education during Senegal's period of self-government in 1956, when his country was about to become independent. In the following years, Amadou-Mahtar M'Bow started acting in UNESCO, when took part on the Executive Board as his country's representative. He also chaired the Programme and Programme and External Relations of the Executive Board from 1968 to 1970. In 1970, he became Deputy Director-General for Education, and was the UNESCO Director-General from 1974 to 1987. In M'Bow's rich testimony, several aspects of the World Heritage Convention are mentioned. Notably, he testifies to UNESCO's early missions for the protection of cultural heritage, which would eventually helping to mature the notion of a cultural heritage that belongs to all humanity. M'Bow also highlights the challenges that the Convention had to face, particularly in the conservation of threatened monuments, as mentioned in the case of the Acropolis of Athens, the city of Venice and the historic center of Warsaw. Regarding the successes and failures of the Convention, M'Bow mentions the successful case of the indication of Brasilia, as an expansion of the notion of heritage, and the failure in the case of Member States that did not take the conservation of their conservation of their properties.

### **KEYWORDS**

UNESCO. World heritage. Cultural heritage.

## 1 “PATRIMÔNIO MUNDIAL, UM TESTEMUNHO DA CAPACIDADE CRIATIVA DO HOMEM”: PERSPECTIVAS DE AMADOU-MAHTAR M'BOW

O documento ora apresentado é uma tradução da entrevista concedida pelo ex-diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Sr. Amadou-Mahtar M'Bow, ao programa intitulado *Oral Archives of the World Heritage Convention* (Arquivos Oraís da Convenção do Patrimônio Mundial)<sup>1</sup>. A entrevista foi originalmente realizada em língua francesa, pelas pesquisadoras Mechtild Rössler<sup>2</sup> e Petra van den Born<sup>3</sup>, no dia 22 de outubro de 2009, em Paris, na França<sup>4</sup>.

O programa integrou o projeto *UNESCO History*, criado em 2006 por meio de uma parceria entre essa Organização e a Cátedra Unesco de Pesquisa em Patrimônio Edificado, sediado na Universidade de Montreal, no Canadá. O projeto integrou o conjunto das comemorações do 60º aniversário de criação da Unesco e culminou na produção de

1 Transcrito e traduzido de: M'BOW, Amadou-Mahtar. Interview: Amadou-Mahtar M'Bow. [Entrevista concedida a] Mechtild Rössler, Petra van den Born. *Oral Archives of the World Heritage Convention*, Paris, 22th August 2009. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/oralarchives/amadou-mahtar-mbow/>. Acesso em: 15 maio 2021.

2. Atual diretora do Centro do Patrimônio Mundial da Unesco.

3. Unesco Library and Archives.

4. Tradução autorizada.

60 entrevistas com os vários atores envolvidos na criação e implementação da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1972). Além disso, também subsidiou a elaboração do livro *Many Voices, One Vision: The Early Years of the World Heritage Convention*, de autoria de Christina Cameron e Mechtild Rössler, publicado em 2013 pela Editora Ashgate/Routledge.

FIGURA 1

Amadou-Mahtar M'Bow.  
Fonte: Unesco (2009).  
Disponível em:  
<http://whc.unesco.org/en/oralarchives/amadou-mahtar-mbow/>



Nascido em 1921, no Senegal, Amadou-Mahtar M’Bow teve a sua trajetória profissional muito ligada a questões culturais internacionais, sendo considerado um dos atores-chave para a emergência e consolidação de mecanismos de gestão do patrimônio mundial da Unesco, assim como para a intensificação dos debates na Organização acerca da necessidade de retorno, devolução e/ou restituição de bens culturais ilicitamente removidos de seus contextos de origem, notadamente os subtraídos de países africanos e latino-americanos em períodos de colonização ou ocupação estrangeira (SOSSAI, 2021).

Geógrafo de formação, M’Bow estudou na Universidade Sorbonne e, durante os anos 1950 e 1960, atuou em movimentos que reivindicavam a independência de seu país de nascimento, tendo, inclusive, ajudado a estabelecer as bases do que, posteriormente, seria a Federação dos Estudantes da África Negra (FEANF), uma instituição fortemente implicada na busca pela independência política de países do continente africano. Em 1955, M’Bow aderiu ao Bloco Democrático Senegalês (BDS), partido liderado pelo intelectual Léopold Sédar Senghor. Vinculado a esse partido – mesmo que seu país de nascimento continuasse sob tutela francesa –, entre 1956-1958 e 1966-1968, M’Bow exerceu o cargo de Ministro da Educação. Para além disso, entre 1968 e 1970, M’Bow ainda atuou como ministro da Cultura do Senegal (AMADOU..., 2021).

No que diz respeito aos seus vínculos com a Unesco, a agência da Organização das Nações Unidas (ONU) encarregada da mediação de uma espécie de agenda globalmente estruturada em matéria de educação e cultura (SOSSAI et al., 2020), Amadou-Mahtar M’Bow esteve formalmente associado à Instituição desde 1966, momento em que iniciou a sua atuação no Conselho Executivo da Organização, ocupando o posto de representante do Senegal. Também presidiu a Comissão do Programa e das Relações Exteriores do Conselho Executivo de 1968 a 1970. Em 1970, tornou-se subdiretor-geral da Unesco, encarregando-se dos assuntos ligados à Educação. Entre 1974 e 1987, assumiu o cargo de diretor-geral da Organização. Cabe destacar que M’Bow foi o primeiro africano, e o primeiro negro, a assumir a posição de diretor-geral da Unesco.

Em seu período como diretor-geral, a Unesco publicou a primeira edição do *Guia Operacional da Convenção do Patrimônio Mundial*

(UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION, 1977), assim como foram realizadas as 12 primeiras inscrições de bens na Lista do Patrimônio Mundial<sup>5</sup> (1978). Tal período ainda coincide com a primeira inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo<sup>6</sup> (1979); a primeira inscrição de um bem misto (cultural e natural) na Lista do Patrimônio Mundial<sup>7</sup> (1979); com o início de funcionamento do Comitê Intergovernamental da Unesco para Promoção do Retorno de Bens Culturais a seus Países de Origem ou sua Restituição em caso de Apropriação Ilícita (ICPRCP)<sup>8</sup> (1980).

Igualmente, durante o período em que esteve como diretor-geral da Unesco, transcorreram casos emblemáticos de inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial, como o de Auschwitz-Birkenau, campo de concentração e extermínio nazista alemão (1940-1945)<sup>9</sup>, reconhecido como Patrimônio Mundial em 1979, o da Cidade velha e muralhas de Jerusalém, inscrita pela Jordânia<sup>10</sup> (1981); e da listagem do primeiro bem edificado no século XX, a cidade de Brasília<sup>11</sup> (1987).

No rico depoimento de M'Bow, vários aspectos da Convenção do Patrimônio Mundial são rememorados, especialmente as primeiras missões da Unesco voltadas à proteção do patrimônio cultural que, segundo o entrevistado, acabaram ajudando a amadurecer a noção e a crença em um patrimônio supostamente pertencente a toda a humanidade. Nesse sentido, ele menciona o caso envolvendo a Barragem de Assuã, no Egito, cujas águas viriam a atingir os templos de Abu Simbel,

5. Os 12 primeiros bens reconhecidos como Patrimônios Mundiais da Unesco foram: a Catedral de Aachen, na Alemanha; a cidade de Quito, no Equador; o Centro Histórico de Cracóvia, na Polônia; a Ilha de Gorée, no Senegal; o Sítio Histórico Nacional de L'Anse aux Meadows, no Canadá; o Parque Nacional Mesa Verde, nos Estados Unidos; as Igrejas Escavadas na Rocha, na Lalibela, Etiópia; as Minas de Sal Real de Wieliczka e Bochnia, na Polônia; a Ilha de Galápagos, no Equador; o Parque Nacional Nahanni, no Canadá; o Parque Nacional Simien, na Etiópia; o Parque Nacional Yellowstone, nos Estados Unidos.

6. Região natural, cultural e histórica de Kotor, em Montenegro. Informações disponíveis em: <https://whc.unesco.org/en/list/125>.

7. Parque Nacional de Tikal, na Guatemala. Informações detalhadas em: <https://whc.unesco.org/en/list/64>.

8. Detalhes em: <http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/restitution-of-cultural-property/intergovernmental-committee/>.

9. Informações disponíveis em: <https://whc.unesco.org/en/list/31>.

10. Informações disponíveis em: <https://whc.unesco.org/en/list/148>.

11. Informações disponíveis em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/31>.

mas que, graças à cooperação internacional, puderam ser salvos da completa destruição<sup>12</sup>. Ainda nessa direção, em sua entrevista, M'Bow destaca como o ingresso e a participação formal na Unesco de países africanos recém-independentes, sobretudo a partir do início da década de 1960, favoreceu a ampliação da noção de patrimônio mundialmente disseminada pela Organização.

Ao longo da entrevista, M'Bow também sublinha alguns dos desafios com os quais a Convenção do Patrimônio Mundial historicamente dialogou, sobretudo os que dizem respeito à conservação de monumentos ameaçados de destruição. Nesse aspecto, ele relembra os casos da Acrópole de Atenas (Grécia)<sup>13</sup>, da cidade de Veneza (Itália)<sup>14</sup> e do Centro Histórico de Varsóvia (Polônia)<sup>15</sup>. No que diz respeito aos êxitos da Convenção, o ex-diretor-geral menciona o caso da indicação e reconhecimento de Brasília como Patrimônio Mundial da Unesco, o que, de sua perspectiva, culminou na ampliação da noção de patrimônio que seria operada no âmbito do Comitê de Patrimônio Mundial da Organização<sup>16</sup>.

Do mesmo modo, o entrevistado fornece sua visão sobre os aspectos estruturais da Convenção do Patrimônio Mundial, particularmente o papel desempenhado pelos organismos consultivos da Unesco explicitamente mencionados no texto convencional, quais sejam a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)<sup>17</sup>, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos)<sup>18</sup> e o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais (Iccrom)<sup>19</sup>. Além disso, ele reflete sobre as funções do Secretariado, dos experts do patrimônio,

12. Segundo Paul Betts (2015), o caso de Abu Simbel consistiu em uma vultuosa campanha internacional, liderada pela Unesco, voltada ao salvamento de bens patrimoniais relacionados à história da África Setentrional, particularmente remanescentes ao Egito Antigo. A campanha foi uma grande referência para a elaboração da Convenção do Patrimônio Mundial.

13. Informações disponíveis em: <https://whc.unesco.org/en/list/404>.

14. Informações disponíveis em: <https://whc.unesco.org/en/list/394>.

15. Informações disponíveis em: <https://whc.unesco.org/en/list/30>.

16. Brasília, a capital do Brasil, é uma cidade planejada inaugurada em 1960. É considerada um símbolo da arquitetura modernista do século XX, especialmente no que diz respeito aos valores expressos na Carta de Atenas, 1933, o documento-manifesto do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (MIRA; SOSSAI; MACHADO, 2021). Outras informações em: <https://whc.unesco.org/en/list/445>.

17. Informações em: <https://www.iucn.org/>.

18. Informações em: <https://www.icomos.org/en>.

19. Informações em: <https://www.iccom.org/>.

diplomatas, estados-membros e da comunidade internacional interessada na preservação do patrimônio.

Por fim, destacamos a importância da entrevista ora apresentada tendo em vista o contexto de centenário de nascimento de Amadou-Mahtar M'Bow e de comemoração dos 50 anos da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural da Unesco, completada em 2022.

### 1.1 Envolvimento e participação de Amadou-Mahtar M'Bow com a discussão sobre Patrimônio Mundial na Unesco

#### *Entrevistadora*

Talvez, para começar, o senhor pudesse descrever seu envolvimento na Convenção do Patrimônio Mundial<sup>20</sup>?

#### *Amadou-Mahtar M'Bow*

A Convenção do Patrimônio Mundial foi aprovada quando eu era subdiretor-geral da Unesco encarregado da Educação. E eu tinha que receber as ratificações que permitiram o começo da Convenção em 1975, quando eu era diretor-geral da Unesco. Antes disso, eu havia sido chefe da delegação do meu país na Conferência Geral em 1966, eleito membro do Conselho Executivo, onde eu estive de 1966 a 1970, antes mesmo de entrar na Unesco. Eu presidi, também, a Comissão do Programa e das Relações Exteriores do Conselho Executivo de 1968 a 1970. Tudo isso para dizer que eu estive envolvido primeiramente, como membro da Conferência Geral e do Conselho Executivo, no processo de elaboração da Convenção. Depois, essa Convenção foi adotada quando eu era subdiretor-geral.

A história quis também que eu fosse o diretor-geral da Organização quando as ratificações que permitiram a implementação da Convenção foram efetuadas. Eu estava lá também quando se constituiu o primeiro

20. A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural foi aprovada na 17ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Unesco, em 1972. A Convenção estabeleceu a noção de Patrimônio Mundial e estipulou as condições para um bem ser reconhecido e integrado à Lista do Patrimônio Mundial da Unesco (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA/UNESCO, 1972). Ademais, informamos que, a exemplo desta, todas as notas de rodapé doravante apresentadas são “Nota dos tradutores” voltadas à contextualização dos assuntos abordados durante a entrevista concedida por M'Bow.

Comitê do Patrimônio [Mundial]<sup>21</sup> e as primeiras inscrições na Lista do Patrimônio, em 1978. Por isso, eu estive associado, senão à elaboração diretamente à Convenção, ao processo que conduziu à sua elaboração e igualmente à sua implementação.

## 1.2 Origens da Convenção da Unesco de 1972

*Amadou-Mahtar M'Bow*

Se nós queremos conhecer a origem do patrimônio, é preciso fazer referência à situação que prevalecia no momento da criação da Unesco. Vocês sabem, em 1945, quando os estados se reuniram em Londres para aprovar a convenção que criava a Organização, havia no espírito deles os danos causados pela Segunda Guerra Mundial [1939-1945]. Essa guerra, evidentemente, resultou na destruição massiva de monumentos e os ministros da Educação dos países da Europa assumiram, na Inglaterra, [o compromisso de] tomar conta mesmo antes do fim da guerra; mesmo antes da reunião de 1945. Foi, ainda, para tomar conta do problema da reconstrução da Europa sob os planos da educação e da reconstrução de monumentos históricos, bem como da dispersão de obras de arte na Europa. Eram preocupações essenciais entre todos os países europeus. Aliás, o ato constitutivo da Unesco, em seu primeiro artigo, indica claramente que os estados-partes da Organização se comprometam a cooperar no domínio da preservação do patrimônio, das artes, das letras etc., e dos monumentos. E esses Estados se comprometeram também a estabelecer convenções internacionais para a preservação desse patrimônio.

A preocupação depois da guerra era, primeiro, adotar uma nova convenção, cujo objetivo estava na Convenção de Haia, que vocês devem conhecer, de 1954, cujo objetivo era a preservação do patrimônio em tempos de guerra. A Unesco é depositária dessa convenção. Quanto à Lista do Patrimônio Mundial, agora, podemos dizer que ela foi subsidiária. O precedente: como eu indiquei, a guerra, a Segunda Guerra Mundial, as destruições. Havia essa Convenção de Haia, de 1954. Mas houve, também, um fato histórico importante ocorrido em 1960... 1959, 1960. Foi quando o Egito decidiu construir a Barragem de Assuã, que deveria inundar uma

21. M'Bow está mencionando o Comitê do Patrimônio Mundial, organismo da Unesco responsável pelo processo de reconhecimento dos bens como Patrimônio Mundial.

grande extensão do Vale do Nilo, assim como inundar monumentos extremamente numerosos e de primeira importância. Foi aí que a Unesco começou a lançar um primeiro apelo internacional pela salvaguarda, notadamente de Abu Simbel e de Assuã.

No que diz respeito à posse, se tem mais consciência a partir desse momento. Muitos países passaram a ter mais consciência da existência do patrimônio, de monumentos extremamente importantes para o mundo. E esse patrimônio, mesmo que pertença a um país, apareceu cada vez mais como um testemunho da capacidade criativa do homem em todos os lugares, e, em consequência, esse patrimônio deveria ser considerado como um bem comum da humanidade e não como um bem de um país, mesmo se ele se encontrasse dentro de um país. Disso veio a ideia, aliás, de lançar apelos. Vocês sabem que nós lançamos numerosos apelos. Eu lancei, por exemplo, a Acrópole de Atenas<sup>22</sup>. Eu lancei um apelo pela salvaguarda de Atenas. Vocês conhecem, sem dúvida, os problemas da Acrópole antes mesmo da inscrição na Lista do Patrimônio Mundial<sup>23</sup>. Eu lancei, igualmente, o apelo pela salvaguarda da cidade de Éfeso<sup>24</sup>. O primeiro bem muçulmano, a cidade de [inaudível]<sup>25</sup>. Eu poderia contar as condições em que fomos levados a lançar esses apelos e os problemas que se opuseram, à época, a esses monumentos da Acrópole e da cidade de Éfeso.

Por isso, nós começamos progressivamente a pensar que era necessário ter uma convenção internacional. Essa convenção é, evidentemente, a que foi aprovada em 1972 e que se tornou a Convenção do Patrimônio Mundial da

22. A Acrópole de Atenas é um complexo monumental situado no alto de uma colina na cidade de Atenas, capital da Grécia. A maioria das construções datam do século V a.C., por exemplo, o Partenon, o Templo de Atenas e Erecteion, e são considerados exemplares significativos da cultura greco-romana (INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES, 1987.)

23. Em 1987, a avaliação do Icomos para a candidatura da Acrópole de Atenas como Patrimônio Mundial da Unesco mencionou o problema da forte poluição atmosférica: “Após um século de escavações e melhorias no local, a Acrópole é agora um campo de testes para as técnicas de conservação ao ar livre mais inovadoras destinadas a proteger as seções de mármore que foram afetadas por forte poluição atmosférica” (INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES, 1987. p. 3).

24. A cidade de Éfeso, localizada na Turquia, abrangeu historicamente diversos assentamentos romanos e helênicos, incluindo o Templo de Artêmis, considerado uma das sete maravilhas do mundo (INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES, 2015). O bem foi reconhecido como Patrimônio Mundial da Unesco em 2015.

25. Ao que tudo indica, os primeiros bens muçulmanos na Lista do Patrimônio Mundial foram a Medina de Tunes, na Tunísia, e a cidade de Cairo, no Egito. Ambos reconhecidos em 1979. Porém, não é possível discernir pela fala de M’Bow qual é o bem mencionado.

Humanidade. Nós tínhamos considerado, no início, o patrimônio cultural e adicionamos, em seguida, o patrimônio natural, graças aos trabalhos que foram feitos pela União Internacional para a Conservação da Natureza<sup>26</sup>. Aliás, cuja sede, eu acredito, fica na Holanda. Houve um outro fato, ainda, que é preciso citar: a partir de 1965 também houve uma reunião em Washington (EUA), na Casa Branca. Durante essa reunião, a ideia [de se criar uma convenção para o reconhecimento e a proteção do patrimônio da humanidade] havia sido lançada também, de salvaguardar os diferentes patrimônios. De diferentes horizontes, de diferentes partes, surgiram ideias sobre a necessidade de considerar esse patrimônio. Primeiro, identificar, ou seja, de saber onde se localiza esse patrimônio. Então, ver se esse patrimônio merecia ser considerado como um bem comum da humanidade, mesmo que ele pertencesse a um país. Depois, preservá-lo, salvaguardá-lo, conservá-lo e colocá-lo em possível destaque.

Porque desde o início se colocou uma questão: primeiro, salvaguardamos monumentos para os salvar ou salvamos monumentos para que estes ainda possam ter uma função na vida atual? Conservar os monumentos é bom, conservar as cidades, igualmente, é bom. Conservamos as cidades. Vocês conhecem todas as cidades que foram inscritas na Lista do Patrimônio Mundial, mas conservamos as cidades, as pressionamos, para fazerem museus inertes etc.? Ou, então, salvaguardamos as cidades para permitir ainda dar a elas uma função no corpo social? Para permitir às pessoas viver.

Houve, é claro, [o caso de] Veneza<sup>27</sup>. Em Veneza a Unesco se encontrou. Fui eu que comecei Veneza e eu continuei em Veneza anos depois para tentar resolver os problemas, mesmo porque houve dissensões... não dissensões, mas desacordos sobre a problemática da salvaguarda de certos bairros de Veneza. Qual era o problema em Veneza? Primeiramente, houve mesmo um afundamento da cidade. Vocês sabem que Veneza é construída sobre a

26. A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) é um organismo não governamental colaborador do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco, que efetua parte das avaliações técnicas dos bens do patrimônio mundial. A Organização foi fundada em 1948 e tem sede em Gland, na Suíça.

27. Veneza é uma cidade construída a partir do século V d.C. sobre 118 pequenas ilhas situadas na costa italiana. A cidade teve grande influência no desenvolvimento da arquitetura e das artes e foi importante elo entre a cristandade e o islã, assim como entre Oriente e Ocidente por muitos séculos (INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES, 1987).

lagoa e que as casas, as igrejas etc., toda Veneza está sobre estacas. Aconteceu um fenômeno de subsidência, quer dizer, a cidade afundar cada vez mais. Em segundo lugar, havia a poluição da lagoa. Em terceiro lugar, a subida das águas sobre os muros das igrejas. A subida das águas em sua forma. A umidade sobe, causa salitre, destrói os afrescos. Mas você tem uma outra coisa: as grandes marés de Veneza, evidentemente. Então, tivemos que resolver quatro conjuntos de problemas [inaudível]. Para vos dizer, agora, da inscrição na Lista do Patrimônio.

A lembrança que eu mais guardei é que, quando nós começamos a inscrição na Lista do Patrimônio, os primeiros monumentos inscritos eram, principalmente, monumentos religiosos ou castelos. Você tem primeiro as igrejas, as catedrais etc. Você tem, evidentemente, Rambouillet, o Palácio de Versailles etc. [inaudível], mas se dizia: “mas o que é isso, esse negócio? A Unesco só inscreve monumentos religiosos”. Eu disse, à época, que a Unesco só inscrevia monumentos religiosos, mas isso não era culpa da Unesco. Durante um longo período da história da Europa, os monumentos mais significativos eram monumentos religiosos.

É preciso dizer que houve uma mudança na Unesco, efetivamente, a partir do ano de 1960, um ano crucial na vida da Organização e do patrimônio. Eu indiquei primeiro o Egito, mas há, igualmente, os africanos que chegaram à Unesco: 16 a 17 países africanos aderiram à Unesco em 1960. Esses países africanos entraram na Unesco com a ideia de que era preciso colocar em destaque as suas criações culturais que haviam sido negadas durante o período colonial. O paradigma da colonização... O primeiro problema era racial: “vocês não são brancos, vocês são selvagens. Igualmente, vocês não têm cultura. Vocês não têm história”. Os países africanos tiveram um papel essencial. Atualmente, contam-se mais de 50 estados-membros na Unesco. [Os países africanos] começaram a colocar o problema da identidade cultural e da necessidade de levar em consideração a cultura dos outros.

Isso contribuiu para favorecer a ideia do patrimônio mundial universal, tendo em vista que as criações humanas não existem unicamente numa parte do mundo. Elas existem em todas as partes do mundo e que, em consequência, é necessário levar em consideração o conjunto do patrimônio, qualquer que seja o lugar em que se situa esse patrimônio. Ele pode ser diferente, mas, evidentemente, em matéria de estética, cada um tem a sua sensibilidade e

a sensibilidade de uns não é a sensibilidade de outros. Então, isso também contribuiu para favorecer a ideia. E depois, na sequência, os africanos insistiram muito sobre a ideia da solidariedade, que está, aliás, no ato constitutivo da Unesco. Na minha opinião, que seja uma visão universal [de patrimônio], mas realmente universal, que leve em consideração o conjunto da humanidade em todos os seus diferentes componentes, assim como as criações de todos os povos, quais sejam esses povos.

### 1.3 Desafios da conservação de monumentos ameaçados

*Amadou-Mahtar M'Bow*

Os monumentos foram ameaçados, eu falo das ameaças de guerra, mas havia outras ameaças. Então, como vocês sabem, a urbanização contribuiu para mudar a feição das cidades. Há, também, a poluição... a poluição do ar, por exemplo. Eu falei anteriormente da salvaguarda de Atenas. Por que a Acrópole? Porque se constatou que, notadamente, as cariátides que estão no Erecteion<sup>28</sup> foram ameaçadas pelas águas de chuvas ácidas. Essas chuvas carregavam partículas lançadas na natureza por... se pensou, à época, nas indústrias, mas na verdade, no caso de Atenas, não foram as indústrias. Foi, principalmente, o aquecimento doméstico com óleo e carvão, assim como a circulação de automóveis. Eu havia sugerido, à época, que as cariátides fossem desmontadas, colocadas no museu da Acrópole e substituídas por cópias, esperando que se possa encontrar os meios de salvaguarda, os meios de resolver a poluição do ar. Eu devo dizer que eu recebi uma enxurrada de críticas da parte de um certo número de jornalistas que me disseram em uma conferência de imprensa: “é uma heresia substituir as cariátides, as originais, por cópias”. Eu disse: “eu tenho uma preocupação de salvar as originais e é a razão pela qual eu considero que mais valia, então, as desmontar, esperando resolver o problema da poluição”. Eu acredito que eles terminaram por fazê-lo.

28. Cariátides são as colunas de sustentação do templo Erecteion em formato de figuras femininas. Erecteion é um templo grego localizado na Acrópole de Atenas, construído no decorrer do século V a.C. (INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES, 1987).

Houve igualmente uma polêmica – a propósito de poder voltar ao patrimônio –, mas ligado à guerra. Essa vez, foi sobre Varsóvia<sup>29</sup>. Como vocês sabem, vocês conhecem a história de Varsóvia. Vocês sabem que a cidade de Varsóvia, a velha cidade, havia sido destruída como resultado da guerra e que os poloneses queriam reconstruir a cidade se baseando nos planos de Canaletto<sup>30</sup>, que foi o arquiteto de Varsóvia. Lá, também, houve uma grande polêmica. Eu defendi a ideia de que os poloneses tinham perfeitamente razão de reconceber Varsóvia se baseando [nos planos de Canaletto], e por que eu disse que era um patrimônio perdido para sempre? As gerações futuras não o verão mais. A reconstrução, essa sim, vai envelhecer no sentido de [se tornar] uma cidade velha. Então, às vezes, eu estava em oposição com os especialistas que falavam, obviamente, sobre a necessidade de [Varsóvia] manter seu estilo. Eu estava totalmente de acordo.

Eu acho que não se deve manipular os monumentos. Se você pegar, por exemplo, Notre-Dame de Paris<sup>31</sup>: se você remover as gárgulas que foram instaladas no século XIX por Viollet-le-Duc<sup>32</sup>, Notre-Dame perde grande parte de sua originalidade. Então, os monumentos são monumentos vivos, se transformam à medida que evoluem as sociedades. Há, também, por exemplo, as detonações. Peguem o caso de Roma. Vocês sabem que quando a poluição começou a atacar os monumentos de Roma, eles tiveram a ideia de revestir certos monumentos com uma colcha de produtos plastificados. Vocês sabem os resultados: a umidade entrou por detrás das

29. Varsóvia, capital da Polônia, teve mais de 85% de seu centro histórico destruído pelas tropas nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Nos anos seguintes, houve a reconstrução do centro histórico de maneira a retornar ao seu estado anterior à destruição, restaurando e reerguendo construções edificadas entre os séculos XIII e XX (INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES, 1980).

30. Ao que tudo indica, M<sup>o</sup> Bow estava se referindo ao pintor veneziano de paisagens urbanas Bernardo Bellotto (1721-1780), sobrinho do pintor Giovanni Antonio Canal, e que assumiu para si o apelido “Canaletto”, originalmente alcunhado a seu tio. Bernardo Bellotto foi pintor da corte do Reino da Polônia por mais de uma década e pintou diversos quadros da paisagem de Varsóvia.

31. Notre-Dame de Paris é um monumento de importância arquitetônica, histórica e artística, em particular no que diz respeito à arquitetura gótica. Finalizada a sua construção no século XIII, a edificação passou por um processo de restauração e reinterpretção em meados do século XIX, coordenado pelo arquiteto francês Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879), que promoveu mudanças estruturais na construção, como a introdução de um pináculo de 96 metros, feito de madeira e chumbo (BRUZELIUS, 1987).

32. Além da função artístico-estética, funcionalmente, as gárgulas destinam-se ao escoamento da água acumulada da chuva. Na arquitetura gótica, era comum que fossem estilizadas com formatos humanos ou monstruosos, como aconteceu no caso de Notre-Dame.

placas plastificadas que tínhamos posto. Os monumentos de mármore foram conservados. Mas, se quiserem pensar, foram transformados em pó e, de vez em quando, em pedaços de plástico... Então, vocês vejam o problema. Se procurou por muitos meios resolver o problema da conservação das cores. Outra coisa...<sup>33</sup>

#### 1.4 Objetivos da Convenção da Unesco de 1972

*Entrevistadora*

O senhor já falou dos objetivos-chave da Convenção do Patrimônio Mundial. Na sua opinião, os principais objetivos da Convenção foram alcançados?

*Amadou-Mahtar M'Bow*

Eu acho [que] em certa medida, mas, antes de responder a essa questão, eu devo fazer uma observação. Desde o começo, havia uma tendência do Comitê do Patrimônio de levar em consideração, essencialmente, o patrimônio antigo, muito antigo. E fui eu quem interveio pela primeira vez para que se inscrevesse um patrimônio recente, ou seja, a cidade de Brasília. Eu considerava, de fato, que Brasília era típica da arquitetura moderna contemporânea, assim como da arquitetura e urbanização contemporâneas. Vocês conhecem Brasília, certamente. Há dois aspectos: o aspecto arquitetônico e o aspecto urbanístico. À época, eu insisti e nós inscrevemos a cidade de Brasília. Então, para retornar, agora, aos objetivos: eu penso, de fato, que os objetivos da Convenção são objetivos permanentes. Na minha opinião, não posso dizer que nós inscrevemos todos os monumentos que valem a pena serem inscritos. Há, certamente, outros monumentos e outros bens, especialmente os bens naturais, igualmente numerosos, considerando que o patrimônio não é somente o patrimônio cultural, há o patrimônio natural.

Eu acho que a Convenção alcançou alguns de seus objetivos no que diz respeito à identificação, à preservação, mas talvez não de fato à conservação. Há monumentos e cidades inscritas na Lista do Patrimônio Mundial que estão cada vez mais em perigo. Eu citarei, aqui, o país a que eu pertencço, Saint-Louis

33. Interrupção brusca da gravação.

do Senegal<sup>34</sup>. Há países que aceitaram a Convenção, que pediram a inscrição de monumentos ou a inscrição de cidades, e que, talvez, não levem tão a sério suas responsabilidades na conservação desses patrimônios. Há países que não possuem recursos. Eu os reconheço, mas a Convenção prevê, ainda, os meios de ajuda. Talvez não muito, mas desde o [inaudível]. Eu creio que o esforço mais importante a fazer, atualmente, é um esforço que consiste em ver se realmente os monumentos e bens inscritos na Lista do Patrimônio são conservados como deveriam ser, são valorizados como deveriam ser. Ou seja, a conservação é bem feita? Os monumentos são realmente salvaguardados? Em seguida, se esses monumentos têm uma função real na vida social-cultural atual. Essas são as premissas que devem ser consideradas.

## 1.5 A Lista do Patrimônio Mundial da Unesco

### *Entrevistadora*

Hoje, temos 890 bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. Mais de mil outros bens na Lista Indicativa de diferentes países<sup>35</sup>. No início, quais eram as intenções e as direções estratégicas dos criadores da Convenção? E, segundo o senhor, a Lista do Patrimônio Mundial conta com muitos bens, muito poucos bens ou está próximo de um bom número de bens?

### *Amadou-Mahtar M'Bow*

Eu acho que é muito difícil, desde o instante em que se tem uma Convenção que define critérios, rejeitar um monumento que responde aos critérios. Eu sou a favor de uma abertura mais ampla, mas a abertura mais ampla não quer dizer também uma frouxidão. É preciso respeitar as regras. A humanidade criou tantas coisas; a natureza tem tantas coisas. Limitar o número seria, talvez, um malthusianismo<sup>36</sup> que não seria correto.

34. O centro histórico da cidade de Saint-Louis, no Senegal, remonta ao período de colonização francesa. É um exemplar significativo da troca de valores e influências Europa-África nos campos da cultura e da arquitetura (INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES, 2000). Apesar da fala de M'Bow, o bem nunca esteve na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo.

35. Referência à Lista de Tentativa dos Estados-Parte da Convenção do Patrimônio Mundial. Trata-se da indicação dos bens que cada país candidata ao reconhecimento como Patrimônio Mundial da Unesco.

36. Referência às ideias de Thomas Malthus (1766-1834), demógrafo inglês, que defendia o controle do crescimento populacional em meados do século XVIII. A expressão é usada no sentido de uma prática de restrição exagerada.

Eu não sou a favor de uma limitação, mas eu sou a favor de que se tente ver se as normas estão sendo respeitadas, de se ter um rigor na escolha [inaudível]. E, igualmente, se preocupar com o estado dos monumentos, sua preservação, se as disposições da Convenção são seguidas. Inscrever um monumento na Lista [do Patrimônio Mundial da Unesco] não é tudo. Se, evidentemente, essa inscrição não traz medidas particulares para que o monumento seja salvaguardado - que é a primeira responsabilidade do Estado que demanda a inscrição -, com ajuda da comunidade internacional quando esse Estado não possui os recursos.

Eu acho que o grande problema é a falta de recursos; de recursos, primeiro, financeiros; de recursos técnicos, de recursos científicos, porque são necessários tantos elementos para que a conservação seja feita inteiramente. Mas, para além da própria conservação, há também a utilização. Ou seja, o monumento deve manter uma função nas condições atuais dos seus diferentes países. Para o turismo, vocês sabem o papel que tem o patrimônio [inaudível]. Por vezes, também, o turismo contribui para degradar certos monumentos. É preciso continuar, mas é preciso aplicar as regras, é preciso aplicar os critérios de salvaguarda.

## 1.6 Fracassos e sucessos da Convenção da Unesco de 1972

### *Entrevistadora*

Para o senhor, quais são os maiores sucessos e os maiores fracassos da Convenção do Patrimônio Mundial?

### *Amadou-Mahtar M'Bow*

Eu creio que os grandes sucessos são, primeiramente, que desde o nascimento da Convenção há uma vontade de garantir um inventário de todas as partes do mundo, do patrimônio suscetível de ser inscrito na Lista do Patrimônio Mundial. Eu creio que o sucesso é uma abertura à universalidade na concepção de patrimônio mundial. Evidentemente, se dirá que a maior parte do patrimônio mundial reconhecido está, principalmente, na Europa e na América do Norte. É verdade que perto de 50% do patrimônio inscrito na Lista do Patrimônio está na Europa e na América do Norte. Mas, isso não quer dizer que não houve essa

visão universal e essa vontade de inscrever o patrimônio pertencente às diferentes partes do mundo. Eu creio que isso tem sido um sucesso.

Quanto aos fracassos, eu creio que não podemos falar, pois a Convenção foi aplicada enquanto eu estava lá, na Unesco, desde 1978 [risos] quando ocorreram as primeiras inscrições e, nove anos depois, em 1987, eu saí. Eu não posso falar que nesse período houve um fracasso. Houve uma vontade real, e eu me felicito muito mais, como eu vos disse, que se passou do patrimônio antigo ao patrimônio recente, com a inscrição, notadamente, de Brasília. Eu penso que se, por exemplo, houve reticências no início, se tivesse havido oposições à inscrição de Brasília, eu diria que houve um fracasso, mas não é um fracasso porque a inscrição de Brasília prova que o patrimônio moderno é igualmente levado em conta.

## 2 COMITÊ DO PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO

*Entrevistadora*

Falemos do Comitê do Patrimônio Mundial. É uma entidade poderosa e influente. A Convenção prevê um comitê composto de profissionais. Segundo vossa experiência, o que dizer ao equilíbrio entre a representação profissional e a representação diplomática?

*Amadou-Mahtar M'Bow*

Eu considero que a representação profissional deveria ter prioridade sobre a representação diplomática. Quando eu digo representação profissional, eu não quero dizer que é preciso excluir os [representantes dos] países-membros. Não, mas os países-membros deveriam escolher profissionais para os representar, ao invés de diplomatas. O grande drama da Unesco, agora, permitam-me ir mais longe, na minha opinião, é ter mudado o ato constitutivo e fazer representar os países, no Conselho Executivo, por diplomatas, em vez de o fazer [por profissionais do patrimônio]. No meu tempo, eram profissionais. Nós éramos eleitos a título pessoal. Não foi meu país que teve assento no Conselho Executivo.

Eu servi o Conselho Executivo como Amadou-Mahtar M'Bow, eleito pela Conferência Geral para assegurar que o Secretariado aplicava as resoluções votadas pela Conferência Geral. Não foi, certamente, o meu país que eu representei no Conselho. Eu representei a Conferência Geral para garantir que o diretor-geral aplicasse as resoluções votadas

pela Conferência Geral. Eu creio, então, que se os Estados desejam se fazer representar, que eles escolham profissionais, e não diplomatas. Eu não tenho nada contra os diplomatas, mas os diplomatas não têm o conhecimento, não conhecem um certo número dos problemas. É preciso escolher pessoas que conheçam e que possam, evidentemente, saber como salvaguardar [o patrimônio].

### 3 ÓRGÃOS CONSULTIVOS: UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (IUCN), CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS) E CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS PARA A CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE BENS CULTURAIS (ICCROM)

*Entrevistadora*

Na Convenção, há três órgãos consultivos: o Icomos, a IUCN e o Iccrom. Como eles foram escolhidos e por que não outras organizações? E o senhor tem alguma coisa a dizer sobre...

*Amadou-Mahtar M'Bow*

Na época [início dos anos 1970], eram as organizações que realmente representavam os profissionais. Eu cooperei com essas três organizações que você mencionou. Eu tive uma cooperação bem próxima com o Iccrom, com o Icomos e com a IUCN. São organizações muito sérias. É isso que eu posso dizer. Eu só posso falar do que sei até o momento em que eu deixei a Unesco, em 1987, mas eu posso dizer que essas organizações, aliás, que a criação [delas] foi facilitada pela Unesco. Na maior parte do tempo, eram organizações representativas da profissão. E, na profissão, havia pessoas que talvez pudessem ter ideias, por vezes, que não eram ideias de abertura ampla. Eram organizações muito viáveis, muito profissionais, muito capazes e eu creio que sua cooperação foi essencial na implementação da Convenção. Eu penso que seu papel devia ser mantido e reforçado no quadro da Convenção. A Unesco não pode funcionar sem as organizações não governamentais profissionais e ela suscitou a criação dessas organizações. Algumas forneceram uma cooperação extraordinária na definição e implementação de programas. Eu não sei se elas continuam a fazer [isso], mas essa é a minha convicção

e foi a experiência que eu vivi dentro da Unesco por cerca de 20 anos. Mais de 20 anos, aliás...

#### 4 O SECRETARIADO DA UNESCO

*Entrevistadora*

Na sua opinião, quais são os desafios para a Unesco quanto ao papel do Secretariado da Convenção e como o senhor vê a atuação do Secretariado?

*Amadou-Mahtar M'Bow*

Eu falo ainda em relação à época que eu conheço. Eu dei uma grande prioridade ao papel do Secretariado. Todo o sucesso da Convenção dependia essencialmente do reforço do Secretariado da Convenção. Se você não tem um bom Secretariado, aqui mesmo na Unesco, você não pode [trabalhar], porque é o Secretariado que centraliza os estudos. Você não pode, na minha opinião, ter uma boa identificação dos monumentos e bens e, [consequentemente], você não tem uma boa conservação desses monumentos e bens. Na realidade, os estados-membros fazem seus relatórios para o Comitê do Patrimônio Mundial. É o Secretariado que recebe esses relatórios, mas, se o Secretariado não tem os recursos para fazer a verificação [desses relatórios] [inaudível]. Bem, você tem o risco de não ter resultados, ou seja, de não fazer, primeiro, a identificação correta, de não fazer a conservação e a salvaguarda corretamente. Então, o reforço do Secretariado me parece ser um elemento fundamental. Se você faz economia no Secretariado, você diminui, na minha opinião, a capacidade de trabalho do próprio Comitê do Patrimônio Mundial. Eu sou a favor do reforço e dos recursos [para manter o Secretariado]. Agora, o fazemos com recursos orçamentários diretos? Com recursos extraorçamentários? Por meio de financiamento? Como fazê-lo? Mas o reforço é uma necessidade. Eu me questionava, por vezes, não é preciso recorrer aos voluntários entre os jovens que estão nas escolas e que vinham como voluntários e estagiários para trabalhar por alguns anos [na Unesco]? O que os motivaria, em primeiro lugar, quanto ao patrimônio existente, sua diversidade, sua variedade, as condições de sua conservação? Penso que, neste caso, o reforço do Secretariado é uma necessidade por diferentes meios.

## 5 O COMPROMISSO DOS ESTADOS-PARTE DA UNESCO E DA COMUNIDADE INTERNACIONAL

*Entrevistadora*

Nós já falamos dos estados-membros da Convenção. Mas, na sua opinião, os estados-partes demonstraram liderança para conservar e proteger os bens do Patrimônio Mundial? E, também, na sua opinião, a comunidade internacional demonstrou o seu compromisso?

*Amadou-Mahtar M'Bow*

Eu creio que alguns Estados fizeram, [mas] não se pode colocar todos os Estados em pé de igualdade. Há certos Estados que deram grande importância à salvaguarda do patrimônio. Isso teve um papel essencial, aliás, na elaboração, aprovação e implementação da Convenção. Isso é uma realidade fundamental. Mas, eu repito, todos os Estados não têm a mesma motivação. Os Estados não têm os mesmos recursos, assim como [não têm] os recursos técnicos, científicos e os recursos financeiros. Isso é preciso ser dito. Então, eu não acho que, mesmo aqueles que não fizeram muito, invalidem os seus feitos por vontade ou por ignorância. Talvez, [não fizeram mais] por falta de recursos. Vocês me colocaram uma outra questão... O segundo tema da questão?

*Entrevistadora*

Era se os estados-partes demonstraram sua liderança. E, de outra parte, se a comunidade internacional...

*Amadou-Mahtar M'Bow*

Sobre a comunidade internacional, penso que ela poderia ter feito mais, mas, também, sempre se impõe o problema dos recursos. Eu creio que não só a Unesco fez o que podia com os recursos que dispunha. Vocês sabem que eu sempre lamentei que o ato constitutivo da Unesco dá à Organização competências e uma ambição muito grande em face aos diferentes problemas do mundo – no domínio de sua competência – e que os recursos não são suficientes. Isso é o problema básico no que diz respeito à Unesco e outras organizações internacionais.

Vocês sabem que o Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento<sup>37</sup> contribuiu frequentemente para a salvaguarda [de bens patrimonializados]. Houve vezes em que o Banco Mundial se interessou por isso. Eu penso que existem [esforços das] organizações mundiais, mas sempre é a mesma coisa. São os recursos, *os recursos...* [fala com ênfase]. Eu penso que a comunidade internacional deveria ter feito ainda mais. Contudo, podemos dizer que essa comunidade é tão confrontada com problemas diversos que, por vezes, faz escolhas, e o patrimônio, certos patrimônios, não são sempre suas escolhas [inaudível].

No momento atual, eu creio que, com os problemas da biodiversidade, a Convenção do Patrimônio Mundial se tornou um elemento essencial para a conservação da biodiversidade, notadamente em relação aos bens naturais. Há, evidentemente, de um lado, as reservas da biosfera no radar da Unesco, mas creio que eu nunca separei as redes da biosfera das redes do patrimônio. São coisas complementares, na minha opinião. Assim, penso que, neste caso, talvez a comunidade internacional também devesse fazer mais pela preservação da biodiversidade, pelo quadro de problemas do meio ambiente, da salvaguarda dos bens naturais que existem e que são reconhecidos pela Convenção do Patrimônio Mundial.

## REFERÊNCIAS

AMADOU Mahtar M'bow fête ses 100 ans. *Rewmi*, Dakar, mar. 2021. Disponível em: <https://www.rewmi.com/senegal-le-visionnaire-amadou-mahtar-mbow-fete-ses-100-ans/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BETTS, Paul. The Warden of World Heritage: UNESCO and the Rescue of the Nubian Monuments. *Past & Present*, Oxford, v. 226, p. 110-125, 2015.

BRUZELIUS, Caroline. The Construction of Notre-Dame in Paris. *The Art Bulletin*, New York, v. 4, n. 69, p. 540-556, 1987.

CAMERON, Christina; RÖSSLER, Mechtild. *Many Voices, One Vision: The Early Years of the World Heritage Convention*. London: Routledge, 2016.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES. *Advisory Body Evaluation*. World Heritage List. Icomos Technical Review Notes. Paris: Icomos, 1980.

37. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é uma ação da ONU direcionada à promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo em parceria com a sociedade civil, o setor privado e os Estados.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES. *Advisory Body Evaluation*. World Heritage List. Icomos Technical Review Notes. Paris: Icomos, 1987.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES. *Advisory Body Evaluation*. World Heritage List. Icomos Technical Review Notes. Paris: Icomos, 2000.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MONUMENTS AND SITES. *Advisory Body Evaluation*. World Heritage List. Icomos Technical Review Notes. Paris: Icomos, 2015.

MIRA, Vinicius José; SOSSAI, Fernando Cesar; MACHADO, Diego Finder. Brasília, UNESCO's World Heritage: Actions and Instruments for the Protection of Urban Space (1960-1987). *International Journal of Arts and Social Science*, Delhi, v. 4, n. 1, p. 15-26, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*. Paris: Unesco, 1972.

SOSSAI, Fernando Cesar. Entre o tráfico internacional e a restituição de bens culturais de interesse patrimonial: as repercussões da Convenção da UNESCO de 1970 (1970-1980). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v 42, n. 90, maio-ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n90-16>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/yrkL3WggK6HxsdTHNncCQGJ/?lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2022.

SOSSAI, Fernando Cesar *et al.* Notas sobre a governança em rede do patrimônio mundial da UNESCO. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, São José, v. 2, n. 6, p. 11-31, 2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. *Operational Guidelines for the World Heritage Committee*. Paris: Unesco, 1977.



# RESENHA: TIME IS MONEY:

O LUGAR DO PATRIMÔNIO CULTURAL NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO BID. GUIA, GEORGE ALEX DA. SÃO PAULO: ANNABLUME, 2020. 296 P.

**MARINA CHAGAS BRANDÃO**, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL

Arquiteta e urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; mestre em História e Fundamentos da Arquitetura pela mesma instituição; e diretora técnica no Centro de Projetos e Obras em Bens culturais da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico do Governo do Estado de São Paulo.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9495-6227>

E-mail: [marinacbrandao@gmail.com](mailto:marinacbrandao@gmail.com)

**DOI**

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v17i34p188-198>

**RECEBIDO**

02/09/2022

**APROVADO**

13/12/2022

**RESENHA: TIME IS MONEY: O LUGAR DO  
PATRIMÔNIO CULTURAL NAS POLÍTICAS DE  
DESENVOLVIMENTO DO BID. GUIA, GEORGE ALEX DA.  
SÃO PAULO: ANNABLUME, 2020. 296 P.**

MARINA CHAGAS BRANDÃO

O termo “desenvolvimento” é frequentemente utilizado no discurso das mais diversas políticas públicas. Desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável ou desenvolvimento econômico, são diversas composições utilizadas e que fazem do conceito um grande guarda-chuva que abrange, no geral, uma aceção positiva de mudança para uma situação melhor – de crescimento. No campo da preservação não é diferente. A associação “patrimônio e desenvolvimento” é frequentemente mobilizada nas políticas públicas voltadas para o campo e sua utilização deve ser compreendida dentro do contexto em que é empregada, tomando como base a noção de que essa associação não é neutra.

A partir desta premissa, o livro *Time is Money: o lugar do patrimônio cultural nas políticas de desenvolvimento do BID*, fruto da pesquisa de doutorado de George Alex da Guia, defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília<sup>1</sup>, fornece subsídios para compreender a trajetória desse binômio a partir da atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

George Alex da Guia é arquiteto e urbanista e mestre e doutor pela Universidade de Brasília. É analista de infraestrutura do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e suas pesquisas têm

1. Tese intitulada *Trajetórias do desenvolvimento: o BID e o financiamento do patrimônio cultural na América Latina e Caribe*, defendida em 2018 (GUIA, 2018).

como principais temas: urbanismo, políticas públicas setoriais de mobilidade, habitação, preservação de cidades históricas e gestão de projetos<sup>2</sup>. A pesquisa do autor, publicada em *Time is Money*, está relacionada com sua trajetória, abordando a temática das políticas de preservação do patrimônio cultural.

Como o passado é mobilizado, no tempo presente, para “trabalhar” como ativo econômico? Quais os limites desse modelo? Que sistemas de valor de uso e troca são operacionalizados nesse manejo cronológico? Quem ganha e quem perde com esse sistema de créditos? (GUIA, 2020, p. 267).

Estas são algumas das perguntas propostas pelo autor como reflexão e que permeiam o trabalho como um todo. Nesse sentido, o título escolhido para o livro é preciso: a dupla interpretação possível para “*time is money*” – inglês para “tempo é dinheiro” – indica o processo de exploração do valor de troca do passado que, segundo o autor, marcou a economia política do patrimônio desde a segunda metade do século XX (GUIA, 2020, p. 33), ao mesmo em que se refere à máxima da produção capitalista.

Organizado em quatro partes, nas quais se distribuem sete capítulos, o livro se configura como uma contribuição fundamental para o entendimento do papel simbólico do discurso e dos fluxos de capital nas políticas de preservação do patrimônio cultural. Para tal, o autor analisa projetos de desenvolvimento do patrimônio financiados pelo BID no período entre 1960 e 2010, observando as formas como o patrimônio é mobilizado no processo a partir da análise das práticas discursivas, políticas implementadas e geografia dos fluxos transacionais realizados pela instituição.

2. Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/4233697748378405>.

Logo na introdução, o autor já aponta um tema recorrente nas discussões abordadas no trabalho. Em forma de diário de viagem, descrevendo situações observadas em Oaxaca e Cidade do México, no México, Valparaíso, no Chile, e Cachoeira, no Brasil, o autor apresenta algumas situações que guardam uma discussão em comum: a tensão entre o local e o global associadas ao campo da preservação. Essa tensão se apresenta ao longo do trabalho quando se discute “de que forma as agências internacionais e as instituições financeiras se articulam com os governos locais em torno de um projeto comum para patrimônio cultural?”. As problemáticas apresentadas pelo autor se relacionam sobretudo ao processo de “desconstrução do patrimônio cultural como um bem público e social e sua transformação em mercadoria, tendencialmente, como ativo financeiro” (GUIA, 2020, p. 27).

Para compreender esse processo, o livro apresenta alguns dos principais atores envolvidos. Desse modo, na introdução e na primeira parte do livro – “Jogos, performances e poder no discurso do BID” –, o autor apresenta um panorama da criação e estruturação do Banco, a fim de discutir sua prática discursiva. O BID foi criado em 1959, como um banco multilateral de desenvolvimento. O autor aponta como essa instituição, mais do que a missão de “promover o crescimento econômico em países pobres e de média renda” (GUIA, 2020, p. 29), apresenta relações complexas

internas e externas ao seu funcionamento, atuando de diversas maneiras frente ao tema do desenvolvimento ao longo de sua trajetória, considerando os diversos contextos geopolíticos. Destaca-se nesse processo a relação com outros atores, como governos locais e dos países tomadores de empréstimo, *shareholders* dos fundos fiduciários, acadêmicos e pesquisadores do campo do desenvolvimento, entre outros. Desse modo, Guia apresenta como os mecanismos do BID revelam jogos de poder entre os países:

Em outras palavras, os bancos multilaterais vão além de sua condição de agentes financeiros, dado que atuam na dimensão política e intelectual devido a sua excepcional condição de prestador, formulador e veiculador de ideias sobre “o que, como, quem deve fazer e para quem”, no que se refere aos programas de desenvolvimento do capital (GUIA, 2020, p. 30).

Mais do que empréstimos, o autor aponta como o Banco se coloca como um agente importante na circulação de ideias sobre o desenvolvimento. No primeiro capítulo – “Como tornar memória, história e identidade financiáveis?” –, Guia apresenta uma leitura da chamada “paisagem discursiva” do BID a partir da análise de documentos técnicos do órgão, produzidas por meio da rede *collocates*<sup>3</sup>, que computa a frequência com que determinadas palavras se relacionam dentro do discurso. Com isso, indica-se a existência de mudanças no discurso na trajetória do Banco, observando, dentro de condições históricas e sociais, como o termo “patrimônio” tem seu sentido deslocado: de identidade local e nacional a “produto híbrido que conjuga memória, identidade e passado [...] com os termos desenvolvimento, turismo e mercadoria” (GUIA, 2020, p. 42). A partir desta leitura, o autor indica que:

Há um claro processo de lexicalização, de constituição de vocabulário específico, por parte do Banco para *simbolicamente representar o patrimônio cultural como ativo econômico* parte das carteiras de empréstimos relacionados a processos de renovação, requalificação e reabilitação dos sítios arqueológicos, bairros históricos e paisagens naturais que possam ser, ainda mais, parte da acumulação capitalista na era da globalização (GUIA, 2020, p. 48, grifo nosso).

3. <https://www.collocates.info/>.

O autor destaca, desse modo, a “tradução de valor de uso para valor troca” (GUIA, 2020, p. 49) do patrimônio cultural nas práticas e narrativas do Banco. Relacionada a essa chave de análise, Guia aponta as associações entre a atuação e o discurso do Banco e das agências multilaterais, como Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Essa construção da noção de desenvolvimento nas agências e órgãos, bem como sua associação à cultura e ao patrimônio, é abordada na segunda parte do livro: “Mobilizando o patrimônio cultural para o desenvolvimento: o papel da Unesco”. A partir da análise dos projetos de cooperação técnica e campanhas internacionais praticados pelos órgãos na América Latina e Caribe, o autor traça um importante panorama das diversas interpretações para o conceito de desenvolvimento, aprofundadas no segundo capítulo, intitulado: “A passagem do local para o global: Unesco e a agenda de desenvolvimento para a cultura”.

Para tal, ele apresenta as origens do termo, introduzido na década de 1950, no contexto do segundo Pós-Guerra, relacionado à difusão do modelo capitalista de produção dos países centrais. Juntamente, surge a noção de “subdesenvolvimento”, que passa, então, a ter duas implicações fundamentais: a ideia de subdesenvolvimento como identidade desses países em estágios diferentes do modelo capitalista ocidental e como base comum para a atuação das agências e instituições que ofereceriam auxílio na busca pela “reversão” desta condição, por meio dos projetos de cooperação técnica ou dos empréstimos, no caso do BID (GUIA, 2020, p. 72).

Em linhas gerais, observa-se como o termo “desenvolvimento” vai de uma associação quase exclusiva ao crescimento econômico nos anos 1950, se alargando ao longo das décadas e incorporando outros aspectos, como meio ambiente, cultura e uma preocupação social. Na difusão destes discursos, a Unesco desempenha um papel fundamental, que passou, a partir dos anos 1970, a reconhecer as limitações dos modelos de desenvolvimento adotados até então. O autor aponta como, mesmo com esta ampliação de significados, o desenvolvimento segue sendo um termo controverso (GUIA, 2020, p. 77). Entre os argumentos apresentados para corroborar esta percepção, Guia indica a permanência da condição de “subdesenvolvimento”, bem como a noção de que “as economias nacionais

não são homogêneas e há variáveis, como a cultura, que tornam qualquer modelo hegemônico de desenvolvimento praticamente impossível de alcançar sucesso aos olhos das nações desenvolvidas” (GUIA, 2020, p. 78).

No terceiro capítulo – “O patrimônio cultural mobilizado para o desenvolvimento: a contribuição dos projetos de cooperação técnica da Unesco” –, o autor analisa em que medidas a Unesco e o PNUD atuaram, no período entre 1970 e 1990, na formulação de políticas de cultura como instrumentos para o desenvolvimento capitalista. Destaca-se, nesse processo, as missões técnicas Unesco/PNUD – como as realizadas no Peru, em 1965, no Brasil, em 1966 e Haiti, em 1969 – e os acordos de cooperação técnica entre 1972-1995, observando a influência destes nas políticas nacionais de patrimônio cultural. Ainda, Guia faz um importante paralelo com os resultados da implementação da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 e a relação da inscrição dos países da América Latina e Caribe, com a participação em de algum tipo de acordo técnico de cooperação com a Unesco.

Como síntese da segunda parte do livro, Guia conclui que:

Ao incorporar a descentralização, a dimensão social do patrimônio cultural e o financiamento internacional às suas estratégias discursivas, o projeto regional de cooperação técnica, segundo PNUD/Unesco (1996), foi capaz de construir um “consenso conceitual” sobre o tema patrimônio e desenvolvimento na América Latina e Caribe” (GUIA, 2020, p. 123).

A terceira parte do livro – “Da genealogia à geografia dos fluxos de capital: novos desdobramentos sobre o financiamento do patrimônio cultural” –, composta pelos capítulos 4 e 5, busca identificar o significado dos fluxos monetários e discursos na atuação do Banco na América Latina e Caribe. A partir destes, o autor indica como é possível verificar a transformação do bem cultural em algo mensurável pelo valor de troca, deslocando “dimensão simbólica e histórica para a monetária” (GUIA, 2020, p. 133).

Em “O patrimônio cultural no BID ou ‘o patrimônio no Banco’”, quarto capítulo do livro, o autor apresenta argumentos para afirmar como o BID foi construindo, ao longo de sua trajetória, um reconhecimento de saber específico sobre o campo do patrimônio cultural: a BID *brand*, ou “marca BID”. Essa construção da autoridade sobre o tema funcionaria como uma espécie de selo de legitimidade das ações de recuperação do

patrimônio cultural por meio da contratação de consultorias especializadas do Banco. Diante do reconhecimento desse processo, o autor identifica o BID como “máquina de produzir consensos” (GUIA, 2020, p. 147). Encerrando a terceira parte do livro, no capítulo 5 – intitulado “Geografia do financiamento do patrimônio cultural na América Latina e Caribe” –, o autor analisa a “geografia do financiamento” por meio do mapeamento dos fluxos de desembolsos e das tipologias dos projetos do Banco na América Latina e Caribe. A partir de um extenso trabalho de levantamento e sistematização dos dados, traduzidos em ricos mapas e gráficos, Guia revela a construção de fluxos desiguais de atuação do BID no território.

Por fim, a quarta parte do livro – “*Old cities, new assets*” – se dedica à análise da relação entre os discursos e a atuação do BID observada nos capítulos anteriores a partir de estudos de caso. A experiência do Programa de Recuperação e Desenvolvimento Urbano de Valparaíso (PRDUV) na cidade de Valparaíso, no Chile, e a implementação do Programa Monumenta, no Brasil, são ambos casos que contaram com empréstimo do BID. Essas situações são analisadas pelo autor, a fim de identificar “vínculos entre prática discursiva e território” (GUIA, 2020, p. 199), bem como compreender eventuais convergências entre o projeto do BID e governo local.

A partir do caso do PRDUV, tratado no capítulo 6, o autor discute como a participação do BID, com a assinatura do contrato de empréstimo firmado em 2006 e a inscrição do bairro histórico de Valparaíso na lista de Patrimônio da Humanidade da Unesco, em 2003, contribuíram para a legitimação de uma política de desenvolvimento para a região, alinhada aos interesses do governo local.

A zona histórica da cidade, tradicionalmente associada à economia e às dinâmicas portuárias, passou, desde os anos 1990<sup>4</sup>, por uma série de transformações urbanísticas no contexto de diversos programas implementados pelo governo local, que ganharam impulso, no começo dos anos 2000, com a participação do financiamento do BID, considerando, sobretudo, a definição de modelos de gestão a partir da BID *brand*. A proposta, que passava pela “revitalização” de regiões da cidade, buscava uma nova identidade para o

4. O autor cita alguns projetos, como *Programa Ejes Transversales de Valparaíso* (1995), *Valparaíso: una estrategia para reactivar la ciudad* (2002-2006), *Plano Valpo Mio*.

local, não mais portuária, mas sim como “cidade patrimônio e universitária” (GUIA, 2020, p. 206). Segundo o autor (GUIA, 2020, p. 216), o projeto e o modelo de desenvolvimento proposto no PRDUV foram alvo de críticas, justamente pelo descolamento da perspectiva histórica e social local.

O programa Monumenta é abordado no capítulo 7, a partir do qual é discutido o funcionamento do programa, bem como a mobilização do discurso de desenvolvimento nas suas diversas fases de implementação. Sobre esse processo, o autor destaca o tema da sustentabilidade econômica, argumentando que, mesmo com a mudança no governo em 2003, que teve impacto na implementação do programa, o discurso permaneceu.

A análise da noção de sustentabilidade para o Banco é discutida nas páginas desse capítulo, identificando sua relação com a lógica de investimentos cíclicos, a partir de aplicações que criam ambiente favorável para novas aplicações. O autor discute os diversos mecanismos desenhados pelo Banco com o governo federal brasileiro na implementação do Monumenta, como os fundos municipais de preservação e o programa de financiamento de imóveis privados. Assim como no caso chileno, o autor identifica que alguns dos limites da sustentabilidade proposta no Monumenta se relacionam com o deslocamento das realidades locais, na tensão global  $\times$  local, apresentada desde a introdução do livro. Sobre o tema, Guia cita três importantes hiatos entre esses elementos, sendo eles: “i) desenhos dos projetos de financiamento do desenvolvimento; ii) mecanismos financeiros e; iii) cultura e economia política dos lugares de implantação dos projetos” (GUIA, 2020, p. 257).

Nesta apertada síntese da estrutura e principais temas abordados em *Time is Money*, cabe um destaque para a metodologia de pesquisa adotada pelo autor. A pesquisa empírica realizada por Guia é inédita, e a forma como está sistematizada permite vislumbrar a riqueza dos diversos documentos consultados, que sem esforços de análise como o do autor, seguiram fechados em arquivos.

A partir de relatórios, documentos internos, minutas de contratos dos órgãos pesquisados, entrevistas com diferentes atores dos processos estudados, o autor vai dissecando discursos e evidenciando estratégias adotadas pelas agências internacionais na construção de consensos sobre o campo da preservação. Esse olhar para a documentação institucional

se configura como ferramenta importante na elaboração de toda sorte de pesquisas acadêmicas, visto que podem contribuir para a interpretação de dados sobre agentes, contexto, motivação e difusão de determinados consensos, muito além das informações sobre os temas diretamente tratados nestes documentos.

Sobre o tema da produção de discursos e de consensos abordados pelo autor, destacamos sua relevância para as pesquisas sobre patrimônio cultural, tendo em vista que permite discutir a complexidade de narrativas do campo. O caso da construção da *BID brand* e o papel do PNUD/Unesco na construção desses consensos no campo abordados pelo autor se relacionam com trabalhos recentes, como da pesquisadora australiana Laurajane Smith (SMITH, 2006, 2021). Sem citar diretamente a autora, Guia ilustra esse processo do AHD nas práticas do Banco e das agências internacionais como PNUD e Unesco, que se colocam como especialistas no campo.

A autora cunhou o termo “discurso autorizado do patrimônio” (*Authorized Heritage Discourse, AHD*) para se referir à construção dessa prática em que se privilegia determinados entendimentos e valores profissionais sobre a preservação, mobilizado por profissionais e instituições especializadas no campo. O AHD reforça, entre outros valores dominantes sobre o patrimônio cultural, a noção de autenticidade e uma ideia de que o valor patrimonial é inerente ao bem. Em *Time is Money*, Guia reforça o processo de mercantilização dos bens culturais, entendidos na lógica do desenvolvimento como ativos econômicos. A identificação desses fluxos monetários e do discurso do Banco permite traçar paralelos com as práticas do AHD, seja pela consolidação do papel de especialista do BID, seja na análise das práticas e discursos do BID sobre o papel do patrimônio cultural no processo de desenvolvimento.

As contribuições sobre a relação entre patrimônio e desenvolvimento, proporcionados pelo autor a partir das contribuições do BID, extrapolam a própria trajetória do Banco e se tornam referência para o entendimento de processos recentes nas políticas de preservação do patrimônio cultural associadas ao desenvolvimento. Um exemplo é a experiência do Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Histórias (PAC-CH), implementado pelo Ministério do Planejamento em parceria com o Iphan a partir de 2009.

O PAC-CH apresenta um paralelo interessante com o Monumenta, tendo em vista que foi realizado exclusivamente com orçamento do governo

federal, ao contrário do caso estudado por Guia, que se utilizou de recursos do BID. As perguntas colocadas pelo autor para identificar a forma como o discurso de desenvolvimento é mobilizado no Monumenta, bem como o papel das agências e dos governos locais neste processo, podem ser deslocadas para discutir também o próprio PACCH. Esse exercício analítico possibilita a identificação de nuances da relação entre patrimônio e desenvolvimento na agenda do governo federal brasileiro: ora mais identificada com uma visão mais estreita, associada sobretudo ao retorno econômico, ora mais alargada, incluindo aspectos de desenvolvimento social e a importância da cultura neste processo (BRANDÃO, 2020).

*Time is Money: o lugar do patrimônio cultural nas políticas de desenvolvimento do BID* é uma leitura fundamental para aqueles que desejam discutir os sentidos possíveis do patrimônio cultural a partir da mobilização dos diversos agentes e discursos envolvidos na sua gestão, identificando diferentes escalas de atuação: do global ao local. Da transformação do valor de uso para o valor de troca do patrimônio cultural, mais identificação das agências produtoras de consensos sobre o tema, o trabalho apresenta múltiplas possibilidades de desdobramentos de pesquisa, abrindo caminhos para novas e bem-vindas contribuições para o campo.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Marina Chagas. *Patrimônio na agenda do desenvolvimento e o PACCH em São Paulo: estratégias e debates nos anos 2000*. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

GUIA, George Alex da. *Time is Money: o lugar do patrimônio cultural nas políticas de desenvolvimento do BID*. São Paulo: Annablume, 2020.

GUIA, George Alex da. *Trajéorias do desenvolvimento: o BID e o financiamento do patrimônio cultural na América Latina e Caribe*. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2018.

SMITH, Laurajane. Desafiando o discurso autorizado de patrimônio. *Caderno Virtual de Turismo*, [s. l.], v. 21, n. 2, 2021.

SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. London: Routledge, 2006.

